

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-asmbleia

ANO LXXII

FLORIANÓPOLIS, 19 DE OUTUBRO DE 2023

NÚMERO 8.436

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Maurício Eskudlark
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Paulinha
1ª SECRETÁRIA

Padre Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO
(em licença)

Marcos da Rosa
3º SECRETÁRIO

Delegado Egídio
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder: Ivan Naatz

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO POR SANTA CATARINA UB/PSD/PTB

Líder: Napoleão Bernardes
Liderança dos Partidos
UB PSD

Jair Miotto Napoleão Bernardes
PTB
Delegado Egídio

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL DEMOCRÁTICO MDB/PSDB

Líder: Volnei Weber
Liderança dos Partidos
MDB PSDB

Fernando Krelling Marcos Vieira

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRACIA, INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE PT/PDT

Líder: Fabiano da Luz
Liderança dos Partidos
PT PDT

Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS

Líder: Sergio Motta
Liderança dos Partidos
**PODEMOS NOVO
REPUBLICANOS**

PARTIDO PROGRESSISTA PP

Líder: Pepê Collaço

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE PSOL

Líder: Marquito

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Carlos Humberto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Camilo Martins - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente

Fabiano da Luz

Napoleão Bernardes

Sérgio Guimarães

Ana Campagnolo

Marcus Machado

Tiago Zilli

Pepê Collaço

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente

Fabiano da Luz - Vice-Presidente

Marcos Vieira

Sargento Lima

Carlos Humberto

Sérgio Guimarães

Jair Miotto

Pepê Collaço

Sérgio Motta

COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Lunelli - Presidente

Sérgio Guimarães - Vice-Presidente

Camilo Martins

Fabiano da Luz

Massocco

Oscar Gutz

Altair Silva

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Ana Campagnolo - Presidente

Camilo Martins - Vice-Presidente

Neodi Saretta

Julio Garcia

Ivan Naatz

Emerson Stein

José Milton Scheffer

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ivan Naatz - Presidente

Volnei Weber - Vice-Presidente

Lucas Neves

Luciane Carminatti

Mário Motta

Sérgio Guimarães

Maurício Peixer

Lunelli

José Milton Scheffer

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente

José Milton Scheffer - Vice-Presidente

Camilo Martins

Luciane Carminatti

Julio Garcia

Oscar Gutz

Nilso Berlanda

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente

Neodi Saretta - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Mário Motta

Carlos Humberto

Ana Campagnolo

Fabiano da Luz

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente

Lucas Neves - Vice-Presidente

Luciane Carminatti

Mário Motta

Jair Miotto

Ivan Naatz

Jessé Lopes

Lunelli

Fernando Krelling

COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Altair Silva - Presidente

Massocco - Vice-Presidente

Camilo Martins

Neodi Saretta

Napoleão Bernardes

Oscar Gutz

Volnei Weber

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Jair Miotto - Presidente

Matheus Cadorin - Vice-Presidente

Fabiano da Luz

Nilso Berlanda

Carlos Humberto

Marcos Vieira

Pepê Collaço

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Marquito - Presidente

Fabiano da Luz - Vice-Presidente

Lucas Neves

Julio Garcia

Carlos Humberto

Ivan Naatz

Lunelli

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMILIA

Oscar Gutz - Presidente

Sergio Motta

Matheus Cadorin

Fabiano da Luz

Jessé Lopes

Dr. Vicente Caropreso

Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Sergio Motta - Presidente

Mário Motta - Vice-Presidente

Neodi Saretta

Nilso Berlanda

Marcus Machado

Emerson Stein

Altair Silva

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL E DESASTRES NATURAIS

Sérgio Guimarães - Presidente

Altair Silva - Vice-Presidente

Lucas Neves

Fabiano da Luz

Sargento Lima

Oscar Gutz

Emerson Stein

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Jessé Lopes - Presidente

Napoleão Bernardes - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Luciane Carminatti

Sargento Lima

Tiago Zilli

Pepê Collaço

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Luciane Carminatti - Presidente

Mário Motta - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Ana Campagnolo

Ivan Naatz

Fernando Krelling

Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Mário Motta - Presidente

Tiago Zilli - Vice-Presidente

Sérgio Motta

Luciane Carminatti

Marcus Machado

Oscar Gutz

Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente

Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente

Lucas Neves

Sérgio Guimarães

Maurício Peixer

Massocco

José Milton Scheffer

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Pepê Collaço - Presidente

Nilso Berlanda - Vice-Presidente

Sergio Motta

Neodi Saretta

Jair Miotto

Ana Campagnolo

Emerson Stein

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Lucas Neves - Presidente

Jair Miotto - Vice-Presidente

Luciane Carminatti

Marcus Machado

Maurício Peixer

Fernando Krelling

Marquito

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Tiago Zilli - Presidente

Napoleão Bernardes - Vice-Presidente

Matheus Cadorin

Neodi Saretta

Nilso Berlanda

Ivan Naatz

Marquito

COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER

Fernando Krelling - Presidente

Mário Motta - Vice-Presidente

Camilo Martins

Marcus Machado

Carlos Humberto

Fabiano da Luz

Pepê Collaço

COMISSÃO DE PROTEÇÃO, DEFESA E BEM-ESTAR ANIMAL

Marcus Machado - Presidente

Fernando Krelling - Vice-Presidente

Lucas Neves

Massocco

Marquito

Jair Miotto

Fabiano da Luz

<p>Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006</p> <p>Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009) Fabiano Henrique da Silva Souza Diretor</p> <p>Coordenadoria de Publicação</p> <p>Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa.</p> <p>Edson José Firmino Coordenador</p> <p>Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009</p> <p>Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXI NESTA EDIÇÃO: 82 PÁGINAS</p> <p>Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.</p>	<p style="text-align: right;">ÍNDICE</p> <p>CADERNO LEGISLATIVO 2</p> <p>ATAS.....2</p> <p>SESSÕES PLENÁRIAS.....2</p> <p>COMISSÕES PERMANENTES. 23</p> <p>ATOS DA PRESIDÊNCIA 36</p> <p>ATO DA PRESIDÊNCIA DL..... 36</p> <p>ATOS DA MESA..... 36</p> <p>ATOS DA MESA DL..... 36</p> <p>PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO..... 38</p> <p>OFÍCIOS 38</p> <p>PROJETO DE LEI 38</p> <p>REDAÇÕES FINAIS..... 39</p> <p>REDAÇÕES FINAIS..... 39</p> <p>CADERNO ADMINISTRATIVO.. 75</p> <p>GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS..... 75</p> <p>TERMO DE DOAÇÃO..... 76</p> <p>EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 77</p> <p>AVISO DE LICITAÇÃO..... 77</p> <p>AVISO DE RESULTADO 77</p> <p>ATA DE SESSÃO PÚBLICA..... 80</p> <p>EXTRATOS..... 81</p>
---	--	--

CADERNO LEGISLATIVO

ATAS

SESSÕES PLENÁRIAS

ATA DA 008ª SESSÃO SOLENE

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023

EM COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DE FUNDAÇÃO DA EMBRAPA E 48 ANOS DA UNIDADE EMBRAPA SUÍNOS E AVES EM CONCÓRDIA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Senhoras e senhores, Boa noite. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para compor a Mesa as seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor Prefeito do município de Concórdia, Rogério Luciano Pacheco;

Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores do município de Concórdia, Vereador Fábio Luis Ferri, representando neste momento todos os vereadores e vereadoras do município de Concórdia;

Excelentíssimo senhor chefe-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Everton Luís Krabbe;

Excelentíssimo senhor comandante do 20º Batalhão da Polícia Militar de Fronteira, major Carmiliano do Amarante;

Excelentíssima senhora delegada da 14ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Concórdia, doutora Ediana

Grenzel Person;

Excelentíssimo senhor diretor do Instituto Federal Catarinense do Campus Concórdia e Reitor eleito, professor Rudinei Kock Exterckoter;

Senhor professor Ricardo Zanella, neste ato, representando a Reitora da Universidade de Passo Fundo, Bernardete Dalmolin.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão solene foi proposta de forma conjunta por esses dois deputados que se encontram aqui na Mesa, e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em comemoração aos 50 Anos de Fundação da Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e aos 48 Anos da Unidade Embrapa - Suínos e Aves de Concórdia.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Registramos a presença das seguintes autoridades: Vereadora Margarete Poletto Dalla Costa; Vereadora Ingrid Fiorentin; Vereador Jaderson Miguel Prudente; Vereador João Valmor Reitel; Vereador Vilmar Comassetto; presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Embrapa de Concórdia, Levino Bassi; senhora gerente técnica e administrativa do Centro de Diagnósticos de Sanidade Animal – Cedisa, Lauren Ventura Parisotto; senhor diretor institucional da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc, Marcos Roberto Pacheco; senhor diretor das relações institucionais da Associação Empresarial de Concórdia, Nadir Mattiello; senhor diretor executivo do Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos no estado do Rio Grande do Sul, Rogério Jacob Kerber; senhor secretário executivo da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – Amauc, Vanderlei Roberto Picinini; senhora supervisora regional de educação do município de Concórdia, Vera Lúcia Gonçalves Carvalho; senhor assessor parlamentar Ruimar Scortegagna, representando neste ato o gabinete do Deputado Federal Pedro Uczai; senhora representante do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação - Sintrial de Concórdia, Mariana Del Posso; senhor presidente do Partido Social Democrático Brasileiro - PSDB, José Aníbal Dambrós.

Neste momento, teremos a apresentação de um vídeo institucional sobre os 50 anos da Embrapa.

(Procede-se à apresentação do vídeo.) [Transcrição: Northon]

Lembramos também que, ao longo da semana, a TVAL irá reprisar esta sessão solene.

Convido para fazer uso da palavra o excelentíssimo senhor Deputado Edilson Massocco, coproponente desta nossa sessão solene.

O SR. DEPUTADO EDILSON MASSOCCO – Inicialmente, gostaria de cumprimentar meu colega de trabalho da Assembleia, Deputado Neodi Saretta, e parabenizá-lo pelo trabalho que vem realizando. Deputado experiente, que já está lá há muito tempo, prestando um grande trabalho para a região e que, em conjunto, resolvemos fazer essa linda homenagem. Em nome da Assembleia Legislativa, então, meus cumprimentos.

Quero saudar nosso Prefeito Rogério Pacheco, tive a oportunidade por duas vezes de ser vice-Prefeito, então quero parabenizá-lo pelo seu trabalho frente a administração municipal. Saudar o Presidente da Câmara, Fábio Ferri, parabéns pelo seu trabalho junto a Câmara de Vereadores, quero em seu nome pedir permissão para estender meus cumprimentos a todos os vereadores e vereadoras que aqui se encontram, prestigiando esse grande momento. Cumprimentar o chefe-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, senhor Everton Luís Krabbe, obrigado por estar aqui; o Comandante, major Amarante; também a nossa delegada de polícia, senhora Ediana; quero também saudar o professor Rudinei Kock; o professor Ricardo Zanella, que já foi mencionado. Além dessas pessoas, gostaria também de cumprimentar toda a equipe da Assembleia, as meninas que aqui estão, em nome da Cleo, que realiza um grande trabalho lá na Assembleia, incansável, toda vez que são chamados estão presentes, estão aqui no dia de hoje, organizaram todo esse evento, então muito obrigado pela presença de vocês e parabéns pelo trabalho que vocês desenvolvem. Quero cumprimentar a minha esposa também, é minha assessora voluntária, que cuida da minha agenda, trabalha no gabinete, viaja comigo, uma pessoa incansável e que está disposta todos os dias; cumprimentar o Claiton Casagrande, que é gerente do IMA aqui no município de Concórdia; saudar a Vera, que é gerente de educação aqui do Estado; também cumprimentar o Rudi Zanella, que é o gerente de saúde do município de Concórdia; saudar de uma forma muito especial o Roberto Pereira, o Betinho, para que todos saibam que ele está aqui. Eu lembro, Picinini, já te cumprimentando, quando você esteve lá na Assembleia e disse que gostaria muito de fazer uma homenagem a essas pessoas, que tanto se dedicaram e prestaram um grande trabalho, e gostaria

que fosse realizada na Assembleia. Conversando com Roberto, ele deu a seguinte opinião: que eu e o Saretta fizéssemos um pedido ao Presidente da Assembleia, para que a sessão fosse realizada aqui no município de Concórdia, para ficar mais próximo e proporcionar que mais pessoas participassem. Cumprimentar o Neivor Canton, que está aqui, presidente da Aurora; o Losivânio, da ACCS; assessores de deputados, enfim, a cada um e a cada uma de vocês que estão aqui presentes. Boa-noite, meus cumprimentos a todos.

O momento é importante, eu vou ser bem objetivo, mais simples possível na minha fala. A importância que a Embrapa tem, não só aqui no time de Concórdia, no estado de Santa Catarina, no Brasil e, por que não dizer, no mundo? Vocês trouxeram para Concórdia, para a região, pesquisadores, enfim, todos os colaboradores, do menor ao maior, do que tem menos tempo de serviço ao maior tempo de trabalho. O trabalho que vocês desenvolvem, Concórdia é o berço, aqui está o agro com muita força, isso extensivo a todo Oeste catarinense e vocês fazem parte de toda essa história de trabalho, dando condições para que muita coisa melhorasse.

Eu poderia ficar aqui horas falando sobre esse trabalho, mas enfim, parabenizar vocês, como já frisei, de uma forma geral a todos, que possamos ter uma grande homenagem nesta noite. Vou deixar meu gabinete 111 sempre à disposição de vocês. Estamos lá fazendo um trabalho incansável na liderança do Governo, trabalhando de domingo a domingo, estou dando o meu melhor, fazendo o máximo e contribuindo com o Estado Santa Catarina, com a região Oeste, com todos os catarinenses. Essa nossa função, o nosso trabalho de representar os mais de sete milhões de catarinenses e ocupar uma das 40 cadeiras da Assembleia, com muito orgulho de representar a nossa Concórdia e de representar a nossa região. No mais, um grande abraço a todos, com votos de muita saúde. Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Muito obrigado, deputado. Neste momento, faço uso da palavra também na qualidade de coautor deste requerimento que ensejou esta sessão.

Cumprimento o Deputado Edilson Massocco, que conosco tem a incumbência de representar Concórdia, essa grande região, na Assembleia Legislativa, certamente com muitos desafios pela frente, como o desafio da liderança do Governo do Estado.

Cumprimento o senhor Prefeito Rogério Pacheco, e em seu nome, a toda equipe da administração municipal; cumprimento também o Fábio Ferri, nosso presidente da Câmara de Vereadores, em nome do qual eu cumprimento as vereadoras e os vereadores aqui presentes; cumprimento o nosso anfitrião da Casa, o professor Rudinei, em nome dele a toda equipe aqui do Instituto Federal que nos recebe, e sede nesta noite este espaço bacana para podermos fazer nossa sessão solene.

E o cumprimento não poderia ser diferente, muito especial, a quem representa aqui a homenageada da noite, o nosso chefe-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o Everton Luís Krabbe, em seu nome a toda a equipe da Embrapa, todos os empregados, empregadas e direção, sintam-se todos cumprimentados. *[Transcrição: Yasmim]*

Quero cumprimentar também o professor Ricardo Zanella, que neste ato representa a Reitora da Universidade de Passo Fundo; a senhora, delegada da 14ª Delegacia Regional da Polícia Civil de Concórdia, doutora Ediana; o comandante do 20º Batalhão da Polícia Militar, major Carmiliano do Amarante e todas as demais ilustres autoridades, lideranças, pessoas que estão aqui presentes, a equipe da Assembleia Legislativa também já bem destacada pelo Deputado Edilson, pelo trabalho de retaguarda.

É com grande honra e entusiasmo que estamos diante de vocês hoje para celebrar uma ocasião importante da história e da pesquisa brasileira. O 50º aniversário da Embrapa e o 48º aniversário da Embrapa Unidade Suínos e Aves de Concórdia.

Há meio século, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária foi criada com a visão de transformar a paisagem agrícola do nosso país. Hoje nos reunimos nesta sessão solene para comemorar esse marco e refletimos sobre a incrível jornada que a Embrapa empreendeu, e o papel fundamental que desempenhou na formação do setor agrícola de nosso país, de forma muito especial para Concórdia.

A Embrapa está na vanguarda da inovação e pesquisa agrícola, dedicada a aumentar a produtividade, a sustentabilidade e a competitividade da agricultura brasileira através de seus esforços incansáveis. Não só transformou a vida de inúmeros agricultores, mas também contribuiu significativamente para o crescimento econômico da nossa nação e para a segurança alimentar global.

Ao comemorarmos os 48 anos da unidade Embrapa - Suínos e Aves de Concórdia, devemos reconhecer o papel fundamental que ela desempenhou no avanço da produção de suínos e aves de forma muito especial para esta grande região. É fundamental nesse momento fazer uma referência especial, porque quando o país atravessou momentos, talvez dos mais difíceis dos últimos anos, durante a pandemia, a Embrapa - Suínos e Aves colocou o seu laboratório à disposição para fazer exames e testes da Covid. E posso testemunhar isso, porque presido a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa e, naquele momento, a participação da Embrapa merece o destaque, porque cumpriu um papel social quando foi chamada. Quando surgiu a emergência, na verdade, não precisou ser chamada, se colocou à disposição e, por isso só, essa homenagem já seria devida, além de todos os demais motivos que nós temos para homenagear nesta noite.

A importância do trabalho da unidade Embrapa - Suínos e Aves vai muito além das fronteiras de Concórdia. Sua pesquisa se tornou fundamental para melhorar a eficiência e a sustentabilidade das práticas de produção de suínos e aves em todo o país. Isso não só garante o fornecimento constante de alimentos, mas também capacita a nossa indústria agrícola para satisfazer as crescentes exigências globais.

As conquistas da Embrapa nas últimas cinco décadas são a prova da dedicação, expertise e inovação de seus cientistas e pesquisadores. A Embrapa tem constantemente ultrapassado os limites do conhecimento, sendo pioneira em avanços no melhoramento de culturas, na criação de animais e em práticas agrícolas sustentáveis. Seu trabalho ajudou a agricultura brasileira a prosperar diante dos desafios das mudanças climáticas, de pragas e doenças.

Ao comemorarmos esses marcos, reconheçamos também a colaboração e as parcerias que são vitais para a Embrapa. A sinergia entre instituições governamentais e universidades, setor privado e comunidade agrícola, são a base sobre a qual as realizações da Embrapa foram construídas. Olhando para o futuro, podemos imaginar o brilhantismo que a Embrapa promete para a agricultura brasileira, com investimento, pesquisa e dedicação contínua.

A Embrapa desempenhará um papel crucial no enfrentamento dos desafios globais da segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico. Portanto, vamos celebrar as conquistas, honrar a dedicação e reafirmar o nosso apoio ao trabalho vital que a Embrapa realiza. Juntos, podemos olhar para o futuro, onde a agricultura brasileira continue a prosperar, alimentando a nossa nação e o mundo, ao mesmo tempo em que preservamos o nosso meio ambiente e a prosperidade econômica.

Parabéns a todos aqueles que fazem parte desta história, a cada trabalhador da Embrapa, cada trabalhadora, a sua direção e a todos os parceiros que acreditam nesta instituição. Obrigado e parabéns mais uma vez à Embrapa e à unidade Embrapa - Suínos e Aves de Concórdia por essa marcante jornada. E viva a ciência.

(Palmas)

A seguir, convido a mestre de cerimônias para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE DE CEREMÔNIAS (Nicolí Madeira) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-noite.

A Assembleia Legislativa celebra nesta noite os 50 anos de fundação da Embrapa. Considerada um marco histórico na agricultura brasileira, por ter impulsionado avanços significativos na pesquisa agropecuária.

O Parlamento catarinense celebra também os 48 anos da unidade Embrapa - Suínos e Aves em Concórdia. Uma instituição que desempenha um papel fundamental na evolução da produção de suínos e aves no país e que tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do setor, promovendo inovações, tecnologias e conhecimentos que beneficiam a agricultura e a economia nacional.

Neste momento, teremos a apresentação de um vídeo que mostra um pouco deste trabalho.

(Procede-se à apresentação do vídeo) [Transcrição: Cinthia]

Convidamos o senhor Deputado Neodi Saretta e o Deputado Edilson Massocco para fazerem a entrega das homenagens.

Recebe a homenagem a Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, neste ato representada pelo Chefe-Geral da Unidade Embrapa - Suínos e Aves, senhor Everton Luís Krabbe.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe também a homenagem a Embrapa - Suínos e Aves de Concórdia, neste ato representada pelo Chefe Adjunto de Transferência de Tecnologia da Unidade, senhor Franco Muller Martins.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, o Poder Legislativo presta homenagem a instituições que trabalharam em parceria com a Embrapa, permitindo o fortalecimento da avicultura e suinocultura em Santa Catarina.

Recebe a homenagem a Prefeitura Municipal de Concórdia, neste ato representada pelo excelentíssimo senhor Prefeito, Rogério Luciano Pacheco.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe a homenagem o Centro de Diagnóstico de Sanidade Animal - Cedisa, neste ato representado por seu Presidente, senhor Paulo Roberto Souza da Silveira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe a homenagem a Associação Catarinense de Criadores de Suínos, neste ato representada por seu Presidente, senhor Losivânio Luiz de Lorenzi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe a homenagem o Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina, o Sindicarne, neste ato representado por seu Presidente, senhor José Antônio Ribas Júnior.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe também a homenagem a Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia - Copérdia, neste ato representada por seu primeiro Vice-Presidente, senhor Ademar da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe a homenagem o Sistema Aurora Coop, representado neste ato por seu Presidente e Diretor Executivo, senhor Neivor Canton.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe a homenagem a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, Cidasc, representada neste ato pelo Diretor de Desenvolvimento Institucional, senhor Marcos Roberto Pacheco.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe a homenagem a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Epagri, neste ato representada pelo Gerente do Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar, senhor Vagner Miranda Portes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe a homenagem o Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA, neste ato representado pelo Gerente Regional da Instituição, senhor Claiton Casagrande.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O Parlamento catarinense também homenageia servidores, em reconhecimento a dedicação de todos os profissionais que atuaram ou atuam na Embrapa.

Pelo protagonismo na articulação da implantação da Embrapa, convidamos para receber a homenagem o senhor Élvio de Oliveira Flores, neste ato representado pelo senhor Darci Dambrós Junior.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pelos serviços prestados como Chefe-Geral da Embrapa - Suínos e Aves nos períodos de julho de 1997 a abril de 2004 e de janeiro de 2009 a agosto de 2014, convidamos para receber a homenagem o Pesquisador Dirceu João Duarte Talamini.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pelos serviços prestados como Chefe-Geral da Embrapa - Suínos e Aves no período de abril de 2004 a janeiro de 2009, convidamos para receber a homenagem o Pesquisador Elsieo Antônio Pereira de Figueiredo.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pelos serviços prestados como Chefe-Geral da Embrapa - Suínos e Aves no período de agosto de 2014 a agosto de 2021, convidamos para receber a homenagem a Pesquisadora Janice Reis Zanella, neste ato representada pelo senhor Armando Lopes do Amaral.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas) [Transcrição: Milyane]

Pelos serviços prestados como pesquisador na liderança do desenvolvimento da Central de Inteligência de Aves e Suínos, recebe a homenagem, *in memoriam*, Jonas Irineu dos Santos Filho, neste ato representado pela senhora Teresinha Marisa Bertol.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pelos serviços prestados como pesquisador na liderança pelo desenvolvimento do Suíno *Light*, recebe homenagem, *in memoriam*, Jerônimo Antônio Fávero, neste ato representado pela senhora Maria Bernadete Burin Fávero.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pelos serviços prestados como pesquisador na liderança das pesquisas para o desenvolvimento da vacina da rinite atrófica, convidamos para receber a homenagem o senhor, José Rinaldi Feitosa Brito, neste ato representado pela pesquisadora Jalusa Deon Kich.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pelos serviços prestados como pesquisador na liderança do trabalho de erradicação da doença Aujeszky em Santa Catarina, convidamos para receber a homenagem o pesquisador aposentado, senhor Nelson Morés.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pelos serviços prestados como pesquisadora na liderança da articulação para a implantação da rede de laboratórios de sanidade de aves, convidamos para receber a homenagem a pesquisadora aposentada, senhora Liana Brentano, neste ato representada pela senhora Kátia Cilene Klen.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pelos serviços prestados como pesquisadora nas soluções tecnológicas para a sustentabilidade ambiental nas cadeias produtivas de suínos e aves, convidamos para receber a homenagem a pesquisadora aposentada, senhora Doralice Pedroso de Paiva, neste ato representada pelo senhor Paulo César Balde.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pelos serviços prestados na gestão de processos voltados ao desenvolvimento de capital humano, convidamos para receber a homenagem à senhora Delsi Schneider dos Santos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecemos aos senhores deputados pela entrega das homenagens e parabenizamos a todos os homenageados desta noite.

Esta sessão está sendo transmitida ao vivo pela TVAL e pelo canal da Assembleia Legislativa no *Youtube*, onde ficará disponível para visualização. Boa-noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Registramos a presença também, nesta noite, do senhor Vereador Anderson Guzzatto, de Concórdia, e do senhor Rodinei Zanella, gerente regional de Saúde do município de Concórdia.

Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados da noite, o Presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Estado de Santa Catarina, José Antônio Ribas Júnior.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO RIBAS JÚNIOR – Boa-noite! Gostaria de cumprimentar os meus amigos, Deputado Saretta; o nosso grande homenageado da noite, liderando a nossa Embrapa, o Everton; em nome de vocês, todos os demais aqui da Mesa.

Eu fico muito feliz, porque tem duas situações importantes para mim hoje aqui. Primeiro, que fui morador da cidade de Concórdia por duas vezes na minha vida, somando esse tempo são oito anos. Segundo, que sou egresso da Faculdade de Passo Fundo, melhor faculdade do mundo. Enfim, eu fui contemplado com a alegria de poder falar um pouquinho deste momento que estamos vivendo, do que significa a Embrapa para nós, do que significa este setor, eu acho que é bom falar um pouco de números.

Nós estamos aqui mais de uma hora, nesta uma hora, nós abatemos no Brasil mais de 1 milhão de frangos. Nesta uma hora que nós estamos aqui, nós abatemos no Brasil mais de 10 mil suínos, ou seja, esses números superlativos que nós estamos alcançando dentro da nossa produção, que nos colocaram na liderança mundial de exportação de frango. Hoje, de cada 3 frangos comercializados no mundo, um é brasileiro, ou seja, um pouco mais de 30% do frango comercializado no mundo é do Brasil. Somos líderes mundiais nisso, somos o segundo maior produtor de frango do mundo, somos o quarto maior produtor de suínos do mundo, crescendo. Estes números não foram alcançados à toa. Atrás ou por trás de todo este crescimento, de toda essa pujança, de toda essa grandeza que nós conquistamos, existe o que foi visto pelos vídeos aqui, no qual todos nós assistimos, com muita ciência e tecnologia.

É a mão de muita gente, é a mão do nosso produtor que soube entender a importância e abraçar a causa da produção de aves e suínos, é a mão das cooperativas, Neivor, aqui representando o sistema cooperativo, que é um setor de excelência dentro do Brasil, especialmente aqui em Santa Catarina, das agroindústrias, das nossas entidades de vigilância, sejam federais, estaduais e fundamentalmente da área de geração de conhecimento, de ciência, como o papel que a Embrapa cumpre, e fico feliz aqui, Everton, de ver grandes amigos que convivi por muito tempo quando morei aqui e que manteve essa amizade, esse contato, aprendi muito nessa estada aqui, com eles, com essas grandes cabeças, cabeças brilhantes.

Mas, enfim, estamos muito felizes em poder homenagear todos vocês pelo trabalho, que permitiu fazer com que nós conseguíssemos alcançar essa liderança. Essa liderança vem de coisas muito simples, de produzir com muita qualidade, de produzir com maior patrimônio que é de se orgulhar. A sanidade que nós temos aqui, estamos com os problemas sanitários batendo à porta, mas nós conseguimos, de maneira muito resiliente, manter a limpeza de todos os nossos plantéis, um investimento muito grande em biossegurança feito há muitos anos, também com muito trabalho de ciência, com muito trabalho de pesquisa, de desenvolvimento para que pudéssemos alcançar esses níveis. *[Transcrição: Guilherme]*

E falo mais até, falando para os nossos representantes aqui da Assembleia, o que seria de uma cidade como Concórdia, como Chapecó, Maravilha, Seara, não fosse o agronegócio? Quem leva o desenvolvimento do Brasil para longe do litoral, para longe das capitais, senão o agronegócio? Trabalhos científicos apresentados, inclusive, recentemente, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mostrando que o IDH das cidades, onde a atividade de aves e suínos está presente, eu não falo de cidades que têm grandes abatedouros, como aqui, falo onde está a atividade, inclusive, rural, dos nossos produtores. Cidades que possuem essa atividade têm o IDH significativamente superior às cidades de mesmo porte que não possuem essa atividade. Ou seja, nós somos geradores de volumes extraordinários de produção, produzimos quase 15 milhões de toneladas de aves por ano, produzimos um pouquinho mais de 5 milhões de toneladas de suínos por ano. E conseguimos fazer isso, gerando emprego, gerando qualidade de vida, gerando sustentabilidade. E novamente, graças a muito trabalho, de muita ciência, muita tecnologia.

Então, é um orgulho muito grande, esses números falam por si e a homenagem é muito mais do que merecida, porque ela foi parte fundamental dessa jornada e dessa conquista. E que esse sucesso, que nos trouxe até aqui, seja fonte de inspiração para que continue essa jornada, porque existem muitos desafios e temos muito o que crescer.

Eu lembro de 10, 15 anos atrás, em que nós falávamos: “quando é que vamos romper a barreira das 500 mil toneladas de exportação de aves e suínos do Brasil?” Rompemos o ano passado, mais de 500 mil toneladas exportadas por mês. Santa Catarina, Deputado, exportou, no primeiro semestre deste ano, quase U\$2 bilhões de dólares em aves e suínos, representamos 52% da exportação de suínos do Brasil, um Estado pequeno. Representamos 23% da exportação total do Brasil de aves, grande parte da receita de exportação do país está nessas cadeias de aves e suínos. E de novo, está aqui a prova de que isso não foi feito por orquestração dos astros, alinhamento dos astros, foi feito com muito trabalho, com muito suor e com muita ciência e tecnologia.

Não quero me estender aqui, quero deixar meus parabéns, dizer a todos que fizeram parte dessa jornada, vejo vários rostos conhecidos aqui, vários amigos da Embrapa, que a gente pode, não só como sindicato das agroindústrias, mas com todos os que aqui foram homenageados também, todos nós podemos, juntos, de alguma maneira, também contribuir. Que possamos continuar essa jornada juntos, porque eu acho que isso ainda vai nos colocar em uma condição de, cada vez mais, sermos a alavanca do desenvolvimento deste país.

Eu falo e sempre repito: se os nossos governantes querem investir no social, o melhor investimento é no agro, o agro gera emprego, gera conhecimento, porque se somos 30% do PIB do Brasil, os outros 70 talvez não teriam a força que tem hoje se não fosse a base do agronegócio brasileiro, que mesmo durante a pandemia fomos o maior gerador de empregos do Brasil. Mesmo durante a pandemia fomos o maior gerador de riqueza do Brasil, 55% da balança comercial vem do agro brasileiro. Então, com isso é fácil de inserir a Embrapa dentro desse contexto, porque ela faz parte.

Tomara que todos os nossos governantes - aí peço aos nossos deputados que sejam grandes apoiadores - invistam na Embrapa, investir no Brasil é investir no agro, é investir na continuidade, na sustentabilidade deste país, porque essa é a nossa grande alavanca econômica.

Muito obrigado, senhores!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Convido agora para fazer uso da palavra o chefe-geral da Embrapa - Suínos e Aves, senhor Everton Luís Krabbe.

O SR. EVERTON LUÍS KRABBE – Cumprimento todas as autoridades já nominadas aqui pelo protocolo. Também gostaria de agradecer, de forma especial, aos nossos representantes de Concórdia, pela proposição desta sessão solene em homenagem à Embrapa por completar, neste ano, 50 anos com importantes contribuições para a agropecuária e, consequentemente, para toda a população brasileira.

Ainda quero aqui, em público, destacar que as entidades e pessoas homenageadas foram e seguem sendo importantes para a Embrapa - Suínos e Aves. A Embrapa - Suínos e Aves é apenas uma das 43 unidades da Embrapa distribuídas por todo o território brasileiro. A cada um, nosso sincero agradecimento pela parceria e apoio ao trabalho que a unidade desenvolve em prol da agricultura e da suinocultura.

Foram muitas pesquisas que impactaram as cadeias produtivas através da atuação em projetos e atividades que fizeram a nossa história. As pessoas homenageadas representam na verdade equipes e colegas, esse é o espírito que nutrimos dentro da Embrapa através de nossos valores: confiança, integridade, respeito, conectividade, inovação, excelência e sustentabilidade. É assim que conseguimos cumprir com nossa missão, viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura em benefício da sociedade brasileira.

É preciso dizer que a Embrapa não trabalha sozinha, nossa lógica é sempre trabalhar em sinergia com cooperativas, agroindústrias e entidades de abrangência nacional, estadual ou municipal. Com aquelas que tratam de assistência técnica, pesquisa, meio ambiente, sanidade, educação, dentre outras. Essa sinergia de fato é o caminho para que realmente se alcance a nossa razão de existir, que é o produtor rural, proporcionando melhores condições para que ele produza os alimentos que nós todos consumimos diariamente, razão pela qual estamos celebrando este momento com cada um de vocês.

Muitos de vocês talvez se perguntem: como a Embrapa surgiu e se tornou tão reconhecida? A criação da Embrapa, ou da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, ocorreu em 1973, quando Cirne Lima era Ministro da Agricultura. Naquela época, o Brasil era então conhecido apenas como um produtor de café, açúcar e cacau, as chamadas *commodities* da época. O país, acreditem, ainda importava para os seus consumos grandes quantidades de arroz, feijão, carne, leite, milho, trigo e outros cereais. Por muitos, era inadmissível importar produtos da mesa, do dia a dia da população, era necessário modernizar a produção agrícola do Brasil, estabelecer uma instituição capaz de gerar conhecimentos e inovação para um novo modelo de agricultura tropical.

Como não havia, naquela época, conhecimento suficiente no Brasil, uma estratégia ousada foi implementada e que resultou na cultura de vanguarda da Embrapa. Portanto, começou a ser forjada nos primeiros anos de sua existência, quando enviou ao exterior mais de mil pesquisadores para as melhores escolas de agricultura do mundo. Não se tem notícia até hoje de algo semelhante em qualquer outro país. De forma ordenada, havia ali, uma política clara de desenvolvimento nacional.

Naquele momento, um bioma com mais de 200 milhões de hectares era então uma área inóspita de plantas retorcidas, com um solo pobre e ácido. “Cerrado, nem dado, nem herdado”, era o ditado. Após 50 anos, a pesquisa transformou os Cerrados num dos maiores celeiros de produção de alimentos para o mundo - a soja, cultura de clima temperado foi tropicalizada. Agora, para surpresa de muitos, isso ocorre com o trigo, através de variedades melhoradas e adaptadas pela Embrapa aos Cerrados, algo inimaginável há pouco tempo.

Além de focar sua agenda em apoio ao desenvolvimento de cadeias produtivas, com grande expressão na balança comercial do país, a Embrapa desenvolve também projetos e ações com forte impacto na redução da pobreza e na inclusão social, em especial no nordeste e no norte do Brasil.

A empresa não trabalha apenas para o grande agronegócio, ela trabalha para todas as agriculturas e agricultores do Brasil, para o pequeno, o médio e o grande produtor rural. Do Pampa à Caatinga, dos Cerrados à Amazônia, hoje, mais de 30% dos projetos da empresa são vinculados à agricultura familiar. Tecnologias como “barraginhas”, fossa séptica biodigestora, controle de aflatoxina em castanha do Brasil, sisteminha Embrapa, por exemplo, dão qualidade de vida e ajudam a matar a fome de milhares de famílias do Brasil. *[Transcrição: Eliana]*

As conquistas da agropecuária brasileira tiveram uma decisiva contribuição da Embrapa e de seus parceiros, muitas são aparentes e estão diariamente na mesa de todos os brasileiros, no café da manhã, no almoço e no jantar. Estão no vestuário, estão no papel, em medicamentos e nos combustíveis renováveis. São os produtos de mais de 13.000 projetos desde a criação da Embrapa, e mais de 90 programas de melhoramento genético animal e vegetal. Perfazem apenas 1/3 de todo o conhecimento gerado pela Embrapa, cristalizado em soluções visíveis, outros 2/3 das dissoluções produzidas pela empresa são conhecimentos intangíveis, não perceptíveis ao olho nu, estão presentes no manejo integrado de pragas e doenças, por exemplo, na fixação biológica de nitrogênio, na tecnologia do plantio direto, no manejo e conservação dos solos e da água, nas técnicas de colheita, pós-colheita e processamento de produtos de origem animal e vegetal, dentre tantos outros.

Só nestes últimos quatro anos, a Embrapa entregou mais de 200 ativos tecnológicos já incorporados em dezenas de cadeias produtivas, desde variedades de uva, por exemplo, destinadas à produção de vinhos, tecnologias para a melhoria de sanidade de rebanhos, gestão ambiental das cadeias de proteína animal, biopesticidas para o controle de pragas, como a terrível lagarta do cartucho do milho e da mosca branca. E por que não citar uma das maiores descobertas das ciências agrárias do século 21? Um bioinsumo mobilizador de fósforo retido nos solos, aumentando sua biodisponibilidade para as plantas, a lista é extensa.

A produção agrícola cresceu, o país se orgulha de conquistar a segurança alimentar de forma sustentável. Essa sustentabilidade tem base sólida em ciência, tecnologia e inovação e elas subsidiam a formulação de políticas públicas. O Parlamento brasileiro, com apoio da Embrapa e outras instituições, tem aprovado ao longo das últimas décadas, dispositivos legais na raiz do desenvolvimento sustentável da agricultura. Exemplo são o Código Florestal, o plano nacional de agricultura de baixo carbono, o zoneamento de risco climático e a política nacional de integração lavoura, pecuária, florestal, dentre outras. Com base no Cadastro Ambiental Rural - o CAR, criado à luz do Código Florestal, pesquisadores da Embrapa demonstraram que 2/3 do território brasileiro está protegido ou preservado com vegetação ou floresta nativa. São mais de 500 milhões de hectares de preservação e proteção. É possível produzir e preservar o ambiente.

As atividades agrícolas, pecuárias e florestais ocupam 30% do território nacional. Nesse espaço, estão quase 100 milhões de hectares de pastagens degradadas, ou subutilizadas. Com tecnologia, parte dessa área pode ser reconvertida em agricultura, há tecnologia para isso.

Vejamos na avicultura e suinocultura aqui em Santa Catarina, em todos os municípios, como foi bem pontuado pelo colega Ribas, onde estas cadeias estão fortalecidas, existe também uma economia forte e qualidade de vida, algo que foi comprovado pela própria Embrapa, medido através de indicadores como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano já citado. Em 2023 eram 52, agora já são 55% de toda a carne suína exportada pelo Brasil, 55% de toda a carne suína exportada pelo Brasil saiu deste Estado, Santa Catarina.

(Palmas)

Este Estado produz um milhão e meio de suínos todos os meses, é aqui em Santa Catarina que são produzidos 32% de todos os suínos brasileiros, um em cada três. No caso de frangos de corte, Santa Catarina produz 75 milhões de frangos todos os meses, isso representa 15% da produção brasileira. Mas como isso é possível? Isso acontece quando existe a união do fantástico trabalho dos produtores rurais e dos trabalhadores das agroindústrias, aplicando a tecnologia gerada através da ciência e apoiada pelo Estado. O resultado disso repercute em produtos sustentáveis, competitivos e de elevado padrão sanitário, mérito de todos os atores aqui representados, que de alguma forma tornam o agronegócio de Santa Catarina uma referência para o Brasil e para o mundo.

Senhoras e senhores, tenham a certeza, a Embrapa seguirá fiel ao seu compromisso de contribuir com afinco e determinação ao desenvolvimento mais equânime do Brasil no combate à fome, na erradicação da pobreza rural, na geração de emprego e renda, na melhoria da competitividade e sustentabilidade da agropecuária brasileira. Tenho convicção que a Embrapa continuará a contribuir para o estabelecimento de uma sociedade mais justa e para a melhoria da qualidade de vida presente e futura da população brasileira.

Em nome de todos os colegas da Embrapa, um agradecimento especial à Assembleia Legislativa de Santa Catarina e a toda equipe por proporcionar esta honrosa homenagem aos 50 anos da nossa instituição. Muito obrigado pela presença de todos!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Obrigado Everton Luís Krabbe, que fez uso da palavra como chefe-geral da Embrapa - Suínos e Aves.

Convido agora para fazer uso da palavra o Vereador Fábio Luiz Ferri, presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

O SR. VEREADOR FÁBIO LUIZ FERRI – Boa-noite a todos os senhores, a todas as senhoras. Cumprimentar o Deputado Neodi Saretta, Deputado Edilson Massocco e o parabenizo pelo brilhante trabalho, o nosso líder do Governo Jorginho Mello tem feito um brilhante trabalho em benefício a todo o nosso estado de Santa Catarina. Primeiro mandato já é líder do Governo, isso mostra a força também do nosso Oeste, isso é muito importante. Cumprimentar o Everton, e cumprimentar a todos os colaboradores da Embrapa e, se me permite, as demais autoridades que fazem parte aqui da Mesa.

Fica difícil falar agora, tantos intelectuais que me antecederam, fica um pouco mais complicado falar, mas quero aqui, em nome dos meus colegas vereadores, que fazem parte dessa homenagem tão importante, tentar deixar algumas palavras de reconhecimento a essa empresa importante, que é a Embrapa.

Comemorarmos 50 anos da Embrapa Brasil e eu tenho a Embrapa, Everton, com um elevado conceito. Aos domingos, eu assisto um programa de televisão, que eu considero talvez o mais sério de todos, que é o Globo Rural. Acho que é uma referência quando falamos, e lá está a Embrapa, tudo que nós falamos está lá a Embrapa, tirando dúvidas, mostrando a sua força. É um programa que eu acordo domingo para ver, o único. Então, quero dizer que ali eu vejo o quanto é importante e me apaixono pelo trabalho da Embrapa Brasil.

Quero também fazer uma referência ao Aldair Picinini, que foi em busca dessa homenagem, pela paixão, pelo amor que tem por essa empresa que nós conhecemos há anos. Então, meus parabéns também. E dizer para vocês que, mais especificamente da Embrapa Concórdia, dos 48 anos, eu quero falar que foi uma união muito importante e sábia de intelectuais, através dos pesquisadores, parte técnica para administrar, e uma força de trabalho dessa região do Distrito de Tamanduá, das pessoas que ali moram e que se aproximaram e foram trabalhar na Embrapa. Onde ela também tem uma questão social que nós não podemos deixar aqui de falar a sua relevância. Então isso tudo mudou, com certeza, a nossa

região de Concórdia. Eu sou suspeito de falar da Embrapa Concórdia, porque meu pai e minha mãe são de Tamanduá, tenho paixão por esse lugar, então a Embrapa fez parte da nossa infância, fez parte de tudo e hoje nós percebemos, como foi dito aqui pelas sábias palavras do nosso representante do sindicato, pelo Everton, o quanto nós somos referência no país e quanto nós precisamos continuar avançando. Se nós somos o celeiro do país, precisamos avançar em pesquisa, é só isso que nos torna grandes, a qualidade. Hoje ela é importante lá fora, só compram produtos de qualidade e quando nós temos um selo Embrapa, isso sim mostra a nossa capacidade. *[Transcrição: Taquígrafa Sílvia]*

Então, deixar aqui um reconhecimento a todos vocês, colaboradores. Se nós chegamos aos 50 anos, 48 anos da nossa unidade, ninguém comemora aniversários, ninguém é homenageado por uma instituição tão importante, quanto a Assembleia Legislativa, se não é uma referência. Mas com certeza não só uma referência nacional, é internacional, pela capacidade que vocês têm de transformação.

Hoje é fácil! Eu tenho 50 anos. Ali estão nossos produtores, como é bom falar do agro, do PIB que nós temos em Concórdia. Mas tudo isso teve um começo, tijolinho por tijolinho, pesquisa por pesquisa, enfrentando barreiras, acredito que os pesquisadores mais antigos devem ter enfrentado também muitas barreiras para trazer tecnologia, trazer novidade para a sociedade, mas foi enfrentado com coragem, porque sabiam aonde queriam chegar. Tinham certeza nos seus propósitos, e hoje nós estamos aqui, comemorando meio século, não é? E os 48 anos.

Então, sintam-se abraçados pela Câmara de Vereadores. Agradeço a minha esposa, Marta, que está me acompanhando hoje. Falei para ela, “vamos lá, hoje é uma noite especial, é uma noite que nós precisamos estar”, porque muitas vezes, no Brasil, nós temos que aprender a homenagear boas práticas. Nós temos que aprender que os heróis brasileiros são aqueles que trabalham, que produzem. Nós temos que mudar um pouco os conceitos que nós temos no nosso país. Os heróis brasileiros são aqueles que, sim, se debruçam em cima de livros, por noites e noites, para transformar esse país, aqui, nesse celeiro. Sem educação, sem pesquisa, nós não vamos continuar sendo referência em nada, e precisamos avançar a passos largos. O mundo precisa da Embrapa. Nós precisamos de comida e precisamos nos unir quanto a isso. Muito obrigado, uma boa noite a todos!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) – Muito obrigado! Convido agora para fazer uso da palavra o excelentíssimo senhor Prefeito de Concórdia, Rogério Luciano Pacheco.

O SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA (Rogério Luciano Pacheco) - Boa-noite a todos! Cumprimento o Deputado Neodi Saretta, bem como o Deputado Edilson Massocco, deputados estes que representam neste ato a Assembleia Legislativa de Santa Catarina; saudar também o Vereador Fábio Ferri, que representa o Poder Legislativo do nosso município, extensivo a todos os vereadores e vereadoras que aqui estão. Saudar também o Everton, que é o nosso chefe-geral da unidade, Embrapa - Suínos e Aves, extensivo também a todos os pesquisadores e colaboradores da Embrapa.

E se me permitem, quero estender esta saudação a todos os membros da Mesa, já nominados aqui pelo protocolo. Saudar os homenageados, senhoras, senhores, em nome da administração pública municipal quero agradecer o convite, e também agradecer a homenagem, a qual divido com todos os nossos servidores públicos, e dizer que é com muita satisfação que estamos participando desta sessão solene em homenagem aos 50 anos da Embrapa, também em homenagem aos 48 anos da nossa unidade Embrapa - Suínos e Aves, unidade esta que é descentralizada da Embrapa nacional, mas que tem uma missão, como aqui já foi dito, de viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e de inovação para a sustentabilidade da suinocultura e da avicultura.

Como representante do Executivo, eu só tenho que agradecer e parabenizar o trabalho que a Embrapa faz de pesquisa científica, dentro dessas duas cadeias produtivas que são importantíssimas para nossa cidade, para o nosso país, enfim, que são a suinocultura e a avicultura, não só no controle das doenças, mas também no aperfeiçoamento das rações e, principalmente, no melhoramento genético desses animais, que isso impulsiona. E o presidente da Aurora vai saber o que eu estou dizendo, não é, Canton? Facilita e muito a exportação desses produtos. Por isso que, como Prefeito, eu fico feliz em saber de todo esse trabalho de pesquisa científica que a Embrapa faz, e que coloca Concórdia como a maior produtora de suínos de Santa Catarina. Somos hoje a segunda maior produtora de aves, também, de Santa Catarina, e tudo isso impulsiona ainda mais o agronegócio na nossa cidade, no nosso Estado e no nosso país.

Portanto, eu só tenho que enaltecer esse trabalho da Embrapa, em nome do chefe-geral da unidade Embrapa - Suínos e Aves, o Everton, e, conseqüentemente também a todos os pesquisadores que aqui estão, os colaboradores da Embrapa, por esse trabalho que é reconhecido no mundo inteiro, pelos relevantes serviços prestados. Tenho certeza que estarão continuando ainda, por muitos anos, fazendo com que toda essa energia positiva venha agregar valor dentro desse contexto todo relacionado ao agronegócio.

Então, muito obrigado, parabéns, Embrapa pelos seus 50 anos. Parabéns a nossa unidade aqui de Concórdia pelos seus 48 anos, e viva o agronegócio. Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Obrigado, Prefeito Rogério Luciano Pacheco, obrigado a todas as demais autoridades que se manifestaram, que falaram, a todos os que estão aqui presentes, acompanhando também esse evento. Quero destacar o Instituto Federal Catarinense, na pessoa do professor Rudi, pela cedência do espaço, pela gentileza e presteza do atendimento. Nós também agradecemos a equipe da Alesc, a equipe fez questão de me lembrar de que vocês foram extremamente atenciosos e gentis. Então, nós agradecemos e, da mesma forma, agradecemos a equipe.

Quero também fazer, já falamos dos servidores, todos, da Embrapa, os empregados, mas me ocorre que o primeiro empregado da Embrapa, que eu lembro de ter conhecido, foi o Cláudio Rocha de Miranda, que está aqui presente, então, em nome do Cláudio Rocha de Miranda, do Cícero Monticelli, que me parece que foram. O Jean, eu conheci antes, mas era lá na imprensa. O Cícero, que me parece que são os dois empregados que eu pessoalmente conheço. Não sei qual o Massocco conheceu há mais tempo. Mas, enfim, acho que em nome de vocês dois, creio que podemos saudar a todos os empregados também. Muito obrigado pela presença e pelo apoio.

Essa Presidência agradece a presença das autoridades e de todos os que nos honraram com o comparecimento nesta noite. Antes de encerrar a presente sessão, convoco sessão ordinária para a próxima terça-feira, no horário regimental.

Após ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina, estará encerrada esta sessão.

(Procede-se à execução do hino.)

Está encerrada a sessão. [Transcrição: Sara] [Revisão: Yasmim]

— * * * —

ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Camilo Martins - Carlos Humberto - Delegado Egidio - Dr. Vicente Caropreso - Emerson Stein - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Lunelli - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Massocco - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Pedrão Silvestre - Pepê Collaço - Repórter Sérgio Guimarães - Tiago Zilli - Volnei Weber - Zé Caramori.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal

Deputado Maurício Eskudlark

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) - Informa que assumiu a presidência da Comissão de Relacionamento Institucional da Alesc, Relacionamento Internacional e do Mercosul, e que recebeu o convite do Secretário de Estado do Turismo para participar da Feira Internacional de Turismo em Buenos Aires. Fala que a Argentina é o principal país que visita o Brasil no turismo exterior. Menciona o que foi escutado dos operadores do turismo, naquela feira, que se terá uma temporada com muitos visitantes estrangeiros. Ressalta que o turismo, em Santa Catarina, representa 14% do nosso

PIB, e poderá apresentar um novo desenvolvimento econômico e social, pois gera várias oportunidades. E, também, de acordo com a administração do Aeroporto de Florianópolis, haverá novos voos para diversos países.

Afirma que, à frente dessa comissão, fará discussões importantes como a importação de aço que está muito dificultada para a indústria da construção civil, para indústria pesada, e outras discussões. Diz que fez contato com a administração do aeroporto de Navegantes e que estão empolgados com a construção de várias obras, já que será o principal aeroporto de cargas do sul do Brasil. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) – Manifesta-se, na tribuna, para falar do falecimento da senhora Teresa Maria Rubini Nicoluzzi, prestando-lhe uma homenagem e trazendo seus sentimentos de pesar a toda família, uma pessoa muito especial, para Jaraguá do Sul, que fundou a APAE desse Município em 1973. Fala da sua emoção ao saber que seus pais também fizeram parte dessa fundação.

Menciona a proliferação de escolas médicas, e percebe que se enfrenta a necessidade de formação cada vez mais intensa de profissionais médicos. Mas, também percebe, ao afirmar que está havendo a prescrição indiscriminada de corticoide, são vendidos sem controle, e que deveria ser como os antibióticos, que tem um receituário controlado para evitar problemas. O corticoide sem controle pode levar à diabetes, hipertensão arterial, e a outras complicações.

Esclarece que, juntamente com outros médicos e pesquisadores da UFSC, estão procurando investigar isso e fazer com que haja um melhor controle do uso desse medicamento, e que isso passa, sim, pela formação médica. Informa que fez uma indicação dirigida à Anvisa com um pedido de alerta para que esse medicamento tenha uma prescrição controlada.

Deputado Lunelli (Aparteante) – Parabeniza-o por sua colocação, diz que Jaraguá do Sul, hoje, está consternada com esse falecimento. Ressalta que o Deputado sempre trabalhou doando parte de sua vida às questões da Apae. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO MATHEUS CADORIN (Orador) – É com satisfação que anuncia o encerramento do Programa "Você Decide", a proposta de distribuição de emendas parlamentares através do voto direto da população. Registra que foram recebidos 246 projetos de todo o Estado, e, destes, uma equipe técnica avaliou os 30 melhores, que foram para uma votação aberta *on-line*, que aconteceu até a noite de segunda-feira. Através dos depoimentos apresentados, acredita que as pessoas entenderam o propósito de fazer algo diferente, mais justo e mais transparente, dando oportunidade a instituições e cidades menores que têm pouco acesso ao recurso das emendas, porque se o imposto é pago pelo cidadão, ele precisa voltar ao cidadão.

Informa que o programa contemplou 16 projetos, com um total de votos válidos de quase 27 mil, e totalizando R\$5.183.000,00 em emendas. Declara que todos tiveram a oportunidade de engajar as suas comunidades e angariar os seus votos de forma transparente, com informações atualizadas diariamente, uma central de atendimento recebendo todas as dúvidas também foi colocada à disposição. Ressalta que o programa também serviu para engajar a população em questões políticas, não só próximo de eleições, mas também em momentos de abraçar causas dentro da comunidade.

Considera o programa um sucesso, e aproveita para agradecer a sua equipe que trabalhou pelo programa e trazendo também novas ideias. Finalmente, coloca-se à disposição dos senhores Deputados que tiverem interesse em entender o processo do programa que foi implementado. Agradece a todos que participaram, mandaram os projetos, bem como àqueles que votaram.

Deputado Mário Motta (Aparteante) – Parabeniza o Deputado, entendendo que essa iniciativa abre uma forma diferenciada de observar o destino das emendas. Lamenta que somente com o dinheiro das emendas não seja possível atender a todos, mas cabe ao Executivo, com o dinheiro do Orçamento, atender as demandas do Estado. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO LUNELLI (Orador) - Faz críticas ao atual Governo Federal, alegando ser um desgoverno. Afirma que as contas da União alcançaram um rombo de R\$104 bilhões nos oito primeiros meses deste ano. Alerta para a situação nas contas dos municípios e defende mudanças na redistribuição dos impostos, ressaltando que o modelo atual está falido. Discorre sobre a lista de desastres do Governo Lula e que o desenvolvimento do país está sendo prejudicado. Alega que só o PT não teme a falência do Brasil, pois quem paga a conta é a sociedade, desabafa o parlamentar. *[Taquígrafa: Rubia]*

Partidos Políticos

Partido: PP

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) – Demonstra preocupação com a situação dos produtores de leite de Santa Catarina e do Brasil. Acrescenta que há uma crise desumana e sem precedentes na história do país por conta de acordos comerciais no Mercosul, barateando o preço final do leite oriundo dos países vizinhos.

Informa que participou de uma audiência pública, em Braço do Norte, para ouvir os produtores de leite da região. Comunica que está apresentando um requerimento solicitando que o Governo do Estado adote a mesma política adotada na crise da suinocultura, subsidiando juros para ajudar os produtores catarinenses. E também apela ao Governo Federal para que não penalize os brasileiros nos acordos comerciais. Sugere que o Governo Federal, juntamente com o Ministério da Agricultura, crie subsídio para proteger os produtores de leite brasileiros.

Deputado Pedrão Silvestre (Aparteante) – Parabeniza o Deputado pela fala e concorda que o produtor de leite catarinense e brasileiro deve ser protegido.

Deputado Lunelli (Aparteante) – Concorda com a pauta do Deputado e aguarda justiça para ajudar os produtores de leite.

Deputado Tiago Zilli (Aparteante) – Corroborar a fala do Deputado pela defesa da produção de leite nacional.

Deputado Mário Motta (Aparteante) – Parabeniza o Deputado pelo discurso em prol dos produtores de leite de Santa Catarina. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER (Orador) - Faz uso da tribuna para elogiar o eloquente trabalho do Governador Jorginho Mello. Destaca, em especial, a região de Joinville relacionada à redução dos índices de criminalidade que foram obtidos, graças ao comando das forças de segurança.

Também, comenta sobre os investimentos na área da saúde, como recursos destinados ao Hospital Municipal São José e o feito do mutirão de cirurgias eletivas. Demonstra felicidade por participar do Governo Jorginho Mello, pois o considera ativo e tem levado resultados para a região que representa. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Deputado Mário Motta – Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) – Concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Mário Motta.

DEPUTADO MÁRIO MOTTA – Informa sobre a situação das chuvas que assolam o Estado, como a cidade de São Bento do Sul, que decretou situação de emergência, e a questão de estradas interditadas no interior em função da queda de barreiras e outros problemas.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) – Corroborar a fala do Deputado e pede a todos que tomem cuidado nas rodovias. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: MDB

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Orador) – Lembra que enquanto Parlamentar não pode deixar de defender o que pensa e externar o que acredita.

Traz à tribuna o debate sobre o aborto, ao citar que, enquanto vereador em Joinville, foi aprovada a Lei do Dia do Nascituro, reforçando que acredita que a vida existe desde a concepção. Cita que vê o tema como uma grande polêmica utilizada por alguns. Entende que o discurso deve existir, mas espera mais ação do que somente discurso. Posiciona-se contra a descriminalização do aborto, e diz que as ideias defendidas para tal ato não se sustentam.

Lembra que também existem crianças morrendo por desnutrição, falta de saneamento básico nos municípios e por uso de drogas. Espera que o debate seja sobre a criança e adolescente e não somente a favor do aborto, pois espera atendimento de qualidade na saúde pública. Fala da fila de crianças que estão na espera de adoção e por vezes a burocracia não permite, espera que o debate seja mais amplo e que não seja somente bandeira partidária. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) – Presta solidariedade às vítimas das enchentes e alagamentos em Santa Catarina. Solicita ao Governo do Estado para que todas as estruturas da Defesa Civil possam ser acionadas para atender os problemas relacionados às enchentes.

Comunica que outubro é o mês dedicado à conscientização e prevenção do câncer de mama. Comenta sobre os dados numéricos para argumentar a importância e a necessidade de combater o câncer de mama em Santa Catarina. Comunica que esteve no Palácio da Agrônômica, na última segunda-feira, para se reunir com a Secretária de Saúde e Redes Femininas de Combate ao Câncer em Santa Catarina e debater ações e atividades relacionadas ao tema.

Reforça a necessidade de disponibilizar estruturas para realizar os exames periódicos para detecção precoce, além de programas de conscientização, pesquisas e acesso facilitado ao serviço de saúde. Comunica que a Comissão de Saúde aprovou uma reunião para debater com especialistas a situação das mulheres em vulnerabilidade social e o papel do SUS nesse caso. Tece elogios ao trabalho de reconstrução mamária executado no Hospital Santa Terezinha, em Joaçaba. E reforça a necessidade de executar ações para combater e prevenir o câncer de mama. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) – Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até o horário reservado à Ordem do Dia, às 16h.

Neste momento, concede a palavra para a senhora Prefeita de Anitápolis, Solange Back, para divulgar a 25ª Festa do Colono.

E, na sequência, a sessão continua suspensa para a manifestação do Coronel Marcos Aurélio Ramm, homenageando os 130 anos da Banda da Polícia Militar.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

O sr. Presidente solicita à assessoria que faça verificação de quórum novamente.

(Procede-se à verificação de quórum.)

Comunica que há quórum qualificado para deliberar as matérias, e informa que tem matéria extrapauta do Tribunal da Justiça, um PLC; e outras matérias que constam na pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0309/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0009/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0198/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0107/2019, de autoria do Deputado Ivan Naatz, altera a Lei nº 17.654, de 2018, que "Dispõe sobre a Taxa de Serviços Judiciais (TSJ) e adota outras providências", para isentar de pagamento as ações de execução de honorários advocatícios.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global e subemenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o Deputado Ivan Naatz.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0116/2023, de autoria do Deputado Jessé Lopes, declara de utilidade pública a Associação Atlética Cocal do Sul, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para neste fazer constar o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação e Cultura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0117/2023, de autoria do Deputado Carlos Humberto, declara de utilidade pública Instituto Rogério Rosa - IRR, de Balneário Camboriú e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação e Cultura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0131/2023, de autoria do Deputado Delegado Egidio, declara de utilidade pública a Associação das Escolinhas de Futebol Alumetal - AEFA, de Blumenau e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação e Cultura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0141/2023, de autoria do Deputado Neodi Saretta, declara de utilidade pública a Associação Mesquita de Esportes e Cultura - AMEC, de Araranguá e "Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação e Cultura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Jair Miotto – Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Jair Miotto.

DEPUTADO JAIR MIOTTO – Faz um agradecimento aos nobres pares pela aprovação unânime do projeto de lei que cria o Dia Estadual do Conselheiro Cristão. Considera muito importante sua aprovação, principalmente no momento em que se vivenciam situações de mazela na sociedade.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Comunica que tem a matéria, extrapauta, Projeto de Lei Complementar n. 0018/2023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consulta os srs. Líderes se há alguma objeção da citada matéria ser apreciada na presente data.

(As Lideranças concordam em votar a matéria extrapauta.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 0018/2023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que transforma cargo do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário Estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam a matéria e os que votarem “não” rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	
DEPUTADO CAMILO MARTINS	sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	sim
DEPUTADO DELEGADO EGIDIO	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO EMERSON STEIN	
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO LUCAS NEVES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUNELLI	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	sim
DEPUTADO MARQUITO	sim
DEPUTADO MASSOCCO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO OSCAR GUTZ	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	

DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO PEDRÃO SILVESTRE	sim
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	sim
DEPUTADO REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO TIAGO ZILLI	
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim
DEPUTADO ZÉ CARAMORI	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 23 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção.

Aprovada em primeiro turno.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h27, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]

———— * * * ————

ATA DA 019ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 16h27, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Camilo Martins - Carlos Humberto - Delegado Egidio - Dr. Vicente Caropreso – Emerson Stein - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto – Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Lucas Neves - Luciane Carminatti – Lunelli - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Mário Motta – Marquito – Massocco - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro de Nadal – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Pedrão Silvestre - Pepê Collaço – Repórter Sérgio Guimarães - Tiago Zilli – Volnei Weber - Zé Caramori.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

A Presidência dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0411/2023, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca das obras na Rodovia SC-462, que liga o Município de Matos Costa à BR-153.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0412/2023, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda informações acerca do repasse de verbas aos municípios, no presente ano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0413/2023, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda informações acerca dos maiores devedores, entre pessoas físicas e jurídicas, no Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que transforma cargo do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário Estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam a matéria e os que votarem “não” rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO

DEPUTADO CAMILO MARTINS

sim

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO

sim

DEPUTADO DELEGADO EGIDIO

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO

sim

DEPUTADO EMERSON STEIN

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

sim

DEPUTADO FERNANDO KRELLING

sim

DEPUTADO IVAN NAATZ

DEPUTADO JAIR MIOTTO

sim

DEPUTADO JESSÉ LOPES

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

sim

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO LUCAS NEVES

sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO LUNELLI

sim

DEPUTADO MARCIUS MACHADO

sim

DEPUTADO MARCOS DA ROSA

sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MÁRIO MOTTA

sim

DEPUTADO MARQUITO

sim

DEPUTADO MASSOCCO

sim

DEPUTADO MATHEUS CADORIN

sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

sim

DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER

sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL

sim

DEPUTADO NEODI SARETTA

sim

DEPUTADO NILSO BERLANDA

sim

DEPUTADO OSCAR GUTZ

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO PEDRÃO SILVESTRE	sim
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	sim
DEPUTADO REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO TIAGO ZILLI	
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim
DEPUTADO ZÉ CARAMORI	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 25 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada em segundo turno.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h31, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores)*

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]

— * * * —

ATA DA 020ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 16h31, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Camilo Martins - Carlos Humberto - Delegado Egidio - Dr. Vicente Caropreso – Emerson Stein - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto – Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Lucas Neves - Luciane Carminatti – Lunelli - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Mário Motta – Marquito – Massocco - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro de Nadal – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Pedrão Silvestre - Pepê Collaço – Repórter Sérgio Guimarães - Tiago Zilli – Volnei Weber - Zé Caramori.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

A Presidência dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0107/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0116/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0117/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0131/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0141/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 1032/2023, de autoria da Deputada Luciane Carminatti; e 1033/2023, de autoria do Deputado José Milton Scheffer.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquiografia: Cinthia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRÃO SILVESTRE (Orador) – Registra a importância de um Poder Legislativo forte, autônomo e independente e que deve ter como prioridade a fiscalização do Executivo. Tece críticas ao grande número de leis que o Estado catarinense possui, muitas vezes confusas e incoerentes. Afirma que, durante seu mandato como vereador da capital, trabalhou para a redução no número de leis que o legislativo municipal possuía.

Comenta também que, enquanto vereador de Florianópolis, denunciou diversos contratos e obras celebrados pela prefeitura nos anos de 2018 e 2019. Informa que o Tribunal de Contas auditou e comprovou irregularidades, no entanto até o momento não foi entregue uma resposta efetiva à sociedade catarinense. Pede celeridade ao TCE a este procedimento instaurado há tanto tempo.

Finaliza dizendo que o Poder Legislativo necessita, acima de tudo, entregar todas as suas prerrogativas constitucionais ao cidadão. [Taquiografia: Milyane]

DEPUTADO MARQUITO (Orador) – Manifesta preocupação sobre os avisos e previsões meteorológicas para o Estado. Afirma que as inundações, deslizamentos e transbordamentos de rios causarão riscos sérios à vida, ao meio ambiente, para a economia e nas atividades dos municípios.

Comenta sobre as três barragens do Alto Vale do Itajaí que existem para conter o volume de água dos rios e que estão, há muitos anos, sem manutenção e reformas nas suas infraestruturas, trazendo um enorme perigo a todos daquela região. Informa que durante audiência pública realizada ocorreu uma grande manifestação, resultando em encaminhamentos à Defesa Civil estadual e à federal, entrando no pacote de obras do Governo Federal para a devida manutenção nas barragens, todavia os trâmites burocráticos são demorados.

Propõe que a Alesc aproveite a entrada da proposta do Plano Plurianual e o Orçamento do Estado para 2024 e crie condições orçamentárias e institucionais para lidar com esses casos, que serão cada vez mais frequentes. Esclarece que se trata de investimento público preventivo em equipamentos, estrutura e condições de evacuação de áreas de risco.

Deputado Lunelli (Aparteante) – Parabeniza o colega por seu pronunciamento e ratifica a preocupação. Menciona que na sua região as cheias já tomaram conta.

Deputado Pedrão Silvestre (Aparteante) – Corroborar o pronunciamento do Deputado e acrescenta que diversas regiões do Estado já estão embaixo d'água e muitas até já decretaram situação de calamidade. *[Taquiografia: Milyane]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) – Corroborar a fala do Deputado Marquito, demonstrando preocupação com relação às barragens. E fala das últimas informações recebidas sobre a chuva que atinge o Estado de Santa Catarina.

Deputado Lunelli – Pela ordem, Sr. Presidente.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) – Concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Lunelli.

DEPUTADO LUNELLI – Demonstra solidariedade aos familiares da sra. Teresa Maria Rubini Nicoluzzi, fundadora da Apae da cidade de Jaraguá do Sul, pelo seu passamento na data de ontem.

DEPUTADO CAMILO MARTINS (Orador) - Ao discorrer a respeito dos problemas que ocorrem com as chuvas, tece comentários sobre a proposta de emenda à Constituição, de sua autoria, que está tramitando na Alesc, que objetiva destinar recursos para o Fundo da Defesa Civil, na forma de duodécimo. Comenta e relata sua experiência quando prefeito de Palhoça diante de chuvas intensas e das enchentes, logo, sabe do sofrimento que é no momento que ocorre uma catástrofe, e demonstra solidariedade aos prefeitos que estão vivenciando no presente momento essa situação e, o pior, sem dinheiro.

Deputado Marquito (Aparteante) – Corroborar a fala do Deputado, e acredita nas políticas públicas em prol do povo catarinense.

Deputado Lunelli (Aparteante) – Da mesma forma, apoia a fala do Deputado e menciona seu apoio ao Deputado. *[Taquiografia: Silvia]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Revisão: Taquiografia Silvia]

COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 15 de agosto de 2023, às 11h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado Jessé Lopes, com a vice-presidência assumida pelo Deputado Napoleão Bernardes, os demais senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Matheus Cadorin, Deputado Sargento Lima, Deputado Tiago Zilli, e o Deputado Pepê Colaço, com a justificativa de ausência da Deputada Luciane Carminatti, conforme Ofício 596/2023. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a 5ª Reunião Ordinária da Comissão cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação de todos a ata da 2ª Reunião Ordinária, e da 1ª reunião extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura que postas em discussão e votação foram aprovadas por unanimidade. O senhor Presidente colocou para apreciação dos pares extrapauta o Requerimento RCC/0149/2023, de autoria do senhor Deputado Sargento Lima, que Requer, ouvido os outros membros da Comissão, a realização de uma reunião para apresentação do relatório Final da Comissão Especial de Segurança nas Escolas da Câmara Municipal de Joinville, pelas seguintes razões: - A Comissão Especial de Segurança nas Escolas, Resolução nº . 104, de 20 de abril de 2023 teve como objetivo acompanhar as ações do Executivo Municipal que tratam das questões de segurança das escolas, visitar todas as escolas e CEIs e 88 Escolas de Ensino Básico; - A Comissão conclui seus trabalhos e apresentou um Relatório de 70 (setenta) páginas com suas conclusões, críticas e sugestões e, tem o interesse de apresentar seu resultado aos Deputados membros dessa Comissão de Educação, Cultura e Desporto e àqueles que desejarem. Na continuação o senhor Presidente passou a palavra o senhor Nilton Cesar Fazenda, Presidente da APRASC, para informar do que vem ocorrendo com militares abrangidos pela associação, com as possíveis alterações no sistema previdenciário da categoria, transcrita na íntegra a seguir:

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Bom dia a todos.

Eu agradeço a presença do presidente da Aprasc, Sargento Nilton César Facenda, que atendeu ao convite formulado, e a todos os presentes que acompanham esta reunião, assim como também registro a presença do Deputado Tiago Zilli, do Deputado Matheus Cadorin, do Deputado Pepê Collaço e do Deputado Sargento Lima, aos quais agradeço pela aprovação do nosso requerimento que ensejou essa ouvida.

Assim sendo, passo a palavra ao nosso convidado, Sargento Nilton César Facenda, presidente da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (Aprasc), para que ele possa apresentar as informações à Comissão conforme o Requerimento RCC./128/2023, pelo prazo de dez minutos a quinze minutos.

O SR. SARGENTO NILTON CÉSAR FACENDA – Bom dia a todos, meus irmãos de farda. Paz do Senhor.

(Passa a ler.)

“Excelentíssimo Presidente da Comissão de Segurança Pública, ilustres Deputados, irmãos aprasquianos, demais presentes e sociedade catarinense, hoje, com humildade e determinação, estou aqui como presidente da Associação de Praças de Santa Catarina (Aprasc), a maior entidade representativa de uma única categoria do Brasil, com cerca de mais de quinze mil associados, para trazer até os senhores as preocupações e os anseios daqueles que compõem as fileiras das praças policiais e dos bombeiros militares do Estado de Santa Catarina.

Como é nosso dever e compromisso de estar sempre nesta tribuna para representar as lutas e as aspirações de todos que dedicam a sua vida à segurança e ao bem-estar da população catarinense, desde a nossa atual gestão temos buscado reformular o nosso modo de atuação institucional e governamental, colocando o diálogo e a construção coletiva no centro de nossas ações. Apesar disso, é o momento de trazer à tona algumas questões a respeito do comprometimento do Poder Executivo com a nossa parceria e a atuação em conjunto.

Trago à vista de todos novamente o compromisso de campanha do Governador Jorginho Mello, que nos assegurou que teríamos voz ativa nas discussões, já que somos uma referência quando o assunto é segurança pública.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Polícia Militar de Santa Catarina melhor avaliada pelos brasileiros. O Estado de Santa Catarina recebeu a maior aprovação do País em relação ao trabalho realizado pela Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). De acordo com a pesquisa inédita da Genial/Quest, divulgada na última semana de abril, a PMSC recebeu 74 menções favoráveis.

São homens e mulheres que arriscam suas vidas diariamente para proteger os cidadãos deste Estado. Se somos tão bons no que fazemos, por que a valorização não vem de acordo com a qualidade e a excelência que nós entregamos? Essa conta não fecha.

Está aí (aponta para a imagem) o que publicou nas redes sociais o nosso excelentíssimo Governador e que comentamos há pouco, que somos um Estado seguro, o Estado mais seguro do Brasil, tanto que muitas famílias, muitos brasileiros, muitas vezes deixam o seu Estado para vir morar em Santa Catarina, trazer suas famílias, criar seus filhos, montar empresas, gerar emprego e renda.

Então nós queremos trazer aos nobres Deputados e à sociedade catarinense essas informações, e nós queremos que mais brasileiros venham para o nosso Estado, porque lá, onde moram, provavelmente está acontecendo algo que os deixam sem segurança, fazendo a família padecer na mão da criminalidade. *[Transcrição: Vera Zacca]*

Isso tudo nos dá, pelo fato de Santa Catarina ser reconhecido nacionalmente como um Estado seguro, a responsabilidade, a nós, militares, de trabalhar ainda mais em prol da sociedade catarinense.

Outro tema muito importante que estamos alertando e conversando com as pessoas no dia a dia, sobre o qual quero trazer informações aos nobres Deputados sobre o que está acontecendo, diz respeito ao suicídio e à saúde mental dos nossos praças, daqueles que estão na linha de frente – e muitos dos que estão aqui também já passaram por esses problemas em função dos muitos anos que estão percorrendo o serviço militar.

Destaco essa grave questão do suicídio entre os nossos colegas militares e a necessidade de ações efetivas para cuidar da saúde mental dos nossos homens e das nossas mulheres que atuam na linha de frente da segurança pública. Os números são alarmantes e não podemos aceitar que essa situação seja considerada algo ‘normal’. Precisamos de apoio do Poder Público para implementar medidas que protejam a saúde psíquica e emocional dos nossos valorosos colegas.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, nós tivemos um aumento de 54% nos registros de suicídios entre policiais e bombeiros militares no ano de 2022. Apenas nos últimos noventa dias registramos três mortes por suicídio envolvendo militares catarinenses aqui em Santa Catarina. Jovens que ingressaram nas nossas fileiras com plena saúde mental têm sucumbido ao peso da circunstância, e isso é inaceitável.”

Há poucos dias eu estava na minha casa quando recebi a ligação de um militar, um bombeiro, um soldado, que me falou: “Sargento, eu preciso de ajuda. Preciso de um advogado, porque estão me acusando de umas situações que eu não devo”. Eu passei o número do telefone para esse militar, ele entrou em contato com o jurídico, que conversou com ele, colocou-se à disposição, e dali a alguns minutos eu tive a informação de que ele tirou a sua vida. E isso acontece praticamente todos os meses no nosso meio.

Quem trabalha na linha de frente, quem enfrenta vários perigos e têm os seus problemas diários, porque nós somos humanos, claro que melhorou muito o nosso convívio interno com os nossos comandantes, entre nós mesmos, todo mundo sabe disso, mas o que acontece na caserna – não é verdade, Deputado Sargento Lima, a quem eu faço referência, que é um militar, que está entre nós –, somente os militares sabem.

Os casos de suicídio estão aumentando entre nós e isso está sendo terrível para a nossa tropa, inclusive nós, como Aprasc, estamos contratando psicólogos, fazendo parceria, para colocar à disposição dos nossos associados, porque os números são alarmantes. Nós já temos cinco [psicólogos] e vamos ter que contratar mais, esta é a verdade, porque os horários estão todos preenchidos. Portanto, somente quem enfrenta esse tema, que é tão importante para nós, sabe do que eu estou falando. E nós vamos fazer de tudo para mudar isso e tenho certeza que os nobres Deputados vão nos ajudar.

Era isso o que eu queria falar sobre essa situação que é muito séria e importante: suicídio e saúde mental entre nós, militares. E isso afeta, muitas vezes, não somente aquele que está na ativa, mas também os homens e as mulheres que já fizeram muito por nós, que são os nossos reservistas e os nossos reformados.

(Continua lendo.)

“Outro tema muito importante é o ‘bico oficial’. Considerando o problema crescente no agravamento das condições de saúde mental dos nossos militares, é certo que a proposta em estudo pelas instituições para a implementação do chamado ‘bico oficial’ ou ‘bico legal’, na qual os policiais da ativa, em seu horário de folga, têm a possibilidade de adesão ao Programa Escola Segura, poderá ser um agravante, visto que causará ainda mais sobrecarga de trabalho aos militares da ativa, que por motivos de interesse e necessidade econômica, serão pressionados a aderir ao programa.”

Sobre o “bico oficial”, eu coloco aos nossos nobres Deputados a grande preocupação da Aprasc, porque vai sobrar mais uma vez para os nossos guerreiros que estão na linha de frente. Todos que estão aqui sabem do que eu estou falando, pois praticamente não se tirava o coturno, não se tirava a farda para lavar, porque se tinha uma carga horária excessiva, trabalhava-se trezentas horas por mês ou mais, não se tinha descanso. Saía de serviço, chegava em casa e dali a pouquinho tinha que voltar, porque já estava, não é, Sargento Lima, de serviço escalado, o seu nome estava na escala, e se você não arcasse com a sua responsabilidade, era procedimento, você não engajava, a sua vida militar acabava. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

A grande preocupação da Aprasc com o chamado “bico legal” ou “bico oficial” é a volta daquele militar, quem sabe de maneira voluntária, mas talvez amanhã ou depois, conforme a vontade do comando ou do escalante, você seja escalado e, aí, terá a obrigação de estar lá, porque se faltar o serviço você não consegue ir para um curso, porque o seu comportamento vai cair ou, simplesmente, com cinco anos ou oito anos pode estar impossibilitado de continuar a carreira militar, pois a cada três anos você tem que fazer um requerimento para conseguir, e se você estiver abaixo no teu comportamento não consegue. Isso é só para os senhores entenderem.

Então, a nossa preocupação é que apesar de ser de maneira voluntária possa se tornar posteriormente obrigatório, e eu tenho certeza que aquele irmão de farda, aquele guerreiro que trabalha hoje doze horas precisa de descanso, mas no outro dia ele vai estar na escala e acabou não tendo o descanso para voltar a trabalhar. Quem trabalha na linha de frente, principalmente em cidades grandes como Florianópolis, Joinville, Chapecó, Criciúma, Blumenau, entre outras, sabe que o tablet não para. Eu trabalhei até agosto do ano passado e atendia trinta ocorrências por turno, muitas vezes você era acionado e tinha quatro ocorrências, cinco ocorrências que entravam direto, e você tinha que saber qual a que iria atender, aquela com maior gravidade, claro.

A nossa preocupação como Associação é que o militar não vai ter o descanso merecido para voltar bem para trabalhar, e é isso o que a sociedade, o que os catarinenses esperam, que quando aquele militar estiver dentro de uma viatura, tendo o para-brisa como escudo, ele esteja preparado, esteja no mínimo descansado para o atendimento ao catarinense. Essa é a nossa preocupação como entidade.

Por isso que, no meu entendimento e pelo entendimento tirado de uma pesquisa feita com mais de 95 pessoas da entidade, a Associação é contrária ao “bico legal”. Querem um militar? Contratem, valorizem os homens que têm, mas voltar com o “bico legalizado”, que é a hora extra no nosso entendimento, é retroagir no tempo, é voltarmos ao passado. (Palmas.)
(Continua lendo.)

“Outra grande preocupação nossa como Associação é o serviço militar temporário. No que diz respeito ao Serviço Militar Estadual Temporário, é com preocupação que observamos a sua tramitação sem a devida participação da Aprasc.”

Meus nobres Deputados, eu levei esta preocupação ao Presidente desta Comissão, Deputado Jessé, porque tem que haver uma ampla discussão. Claro que nós temos que ter responsabilidade e, por isso, sobre alguns pontos seria importante o amplo debate, pois não podemos aceitar que seja empurrado goela abaixo, sem a participação das entidades, dos Deputados, das associações e, principalmente, da maior entidade de todas, que é a Aprasc. Um projeto dessa magnitude vai mudar o rumo da nossa história, principalmente da nossa categoria, já que contratar sete mil PMs e três mil BMs totaliza dez mil, maior que todo o efetivo, e para qual função? Onde irão trabalhar? Irão trabalhar na linha de frente? Esses militares, provavelmente, não terão o compromisso como têm os homens e as mulheres que são de carreira, que se prepararam, que se dedicaram, porque eles estarão ali por um curto período de tempo no emprego e, posteriormente, vão sair dessa instituição levando muitas informações, sendo presas fáceis para o mundo do crime, para as facções. Sabem de tudo o que acontece, não só dentro dos quartéis, das unidades PMs e BMs, mas de comércios, de indústrias, daquele bairro, daquele local. Essa é a preocupação da Aprasc em relação ao militar temporário.

Se o Estado tem que contratar, se tem que treinar, se tem que dar equipamento e pagar salário, mesmo que seja de maneira voluntária, então que faça concurso e chame para a carreira esses militares, seja policial ou bombeiro militar, se é tudo a mesma coisa, o gasto é a mesmo. Eu tenho certeza que quem está aqui, quem está na rua dando o seu sangue, quem está na linha de frente, é de carreira, ele se dedica àquela carreira, mas um militar, nada contra, que vai ter um curto período de emprego, não vai, Sargento Lima – e o senhor sabe disso, pois trabalhou trinta anos, como eu, na linha de frente... Não é a mesma coisa. *[Transcrição: Rafael José de Souza / Revisão: Siomara G. Videira]*

Nós somos a melhor PM e a melhor BM do Brasil, a sociedade catarinense fala isso, e amanhã esse trabalho vai cair, Deputados, vai começar a dar problema, os índices vão desandar. O que é benéfico, o que é seguro hoje, vai se tornar o quê? E amanhã, vão fazer o quê? Então essa é a nossa grande preocupação, como maior entidade do Brasil. Sobre essa questão do militar temporário tem que ter diálogo, tem que chamar a Aprasc, tem que ter os senhores também lá, porque os senhores vão ouvir dos militares que isso não é bom. Um amplo debate, para depois nós tomarmos alguma direção de como será feito e se será feito.

Outra grande preocupação de todos, principalmente dos que estão aqui – e sou grato a todos os meus irmãos reservistas, nossos aposentados, como alguns chamam –, é que nós somos da reserva renumerada, homens e mulheres que trabalham por trinta anos ou mais e tiveram, mês a mês, o desconto da Previdência Social. Trabalhamos de acordo com as leis do Estado, tivemos descontado real por real da nossa folha de pagamento e fomos para a aposentadoria com regras; ficamos trinta anos obedecendo essas regras, sofrendo com descontos que eram reajustados. E agora, de uns dois anos para cá, até por uma mudança da lei federal, nós temos que ser justos, a Lei 13.954 – e depois esta Casa, em 2021, criou a Lei 773 tirando o teto –, mudou de R\$7,3 mil, para pagar 14%, para R\$1,3 mil.

Resumindo a conversa, esses R\$6 mil que estão sendo pagos ao Iprev, dos 14%, estão afetando em torno de doze mil famílias - esses R\$1 mil são tirados do bolso desses militares que trabalharam muito em prol dos catarinense e esse dinheiro faz falta no básico: na alimentação, no remédio, no aluguel. Esses R\$1 mil estão fazendo falta no dia a dia, porque desde 2014, estamos indo agora para praticamente dez anos, tivemos 20% de reposição, o que deu R\$1,1 mil, R\$1,2 mil no bolso de 80% dos trabalhadores da área da segurança pública, que são o soldado e o cabo, mas desses R\$1,2 mil veio o Iprev e tirou R\$1 mil e mais os R\$200 do Imposto de Renda. Resumindo a conversa, não entrou nenhum real no bolso desses que estão aqui a sua frente. Essa é a verdade. (Palmas.)

Então nós temos que ter o compromisso... Também temos uma lei para ter a paridade, a simetria, a 13.954, que é uma lei federal, mas nós temos o compromisso de dizer que esse dinheiro não entrou no bolso, ele entrou e saiu. Então nós temos que criar algo, meus nobres Deputados, como os outros funcionários públicos que têm o direito, e nós, militares, também temos esse direito. Nós temos que buscar alternativas para trazer esses R\$1 mil, no mínimo, para o bolso deles, porque eles estão com o mesmo salário de 2014. O litro de gasolina, o quilo de feijão ou qualquer medicamento, qualquer alimento dobrou ou triplicou em dez anos, mas o salário desses que estão aqui na sua frente continua o mesmo.

Então nós temos que abordar esse tema porque é muito importante e é preocupante. E os senhores têm o nobre dever de nos ajudar, se assim for a vontade no coração.

Eu vou encerrar, porque apesar de ter outros pontos eu não quero tirar o tempo dos senhores, mesmo porque nós vamos passar de gabinete em gabinete para falar dos nossos anseios. Nós tivemos várias reuniões com o antigo Comandante e levamos as nossas preocupações quanto ao Iprev.

(Continua lendo.)

“O que nós queremos? Queremos participar de modo efetivo da construção das políticas públicas e das decisões que afetam a categoria, e não sermos surpreendidos por processos que transcorrem sem considerar a percepção, a opinião e as considerações da maior entidade representativa dos praças do Brasil.

Queremos reafirmar que a nossa busca não é somente por melhores condições para os nossos associados, mas, sim, por um sistema que valorize e respeite os bravos homens e as bravas mulheres que colocam suas vidas em risco diariamente para proteger a população catarinense.

Nós, da Aprasc, estamos aqui para dialogar, construir e lutar por uma segurança pública cada vez mais eficiente e justa.” *[Transcrição: Marivânia Pizzi / Revisão: Clovis Pires da Silva]*

Gostaria, também, de colocar que nós temos várias lutas. Ergam os cartazes (dirige-se à plenária), por favor.

(A plenária mostra cartazes contendo vários pontos de reivindicação da categoria.)

Tudo isso está nos afetando (aponta para os vários cartazes), meus irmãos: é o grau acima que nos tiraram, que era um direito de todo militar, aqueles R\$1 mil estão fazendo muita falta no nosso bolso; é nós termos uma data-base, só assim vai garantir que a cada ano nós tenhamos aquele x de percentual da inflação; é nós termos a questão do Iprev; é nós termos a nossa luta eterna, nobres Deputados, que foi aprovada nesta Casa no ano de 2002, que é a Lei 254 – uma grande luta, né, Jessé Lopes, que travamos aqui.

Ao encerrar a minha fala, quero dirigir a palavra ao nosso excelentíssimo Governador do Estado, Jorginho Mello. Governador, o senhor é lá do oeste, como eu sou, e com orgulho, e eu sei que a sua palavra, assim como a minha e a de todos que estão aqui, tem valor. O senhor nos garantiu, antes da eleição, que iria chamar a Aprasc todas as vezes que fosse possível para discutir em conjunto os projetos que falassem em segurança pública. O senhor fez vários vídeos, inclusive com militares que estão aqui, dizendo que iria nos valorizar, que iria nos devolver direitos. Eu tenho certeza, meu Governador, que a sua palavra, assim como a minha, tem valor, tem peso, e que amanhã ou depois nós vamos estar juntos para, com diálogo, com respeito, sem colocar a faca no pescoço, como dizemos no interior, ver as possibilidades do nosso Estado e desenvolver luta por luta, trazendo tudo que é possível para o debate. Tudo o que for possível nós vamos buscar, mas se porventura tiver algo que nos impeça, teremos a responsabilidade de dizer para os senhores que naquele momento não foi possível, mas com respeito, com diálogo, não é verdade, Deputado Zilli? Com respeito, com diálogo, sem estar brigando, ofendendo, porque eu tenho certeza que juntos nós vamos achar saídas, não é, Deputados?

Sabemos dos compromissos... Assim como ele (refere-se ao Governador Jorginho Mello) achou a saída para o Universidade Gratuita, que os senhores aprovaram há poucos dias. O governo mandou para esta Casa, não era... os senhores foram ajudando, foram colocando as suas ideias e deu certo, foi aprovou.

Eu tenho certeza que os senhores junto com o governo vão olhar para essa categoria, para essas pessoas aqui com a cabeça branca, que fizeram muito por nós, e vão nos ajudar a resolver algumas situações, a devolver esses mil e poucos reais, R\$1,5 mil de forma urgente, porque eles estão com o mesmo salário de 2014, toda a categoria. Aqueles nobres que estão na linha de frente, que são o para-brisa, o escudo, é que estão aí segurando este Estado para que o empresário e sua família possam vir morar em Santa Catarina trazendo emprego e renda, porque este é o Estado mais seguro. Portanto, os senhores vão nos ajudar.

Então, o meu muito-obrigado. Eu agradeço e peço desculpas se eu fui um pouco além. Deus abençoe todos os meus irmãos de farda e os meus nobres Deputados.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Eu quero agradecer a fala do presidente da Aprasc.

Na sequência, vamos abrir a palavra para os senhores que gostariam de fazer uma breve consideração sobre o tema.

Gostaria de registrar a participação, de forma virtual, do Deputado Napoleão Bernardes, Vice-Presidente desta Comissão.

Com a palavra o Deputado Estadual Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Muito bom-dia a todos.

Eu vou tentar ser breve, mas eu preciso do tempo necessário, senhor Presidente, até para eu me aproximar mais de algumas pessoas que não me conheciam.

Eu inicio a minha manifestação parabenizando o Deputado Jessé Lopes, e não é uma grata surpresa para mim porque bem o conheço, que por iniciativa própria tomou a decisão de nos convocar para estarmos aqui no dia de hoje discutindo esse assunto importantíssimo, no meu entendimento. Deputado Jessé, é um orgulho muito grande ver a forma carinhosa com a qual o senhor abraçou essa causa, que eu vejo como uma das mais nobres a serem abraçadas por um Parlamentar dentro do Estado de Santa Catarina.

Quero transferir também o meu abraço, o meu respeito ao Deputado Zilli, ao Deputado Pepê, mais um representante da região sul do Estado, ao Deputado Cadorin, que é da minha cidade de Joinville e nos ajuda aqui, também com uma voz muito atuante. Eu fico bastante orgulhoso desta 20ª Legislatura em função da qualidade dos Parlamentares que aqui estão.
[Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar]

Vou me apresentar para os senhores, porque nós não tivemos o contato que deveríamos ter tido. Não foram 30 anos, foram 23 anos, porque quando somos eleitos ainda em serviço, somos transferidos automaticamente para a reserva. E tenho um orgulho muito grande em dizer que durante esses 23 anos eu trabalhei exclusivamente no operacional; eu não me lembro, na Polícia Militar, de atuar fora de uma viatura. Não trabalhei interno no quartel, não que isso seja demérito, tem muito mérito o trabalho feito internamente pelos nossos policiais militares, mas sempre trabalhei na viatura.

Com muita propriedade, e daqui a pouco vou fazer menção a ele, o Sargento Fazenda lembrou de um tempo em que nós ficávamos à disposição do escalante para colocar as nossas horas extras em funcionamento, e geralmente era na semana ruim, porque tinha jogo de futebol, tinha evento, festa, enfim, e tudo isso acarretou na minha progressão dentro da carreira como militar, que embora eu seja muito grato à Polícia Militar, porque ela colocou o pão em cima da mesa da minha casa, para a minha família durante muitos anos, hoje eu sei que deixei de ver crescer o meu rapaz, que está mais alto do que eu. Isso eu sei bem, seja entre uma Operação Veraneio e outra, enfim.

Então, eu sei muito bem de que lado... Quando estamos nas mãos das pessoas, a nossa vida, onde somos colocados... o nosso barco sempre teve um capitão, um comandante, que dizia para onde iríamos, e nós sempre rezávamos para que a cada troca de comando viesse um bom comandante, porque disso dependeria o nosso futuro.

Quero falar do Sargento Fazenda, e ele não é uma surpresa para mim, porque com essa humildade que lhe é característica e sempre agindo de forma muito humilde e simples, tem feito um excepcional serviço na Aprasc pela educação e pela responsabilidade com as quais ele conduz as coisas.

Nenhum de nós, quando atendíamos uma ocorrência, íamos para tudo ou nada, pois sabíamos que o risco era muito grande. Sempre tentávamos conduzir da melhor forma possível. E hoje eu vejo o Fazenda agindo assim, nunca levando a situação para um tudo ou nada a fim de que não exista a possibilidade de acabar no nada. E assim, senhores e senhoras, eu também levo o meu mandato, do qual tenho muito orgulho. Faltando 45 dias para a eleição eu fui colocado na escala de serviço até a meia-noite, esse foi o prêmio que eu recebi. Por isso eu tenho orgulho de ter chegado aqui, por mérito, e o senhor pode ter absoluta certeza que não foi ofendendo ninguém em grupo de WhatsApp que eu cheguei aqui, foi tratando todos com respeito, mesmo sendo alvo de ofensas.

Sargento Fazenda, foram abordados temas muito importantes para mim, como bico legalizado e bico ilegal.

Deputado Cadorin, quando nós assumimos a bandeira de liberal, quando assumimos uma postura de liberal, temos que realmente praticar isso em tudo aquilo que fazemos. Eu fico me questionando por que o indivíduo lá fora tem oportunidade de ter um emprego, dois empregos, três empregos, quantos achar necessários de acordo com a sua capacidade para realizar.

Então, no meu entendimento, e quero trabalhar por isso e preciso do apoio de vocês, eu acho que não deveria existir nem bico legal nem bico ilegal, mas que simplesmente se estenda a possibilidade de o servidor público da Polícia Militar fazer o que bem entender na sua folga.

Não minto para ninguém e nunca escondi, tudo o que tenho hoje é em função do bico e da PM, que não deixei de fazer desde quando me formei aluno soldado, seja em frente de panificadora, de bar, existe até uma progressão nisso, com um amigo, outro amigo indica outro, mas tudo o que eu consegui adquirir a mais na minha vida foi dessa forma, mas é como se eu estivesse fazendo algo errado, como se eu estivesse fazendo algo ilegal, como se eu estivesse cometendo um crime. Espera aí, eu estou fazendo um trabalho! Durante muito tempo dei aula também, paralelo à Polícia, mas era como se eu estivesse fazendo algo errado, eu me sentia culpado por estar dando aula.

Então, como liberal que sou, e eu tenho esse entendimento, cada um na sua folga que veja as suas prioridades, as suas necessidades. Se tem a oportunidade de fazer um excelente negócio, seja ele no comércio, na área da segurança, na área da educação... porque esse direito é estendido a todos os outros servidores, menos aos militares. Cada um deve saber organizar muito bem a sua vida.

Fico muito contente de ver que faço parte de uma movimentação parelha, ou seja, eu me sinto entre os pares aqui e gostaria que cada um de vocês, que são formadores de opinião, ao retornarem às suas cidades, falassem com os mais modernos: uma vez o antigo acaba, uma vez ele se desestimula. Eu sei que muitos poderiam não estar aqui até por problema de saúde, então é hora de despertar, Sargento Fazenda, porque a hora do moderno vai chegar. Todo lugar que vamos até parece um encontro da melhor idade. E detalhe, vocês estão buscando coisas que vão beneficiar esses caras daqui a alguns anos.

Então essa preocupação deveria ser muito latente daquele que está lá, pois fazer parte de uma reunião, de uma associação não é crime! O pessoal poderia se sentir muito à vontade em estar aqui, aquele que está com o cabelinho bem pretinho, que está magrinho ainda, poderia estar sentado aqui, porque o momento deles vai chegar. Talvez esta seja mais uma bandeira, Sargento Fazenda, Aprasc e Sobrinho, porque a reserva chega para todos ali dentro. *[Transcrição: Jenifer Girardi / Revisão: Siomara G. Videira]*

Quanto ao temporário, que foi outro tema que o senhor abordou, é algo, sim, de discussões. Nós sabemos que houve no passado CFO do qual foram sacadas pessoas que estavam sendo financiadas por uma Orcrim, por Organizações Criminosas. Então não estamos falando de algo fantasioso, mas de algo que realmente já aconteceu, gente que fez a faculdade de Direito, fez o curso preparatório pago por facções criminosas para entrar na corporação. Então nós temos que ter um cuidado muito grande.

Para quem já viveu dentro da caserna, sabe muito bem que aquela pessoa que se dedicar um pouco mais a descobrir o que está acontecendo, mesmo estando no expediente, mesmo fazendo um serviço administrativo, vai pegar aquelas informações que são as principais... É alguma tecnologia? Não, é a escala de serviço, é saber onde você está, saber onde tem uma viatura, enfim, isso aí tem que ser muito bem discutido.

Por outro norte, que é o tema que nos traz aqui, temos que colocar na balança o seguinte: será que esses temporários iriam contribuir para ajudar a corrigir a nossa Previdência, de alguma forma? Se é essa a justificativa, que se coloque no papel e nos apresente como vai ser feito. Eu tenho um cuidado muito grande com isso, porque alguém pode ter uma maravilhosa ideia, nada impede, nós podemos ser assustados por isso a qualquer momento, e falar que isso realmente vai ser útil para a Previdência daqueles que já estão aguardando.

Nós vamos ter que falar um pouquinho do passado, só para justificar. Até 2004 não havia o pagamento, nós vivíamos uma realidade diferente da que é hoje, desde o lado patronal, assim dizendo, que não se recolhia. E a partir de 2004 nós estamos vivendo uma sequência, uma após outra, de ações que veio para contribuir para o desequilíbrio da Previdência, erros sucessivos de governos que nos trouxeram até aqui.

É verdade que hoje, na parte da manhã, o Governador do Estado estava reunido com o presidente do Iprev – eu sei disso, porque participei de parte da reunião de forma remota. Nós estamos ali muito imbuídos – estou falando nós, Deputados, porque eu sou do Legislativo – em saber se aproximar disso e não trazer falsas esperanças ou a notícia de algo que não seja tangível, que não possa ser alcançado. Algumas medidas para amenizar de alguma forma o déficit na Previdência, que chega a R\$6 bilhões/ano. É isso mesmo o que vocês ouviram, R\$6 bilhões. Esses recursos, Sargento Fazenda, saem da Fonte 100, ou seja, cada um de nós aqui é duplamente prejudicado, nós não somos prejudicados de uma forma somente, somos prejudicados de outra forma também, por quê? Porque assim como nós estamos pagando por algo, quando sai do recurso da Fonte 100 nós deixamos de receber isso na nossa cidade, nas nossas estradas, na nossa saúde, no posto de saúde, na educação, na infraestrutura de malha viária, porque foram tirados da Fonte 100 R\$6 bilhões.

Muitos de nós aqui viajamos para chegar no dia de hoje a esta reunião, eu vim de Joinville, venho por uma rodovia que é concessionada, pago o pedágio para passar, mas quem veio do oeste, veio do sul, passou por algumas rodovias estaduais que estão em péssimas condições. Então esse recurso do qual nós falamos, esse dinheiro que é retirado para cobrir um furo da Previdência... E deixo bem claro aqui que não é culpa minha nem de nenhum dos senhores, como eu disse, de 2004 para cá foi uma série de erros que foi cometida. Mas nós temos alternativas: chamar os demais servidores do Estado para adotar um plano de Previdência também, isso nós podemos fazer; manter a nossa reserva de 170 mil servidores, chamá-los também à responsabilidade, ou seja, não colocar todo o peso da contribuição, do que está sendo discutido aqui, dos 14%, aquilo que o Sargento Fazenda falou, que se aproxima de R\$1 mil, somente nas costas de uma parcela dos servidores. Nós temos que chamar essas pessoas para dentro.

Tem a questão dos royalties de petróleo para este ano, que podem ser usados para suprir... São dois planos que existem, são os royalties de petróleo e também a questão de imóveis do Estado, que a partir de um trabalho conjunto tenta criar um fundo imobiliário do Estado de Santa Catarina para diminuir esse déficit de R\$6 bilhões para R\$4 bilhões, mas ainda ficam R\$4 bilhões de déficit.

Quando nós tiramos esses R\$6 bilhões da Fonte 100, nós estamos dizendo: olha, não tem recurso para uma nova escola, que é o que nós precisamos. Deveriam, sim, estar sendo formados de 1.000 a 1.500 policiais/ano, não chamados de forma temporária, formados, com Escola de Soldado, para que nós conseguíssemos pegar uma pirâmide que deveria ser com uma base maior, com um número maior de pessoas contribuindo para ajudar aquelas pessoas a compensar justamente esses 14% quando já estão aposentadas. *[Transcrição: Djonathan Costa / Revisão: Grazielle da Silva]*

Esses foram os assuntos discutidos hoje na parte da manhã: um fundo imobiliário, tentar capitanear o máximo possível desse plantel de 170 mil servidores que estão no Estado para que eles possam, de alguma forma, amortizar um pouco esse valor excessivo, proveniente de uma sucessão de erros que trouxe a gente... o gasto total é de R\$10 bilhões, mas R\$4 bilhões nós conseguimos recolher e R\$6 bilhões nos faltam. Então, achar esse equilíbrio é importante.

Já recebi muito dos senhores e quero agradecer pela forma carinhosa, honesta e franca com a qual sempre falam comigo, que entram em contato pelo telefone. Recebi vários vídeos do Governador se comprometendo em ajudar e de forma alguma eu iria pressionar o Governador nesse momento a tomar uma decisão, porque lá na frente, dentro de quatro ou cinco anos, nós poderíamos estar aqui nos reunindo devido a um ato impensado, a uma decisão errada, e daí, sim, podendo prejudicar severamente a nossa Previdência. Mas ele tem pressa, falo para os senhores, e acredito que em setembro já apareça o primeiro desenho disso, Sargento Fazenda. Infelizmente não é com a Polícia que discutimos isso, é com a Secretaria de Estado da Fazenda e com o Iprev, principalmente a Secretaria da Fazenda, para que consigamos falar que a partir de setembro teremos um espelho para apresentar aos senhores.

E de forma nenhuma, aí falo agora à Aprasc, à Associação de Praças do Estado de Santa Catarina, isso está sendo feito como uma imposição de um plano pronto para setembro. O Deputado Jessé, que preside esta Comissão, e eu, que estou aqui e tenho muito orgulho de fazer parte desta Comissão, estamos dispostos a ajudar com a opinião de vocês. É dessa forma mesmo que funciona, pois nós somos a caixa de ressonância dos anseios e dos desejos de cada um de vocês, foi para isso e por isso que recebemos o voto, para representá-los, e mesmo representar aqueles que não votaram em mim, até porque o meu salário vem da mesma forma. O Deputado Jessé Lopes idem, é um homem muito íntegro, muito honesto, e nós vamos envolvê-los nessas decisões daqui para a frente, mas é preciso que antes de o Deputado levar para o governo, ele tenha três alternativas, quatro alternativas na mesa para discutir, senão viramos o piano de uma tecla só.

Concluindo a minha participação, Deputado Jessé, toda vez que me perguntam sobre a minha postura como Deputado, e já falei isso para o Sargento Sobrinho, meu amigo, um irmão que eu tenho lá em Lages, por quem eu tenho muita admiração, o Sargento Clailton, que se envolve na política, e eu fico muito feliz com isso, e ele fala assim: qual é uma das suas principais missões? Aqui dentro, como Deputado, é provar não para vocês, porque por obrigação deveriam me conhecer, mas provar para o civil lá fora que vale a pena você ir na urna e votar num Sargento da Polícia Militar, independente de qual região que ele seja, e que isso se transformasse num símbolo de qualidade, num selo de qualidade, num selo de padrão.

Por isso que nós estamos ali dentro, e trabalhamos nas questões das terras indígenas, nas questões do agronegócio, eu me enfio em absolutamente tudo para poder mostrar para o civil lá fora, não para quem está dentro da minha casa, que em princípio nós já deveríamos viver num espírito de corpo irmanado, mas para poder dizer para vocês que vale a

pena, sim, votar num Sargento. Amanhã ou depois qualquer um de vocês pode estar colocando o nome na urna e é importante um Deputado mostrar para um civil que nós não somos um piano de uma tecla só, que nós não trabalhamos exclusivamente como representante de uma associação ou de um sindicato aqui dentro.

Obrigado a todos vocês que sempre entram nas minhas redes sociais, no meu WhatsApp, nos grupos do WhatsApp, e deixam as suas opiniões. Podem ter a absoluta certeza que o carinho e o respeito que eu tenho por vocês é muito grande. Está bom?

Deputado Jessé, obrigado pelo tempo que me foi dispensado. Desculpa ter passado um pouco, mas não tínhamos tido essa conversa franca ainda.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Muito obrigado, Deputado Sargento Lima, falando sempre com muita propriedade sobre os temas da Polícia, não podia ser diferente tendo vindo da corporação.

Não poderia, neste dia tão importante, nesta singela oportunidade que proporcionamos aos policiais, principalmente aos da reserva de virem tratar do tema, vieram de tão longe e nós temos que valorizar, interromper as falas por conta do tempo. Vamos aproveitar da melhor maneira possível.

Queria também agradecer as palavras do Deputado Sargento Lima, agradecer a consideração e isso me deixa muito honrado. A Polícia tende a ser corporativista e isso é inerente à classe, e quando se conquista, sendo civil, uma oportunidade de ser bem-visto, de poder ajudar de forma orgânica, de forma natural, sendo aceito nesse círculo, ficamos muito honrados. Dessa forma eu fiz e conduzi o meu mandato em parceria com vocês, sempre de forma muito singela, muito honesta e muito sincera.

Fui professor de Jiu-jitsu por dez anos de forma voluntária, sou dentista por formação, odontólogo, e nessa oportunidade eu conheci, por conta do esporte, da defesa pessoal, muitos policiais militares, bombeiros, os da reserva, agentes penitenciários, policiais civis, com os quais fiz muitas amizades. A gente saía do treino e ia para um churrasco, ia no posto tomar um Gatorade, eles contavam os problemas que tinham no trabalho, e quando eu me elegi foi natural, eles começaram a me procurar para trazer as suas demandas, quando eu comecei a ter uma atenção e um carinho muito especial por todas elas. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]*

Logicamente que nós temos uma situação diferente entre o mandato passado e o mandato de agora. Nós tivemos antes um Governador que não nos ouvia, que tinha vergonha de nós, não tinha a mínima pretensão de colaborar com as nossas pautas, não gostava e tinha vergonha do PSL daquela época, tinha vergonha do Bolsonaro. Então nós não conseguimos construir uma ponte para diversas situações e em diversas ocasiões, mas hoje nós temos uma oportunidade diferente, temos alguém que nos ouve, que nos atende, e nos atende sentado — o Moisés me atendia em pé, não existia a mínima condição de conversar com ele. Hoje nós temos uma ponte e temos que fazer de tudo para não queimá-la, porque nós ficamos quatro anos sem ponte e o que nós ganhamos? Só porrada.

Nós vamos aqui usar a tribuna para falar, para bater, para criticar, quando veio a questão, principalmente da linear, nós travamos uma guerra aqui, eu, o Lima, o Facenda e toda a Aprasc. Já estava queimada a ponte, era difícil conquistar alguma coisa naquela oportunidade, mas a gente tem que tentar. Mas hoje a ponte está construída. Sempre que eu vou lá [gabinete do governador], sempre que eu sou recebido lá, eu falo da pauta de vocês. Eu pergunto: e aí, Governador, e o lprev? E aí, Governador, e o grau acima? Assim como todas as outras pautas que me chegam rotineiramente.

E para surpresa, publiquei isso inclusive e alguns tiveram a oportunidade de ver a postagem, na última vez que eu conversei com ele sobre isso, ele falou: não, já botei para estudo, já está em análise no lprev para que a gente possa ver a possibilidade de fazer uma revisão dessa situação. Então já tivemos um avanço, e conversando, não tocando pedra daqui, conversando, indo lá, sensibilizando, ele nos ouvindo, eu falando da situação de um e de outro, que está difícil, que temos pressa, mas tudo é dinheiro. Nós sabemos que é um direito, nós sabemos também que foi tirado, mas nós sabemos que há um investimento a ser feito e temos que ir com cautela, com calma para irmos conquistando. Temos que estar ciente também que não será uma conquista do zero a cem, não será uma coisa que virá perfeita como nós queremos, vamos aceitar o que vier e continuamos lutando para conquistar mais.

Lembram-se da última oportunidade de aumento lá em 2019 ou 2020, nós queríamos tanto, o governo quis dar tanto e no final ele não deu nada. Se nós tivéssemos aceitado já teríamos uma condição melhor e assim vamos trabalhando. Por isso eu entendo a condição do presidente da Aprasc, do atual e do anterior, de muitas vezes ter que rebolar, aceitar aqui, segurar aqui, depois aqui, e as pessoas às vezes não entendem, não compreendem, mas nós entendemos a situação, porque às vezes o governo não pode ou não quer, independente de quem for, não quer dar tudo o que gostaríamos, mas vamos aceitar, um passinho de cada vez e vamos construindo. É dessa forma que temos que trabalhar.

Com relação ao bico legalizado, com relação aos temporários, também foi uma preocupação. Na outra oportunidade eu diria que nós tivemos sorte, porque estava dominado e nós conseguimos derrubar o temporário naquela oportunidade por um voto, mas era um projeto totalmente diferente do que hoje está desenhado. Era muito mais agressivo, tinha uma porcentagem, era policial na rua, eram vários policiais temporários, era um projeto muito mais agressivo para a Polícia Militar.

Na semana passada tive a oportunidade de sentar com o Comandante-Geral e questioná-lo sobre a situação do temporário, a situação do bico legalizado, que também é uma preocupação de quem está na atividade, e ele nos garantiu, depois de uma cobrança, dizendo: aqui nós não vamos aceitar policial temporário na atividade fim da Polícia, não vamos aceitar que o bico seja imposto para todos, a não ser para quem quiser, de forma flexível e, claro, na forma da lei. Então nós cobramos e ele disse que é tranquilo. Em princípio não existe nada muito encaminhado, existem estudos, existem análises, mas nós já demos o recado: aqui na Alesc esses itens, dessa forma, não vão passar. E ele nos garantiu que dessa forma não virá para a Assembleia Legislativa.

Então nós vamos fazendo a nossa luta. Nem sempre estamos lá no plenário batendo e falando, porque nós temos portas abertas lá no Comando, nós temos portas abertas com o Governador, e tenho certeza que eu, o Deputado Lima e outros estamos lutando pelas pautas de vocês diariamente. Não vem a melhoria? Não queremos que piore, mas nós vamos lutar para sempre melhorar passo a passo e cada semana, cada dia, cada mês que pudermos conversar, estaremos levando a demanda de vocês.

Eu queria agradecer a presença de todos vocês aqui. Espero que tenham gostado desta singela oportunidade que criamos aqui na Comissão de Segurança Pública, de trazer o tema e trazer a pauta. Está ao vivo, estarão disponíveis as falas dos Deputados, a fala da Aprasc para que possam reverberar, lutar cada dia mais e fortalecer a luta de vocês.

Estamos juntos e contem conosco aqui na Comissão de Segurança Pública. Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a reunião. (Palmas.) (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão e Leitura Final: Siomara G. Videira]

Auditório Antonieta de Barros, em 15 de agosto de 2023.

Deputado **Jessé Lopes**
Presidente

Processo SEI 23.0.000042539-7

————— * * * —————

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 03 de outubro de 2023, às 13h30, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Sergio Motta, os deputados membros da Comissão: Deputado Neodi Saretta, Deputado Mario Motta, Deputado Nilso Berlanda, Deputado Marcius Machado. Justificada a ausência do Deputado Altair Silva por meio do Ofício de nº 0976118/2023. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente pois em votação a vice-presidência, renunciada pelo Deputado Mario Motta, sob o Ofício de Nº 0969818/2023. Posto em votação, aprovado por unanimidade a indicação do Deputado Marcius Machado como vice-presidente. Dando prosseguimento à pauta, o Deputado fez a leitura do requerimento: RCC/0221/2023 de autoria do Deputado Sergio Motta, que solicita a Vossa Senhoria providências junto à Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa a aprovação e os encaminhamentos para a realização em parceria com a Escola do Legislativo, de (01) um Seminário em atenção aos cuidados com a Saúde e Segurança da Pessoa Idosa, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, no dia 23 de Novembro, das 16h00 às 19h00. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente

agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Débora Vieira da Cruz, Assessora Técnica de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 03 de outubro de 2023.

Deputado **Sergio Motta**

Presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa

Processo SEI 23.0.000042611-3

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia dez de outubro de dois mil e vinte e três, às 10h, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se Sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do senhor Deputado Camilo Martins e vice-presidência do senhor Deputado Volnei Weber, os demais senhores Deputados-Membros da Comissão: Deputado Pepê Collaço, Deputado Tiago Zilli, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Ivan Naatz em substituição ao Deputado Marcius Machado, conforme ofício nº 0985036/2023, e Deputado Maurício Peixer em substituição à Deputada Ana Campagnolo, conforme ofício nº 0987836/2023. Ausências justificadas dos Deputados Zé Caramori, conforme ofício nº 0987897/2023 e Repórter Sérgio Guimarães, conforme ofício nº 0987993/2023. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente iniciou a reunião submetendo apreciação da ata da 25ª Reunião Ordinária e da 5ª Reunião Extraordinária da CCJ da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, ao qual foi aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Pepê Collaço, que relatou as seguintes matérias: [PL./0258/2023](#), de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que “Altera a Lei nº 18.624, de 26 de janeiro de 2023, que ‘Institui a Política Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e adota outras providências’, para incluir o fomento à Sucessão Familiar no Campo”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Volnei Weber. [PL./0275/2023](#), de autoria do Deputado Carlos Humberto, que “Altera a Lei nº 16.473, de 2014, que ‘Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias e adota outras providências’, para o fim de permitir a comercialização de produtos afetos à loja de conveniência e drugstore, desde que exista a previsão da atividade no contrato social do estabelecimento e sejam respeitadas as normas legais de separação física dos produtos farmacêuticos e não farmacêuticos”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Tiago Zilli. [PL./0221/2023](#), de autoria do Deputado Delegado Egidio, que “Dispõe sobre a proibição da comercialização de medicamentos denominados ‘anticio’ para as espécies que especifica”. Apresentou requerimento de diligência ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, e à Casa Civil, e por meio desta da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Economia Verde, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0379/2023](#), de autoria do Deputado Mauro De Nadal, que “Concede o título de Cidadão Catarinense a Antônio do Rêgo Monteiro da Rocha”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após, foi passada a palavra ao Deputado Volnei Weber, que relatou a seguinte matéria: [PL./0010/2023](#), de autoria do Deputado Sargento Lima, que “Dispõe sobre a classificação do tabaco nas propriedades dos agricultores produtores de fumo no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Dentro deste projeto foi apensado o [PL./0038/2023](#). Apresentou requerimento de diligência ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Ivan Naatz, em substituição ao Deputado Marcius Machado, relatou as seguintes matérias: [PL./0366/2023](#), de autoria do Governador do Estado, que “Dispõe sobre a suspensão de prazos dos processos e procedimentos administrativos no âmbito da Administração Pública Estadual”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0193/2023](#), de autoria do Deputado Napoleão Bernardes, que “Altera o Anexo Único da Lei n. 16.722, de 2015, que “Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos municípios Catarinenses”, com a finalidade de denominar o município de Guabiruba como a Capital Catarinense do Pelznickel”. Apresentou requerimento de diligência interna ao autor, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0201/2023](#), de autoria do Deputado Napoleão Bernardes, que “Altera a Lei nº 10.297, de 1996, para atualizar o benefício aplicado na aquisição de veículo pela pessoa com deficiência”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, para que traga aos autos manifestação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE),

que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0224/2023](#), de autoria do Deputado Sargento Lima, que “Dispõe sobre o transporte de carcaças de suídeos asselvajados - javalis abatidos no Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, para que encaminhe aos autos para a manifestação da SAR, da SEMAE e do IMA/SC, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0226/2023](#), de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 29 da Lei nº 8.676, de 1992, que “Dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural e dá outras providências”, para possibilitar que o Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) promova o custeio de políticas e programas de financiamento voltados às atividades rurais”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, para encaminhamento dos autos em análise ao pronunciamento da Secretaria de Estado da Agricultura, da Secretaria de Estado da Fazenda, da Procuradoria-Geral do Estado e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0230/2023](#), de autoria da Deputada Paulinha, que “Dispõe sobre a inclusão da capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como critério de desempate em concursos públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, com o propósito de trazer aos autos a manifestação da Secretaria de Estado da Administração (SEA), da Secretaria de Estado da Educação (SED) e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0234/2023](#), de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que “Declara de utilidade pública a Associação de Amigos do Museu Histórico e Arquivo Público de Itajaí, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”. Apresentou requerimento de diligência interna à autora, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0248/2023](#), de autoria do Deputado Marcos da Rosa, que “Institui o Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares e dá outras providências”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Educação (SED) e do Comando-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina (PM/SC), que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0249/2023](#), de autoria do Deputado Delegado Egidio, que “Declara de utilidade pública o INSTITUTO QUEM AMA CASTRA, de Ibirama e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade”. Apresentou requerimento de diligência interna ao autor, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0273/2023](#), de autoria do Deputado Napoleão Bernardes, que “Altera a Lei nº 18.278, de 2021, para declarar de utilidade pública a Associação Vale do Itajaí de Esclerose Múltipla – AVIEM”. Apresentou requerimento de diligência interna ao autor, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0274/2023](#), de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, que “Institui a Política Estadual de Combate à Fome e à Insegurança Alimentar e Nutricional no Estado de Santa Catarina (PAN-SC) e dá outras providências”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, para que encaminhe aos autos a manifestação da SAS e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0300/2023](#), de autoria do Deputado Delegado Egidio, que “Assegura o direito de recebimento preventivo da vacina antirrábica aos grupos de alto risco ou elevada frequência de exposição ao vírus da raiva”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, para que encaminhe aos autos a manifestação da SES, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Tiago Zilli, que requereu a inclusão extrapauta da devolução de vista sem manifestação ao [PL./0206/2023](#), de autoria do Deputado Carlos Humberto, que “Altera a Lei nº 17.292, de 19 de outubro de 2017, que ‘Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência, e adota outras providências’ para assegurar melhorias nas políticas públicas de acesso à educação”. Posto em discussão e votação o voto do relator Deputado Fabiano da Luz favorável com emenda modificativa, foi aprovado por unanimidade. [PL./0325/2023](#), de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que “Institui a Política Estadual de Cultura Viva, para a produção e a difusão da cultura e a promoção do acesso aos direitos culturais”. Exarou parecer favorável com emenda modificativa, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete à Deputada Ana Campagnolo, representada pelo Deputado Maurício Peixer. [Of./0023/2023](#), de autoria da Entidade Social, que “Da Associação Recreativa e Cultural Nacional, de Dionísio Cerqueira, solicitando a alteração da Lei que a declarou de utilidade pública para dar nova denominação à entidade”. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, foi passada a palavra ao Deputado Fabiano da Luz que relatou as seguintes matérias: [PL./0082/2023](#), de autoria

do Deputado Fernando Krelling, que “Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO DE JOINVILLE - APEEJ, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0267/2023, de autoria do Deputado Mário Motta, que “Declara a revogação de leis temporárias que versam sobre o estado de calamidade pública, que vigorou no Estado de Santa Catarina até 31 de março de 2022, em razão da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19)”. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após a relatoria dos demais membros, o presidente, Deputado Camilo Martins, passou a relatar as seguintes matérias: PL./0364/2023, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que “Denomina Vereador Júlio Cezar Colombo o trecho entre o Anel Rodoviário de Criciúma - SC 445 entroncamento para Siderópolis e SC 447 entroncamento para Nova Veneza, localizado no Município de Criciúma e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõe sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência interna á autora, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0350/2023, de autoria da Deputada Paulinha, que “Declara os Engenhos de Farinha como integrantes do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. OF./0011/2022, de autoria da Entidade Social, que “Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Sociedade Vida e Movimento, de Florianópolis, para Associação Vida e Movimento”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O presidente Deputado Camilo Martins requereu a inclusão extrapauta do PL./0278/2023, de autoria do Governo do Estado, que “Altera o Anexo III da Lei Complementar nº 741, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Seguidamente, o Presidente suspendeu a sessão. Retornando, o presidente Deputado Camilo Martins requereu a inclusão extrapauta do PL./0242/2023, de autoria do Gerri Consoli, que “Dispõe sobre o auxílio entre Municípios do Estado de Santa Catarina afetados por catástrofes naturais”. Exarou parecer favorável nos termos da subemenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente convocou a próxima reunião para dia e horário regimental. Em seguida, agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Evandro Carlos dos Santos, Coordenador das Comissões, lavrei a ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Processo SEI 23.0.000042575-3

————— * * * —————

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 10 de outubro de 2023, às 11h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na sala das comissões, desta Assembleia legislativa e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Jessé Lopes, os demais senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Matheus Cadorin, Deputado, Deputado Pepê Collaço, e o Deputado Mauricio Peixer em substituição ao Deputado Sargento Lima. A Deputada Luciana Carminatti justificou sua ausência a esta reunião através do ofício interno nº 676/2023. Através de ofício interno nº 0987884, o Deputado Zé Caramori justificou sua ausência a esta reunião. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a 13ª Reunião Ordinária da Comissão, passando a palavra a Subtenente Margarete Prates, neste ato representando a Associação Triangulo Dourado, atendendo o RCC 198/2023, de autoria do Deputado Jesse Lopes. Iniciando sua fala a Subtenente Margarete, pontuou que o “Parlamento é uma Casa de leis e o que nós buscamos é a clareza da lei, para cessar as interpretações, que solicitou o respeito do Estado de Santa Catarina à norma federal, Lei 13.954/2019, protegida pela Constituição Federal que concedeu similaridade, paridade e integralidade as forças de segurança”. “Defendemos que essa lei deve ser regularizada por esta Casa o mais rápido possível,

resolvendo a questão da paridade e integralidade e não permitindo mais obscuridade” ainda ressaltou que o Parlamento, como a Casa do Povo, não pode dar margem a interpretações. “Discutimos a proteção social dos militares, ativos, aposentados, reformados e pensionistas.” Usando a palavra o senhor Presidente da Comissão destacou que os representantes das associações militares do estado têm uma importante missão. “Além de defender e lutar por pleitos da categoria, a missão é de conscientizar e pacificar a categoria para que possamos aprovar esta regulamentação com entendimento e diálogo”. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a reunião. E, para constar, eu Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 2023.

Deputado **Jessé Lopes**
Presidente

Processo SEI 23.0.000042545-1

ATOS DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA N° 131-DL, de 2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 40 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONSTITUI a Frente Parlamentar para implantação do transporte marítimo na grande Florianópolis, integrada pelos Senhores Deputados Fernando Krelling, José Milton Scheffer, Lucas Neves, Marcos Vieira, Maurício Eskudlark, Paulinha, Pedrão Silvestre e Pepê Collaço, com o objetivo de apoiar, incentivar e assistir estudos de interesse social, econômico e político referentes ao tema.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 16 de outubro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL**
Presidente

REQUERIMENTO 0108/2023

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no *caput* do art. 40 do Regimento Interno, **requerem** a constituição da Frente Parlamentar para implantação do transporte marítimo na grande Florianópolis, com o objetivo de apoiar, incentivar e assistir estudos de interesse social, econômico e político referentes ao tema.

Sala das Sessões,

Pedrão Silvestre
Deputado Estadual

(Assinado eletronicamente pelos Deputados José Milton Scheffer, Felipe Luiz Collaço, Fernando Krelling, Lucas Felipe Melo Neves, Maurício José Eskudlark e Marcos Luiz Vieira)

Lido no Expediente

Sessão de 10/10/23

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA N° 043-DL, de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Lucas Neves para ausentar-se do País, pelo período de 8 (oito) dias, a contar de 14 de outubro do corrente ano, a fim de viajar em missão oficial aos Estados Unidos da América.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de outubro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado **Padre Pedro Baldissera** - Secretário

Deputado **Marcos da Rosa** - Secretário

Deputado **Delegado Egídio** - Secretário

REQUERIMENTO

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Alesc

O Deputado que este subscreve requer à Mesa desta Casa, nos termos do art. 52, inciso I e § 2º, do Regimento Interno, a concessão de licença para desempenhar missão temporária, de caráter diplomático (ou cultural), pelo período de 08 (oito) dias, a contar de 14 de Outubro do corrente ano, em virtude de viagem oficial aos Estados Unidos.

A viagem tem como objetivo participar da Missão Internacional nos Estados Unidos, onde acompanharei o Grupo de Trabalho do Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar - COMSEG, para uma série de visitas importantes a escolas e estruturas do Governo Americano, conforme documento em anexo.

Lucas Neves

Deputado Estadual

Processo SEI 23.0.000041864-1

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 044-DL, de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença à Senhora Deputada Paulinha para ausentar-se do País, pelo período de 9 (nove) dias, a contar de 14 de outubro do corrente ano, a fim de viajar em missão oficial a Washington e Atlanta, nos Estados Unidos da América.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de outubro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado **Padre Pedro Baldissera** – Secretário

Deputado **Marcos da Rosa** - Secretário

Deputado **Delegado Egídio** - Secretário

REQUERIMENTO

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Alesc

A Deputada que este subscreve requer à Mesa desta Casa, nos termos do art. 52, inciso I e § 2º, do Regimento Interno, a concessão de licença para desempenhar missão temporária, de caráter diplomático, pelo período de 09 (nove) dias, a contar de (14) de (Outubro) do corrente ano, em virtude de viagem oficial à Washington e Atlanta (EUA).

A viagem tem como objetivo participar da missão internacional para os Estados Unidos integrando o grupo de Trabalho do Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar - COMSEG, para uma série de visitas importantes e escolas e estruturas do Governo Americano, conforme documento em anexo.

Paulinha

Deputada Estadual

Processo SEI 23.0.000041866-8

PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO**OFÍCIOS****OFÍCIO N° 194/2023****TERMO DE ADESÃO**

AO COORDENADOR DA BANCADA DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O Deputado que este subscreve, com amparo no § 2º do art. 40 do Regimento Interno, manifesta sua adesão à Bancada do Sul, constituída com o objetivo de promover ações que visam as prioridades da região sul do Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões,

Marcos da Rosa

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 17/10/23

Gabinete Deputado Marcos Da Rosa

— * * * —

OFÍCIO N° 197/2023**TERMO DE ADESÃO**

A COORDENADORA DA FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO ÀS REDES FEMININAS DE COMBATE AO CÂNCER

Os Deputados e as Deputadas que este subscrevem, com amparo no § 2º do art. 40 do Regimento Interno, manifestam sua adesão à Frente Parlamentar de Apoio às Redes Femininas de Combate ao Câncer, constituída com o objetivo de promover estudos quanto e apoiar iniciativas que visem à valorização e fomento da Rede Feminina de Combate ao Câncer em Santa Catarina,

Sala das Sessões,

Fernando Krelling

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 18/10/23

Gabinete Deputado Fernando Krelling

PROJETO DE LEI**PROJETO DE LEI N° 411/2023**

Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Sociedade Vida e Movimento, de Florianópolis, para Associação Vida e Movimento.

Art. 1º Fica alterada a denominação da Sociedade Vida e Movimento, de Florianópolis, para Associação Vida e Movimento.

Art. 2º O item 387 referente ao Município de Florianópolis do Anexo Único da Lei n° 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado **Camilo Martins**

Comissão de Constituição e Justiça

Lido no Expediente

Sessão de 17/10/23

ANEXO ÚNICO
(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

“ANEXO ÚNICO
ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....
Florianópolis		LEI ORIGINAL Nº
.....
387	Associação Vida e Movimento.	6.583, de 1985 e 6.656, de 1985
.....

(NR)"/>

Sala das Sessões,

Deputado **Camilo Martins**
Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICAÇÃO

Submeto à elevada consideração deste Parlamento o Projeto de Lei em anexo, em razão da mudança da denominação da Sociedade Vida e Movimento, de Florianópolis, para Associação Vida e Movimento, conforme devidamente demonstrada nos documentos anexados.

Deputado **Camilo Martins**
Comissão de Constituição e Justiça

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/2023

Cria e extingue Promotorias de Justiça, eleva a entrância de Promotorias de Justiça, cria cargos de Procurador de Justiça, Assessores de Gabinete, Assessores Jurídicos, Assistentes de Procuradoria de Justiça, Assistentes de Promotoria de Justiça e altera a estrutura de apoio técnico e administrativo definida na Lei Complementar nº 736, de 2019.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Ficam criadas, na estrutura de Primeiro Grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e ajustadas no Anexo II da Lei Complementar nº 715, de 16 de janeiro de 2018, a 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palhoça e a 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palhoça, de entrância especial.

Art. 2º Ficam criados, no Quadro de Primeiro Grau do Ministério Público de Santa Catarina, 2 (dois) cargos de Promotor de Justiça de entrância especial, com lotação nas Promotorias de Justiça criadas no art. 1º desta Lei Complementar, os quais terão a nomenclatura ordinal a elas correspondentes.

Art. 3º Fica criada, na estrutura de Primeiro Grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e acrescida ao Anexo IV da Lei Complementar nº 715, de 2018, a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Penha.

§ 1º Em decorrência da criação da Promotoria de Justiça prevista no *caput*, fica extinta a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dionísio Cerqueira, e renomeada a atual Promotoria de Justiça da Comarca de Penha em 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Penha.

§ 2º Os cargos de Promotor de Justiça e de Assistentes de Promotorias de Justiça atualmente lotados na 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dionísio Cerqueira serão relatados na 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Penha.

Art. 4º As Promotorias de Justiça e os respectivos cargos de Promotor de Justiça da Comarca de Penha, inclusive a criada no art. 3º, de entrância inicial, previstos no Anexo IV da Lei Complementar nº 715, de 2018, ficam elevados para a entrância final, passando a constar no Anexo III da citada Lei Complementar.



Diário Oficial assinado eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil, em conformidade com a MP nº 2200-2, de 2001 e a Resolução nº 006, de 2009.
Coordenadoria de Publicação - Sistema Informatizado de Editoração – Redações publicadas conforme textos recebidos.

Parágrafo único. À (ao) atual ocupante do cargo de Promotor de Justiça lotado na Promotoria de Justiça da Comarca de Penha, elevada na forma do *caput* deste artigo, é garantida a posição na carreira do Ministério Público e a permanência na atual lotação, até futura movimentação funcional.

Art. 5º Ficam criados, no Quadro de Segundo Grau do Ministério Público de Santa Catarina, 3 (três) cargos de Procurador de Justiça.

Art. 6º Fica transformado, na estrutura de Primeiro Grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e ajustado no Anexo V da Lei Complementar nº 715, de 2018, o cargo de 1º Promotor de Justiça Substituto da 18ª Circunscrição do Ministério Público (Capital) no cargo 2º Promotor de Justiça Substituto da 22ª Circunscrição do Ministério Público (Palhoça).

§ 1º A transformação de que trata o *caput* fica condicionada à vacância do cargo de 1º Promotor de Justiça Substituto da 18ª Circunscrição do Ministério Público (Capital).

§ 2º Satisfeita a condição prevista no § 1º, ficam reordenados no Anexo V da Lei Complementar nº 715, de 2018, os cargos de Promotor de Justiça Substituto da 18ª Circunscrição do Ministério Público remanescentes, que passarão a ser nomeados, ordinalmente, a partir do cargo de 1º Promotor de Justiça Substituto.

Art. 7º Ficam criados e acrescidos ao Anexo IV da Lei Complementar nº 736, de 15 de janeiro de 2019, os seguintes cargos de provimento em comissão, com os requisitos e as vedações previstos no parágrafo único do art. 47 da Lei Complementar nº 736, de 2019:

- I – 1 (um) cargo de Gerente de Jornalismo e Assessoria de Imprensa, nível CMP-5;
- II – 1 (um) cargo de Gerente de Publicidade, Produção e Veiculação de Mídia, nível CMP-5;
- III – 1 (um) cargo de Gerente de Projetos de Edificações, nível CMP-5;
- IV – 1 (um) cargo de Gerente de Fiscalização de Obras, nível CMP-5;
- V – 1 (um) cargo de Gerente de Eventos, nível CMP-5;
- VI – 1 (um) cargo de Gerente de Legislação de Pessoal, nível CMP-5;
- VII – 1 (um) cargo de Gerente de Estágio e Residência, nível CMP-5;
- VIII – 1 (um) cargo de Gerente de Transformação Digital, nível CMP-5;
- IX – 7 (sete) cargos de Assessor de Gabinete, nível CMP-4;
- X – 3 (três) cargos de Assessor Jurídico, nível CMP-2;
- XI – 6 (seis) cargos de Assistente de Procuradoria de Justiça, nível CMP-1; e
- XII – 4 (quatro) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, nível CMP-1.

Parágrafo único. Os cargos de Assessor Jurídico, de Assistente de Procuradoria de Justiça e de Assistente de Promotoria de Justiça serão lotados equitativamente nos gabinetes em que estiverem lotados os cargos de Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça criados nos arts. 1º e 5º desta Lei Complementar.

Art. 8º Ficam alteradas as alíneas “e”, “f”, “h” e “j” do inciso IV, assim como o inciso XI, todos do art. 5º da Lei Complementar nº 736, de 2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

- “Art. 5º
-
- IV –
-
- e) a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, compreendendo:
- 1. a Gerência de Manutenção Predial;
 - 2. a Gerência de Projetos de Edificações; e
 - 3. a Gerência de Fiscalização de Obras.
-
- f)
-
3. a Gerência de Admissão e Movimentação Funcional;
-

5. a Gerência de Legislação de Pessoal; e

6. a Gerência de Estágio e Residência.

h)

7. a Gerência de Transformação Digital.

j) a Coordenadoria de Comunicação Social, compreendendo:

1. a Gerência de Jornalismo e Assessoria de Imprensa; e

2. a Gerência de Publicidade, Produção e Veiculação de Mídia.

XI –

d) a Gerência de Eventos.

.....” (NR)

Art. 9º Ficam substituídos os Anexos IV, VI e X da Lei Complementar nº 736, de 2019, na forma prevista nos Anexos I, II e III desta Lei Complementar.

Art. 10. O provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar, cuja iniciativa fica reservada, em caráter exclusivo, ao Procurador-Geral de Justiça, dependerá da existência de suporte orçamentário e financeiro para atender aos respectivos custos.

Art. 11. As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de outubro de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO I

(Altera o Anexo IV da Lei Complementar nº 736, de 15 de janeiro de 2019)

“ANEXO IV

QUADRO DE PESSOAL

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO (CMP)

CARGOS	NÍVEL	COEFICIENTE	Nº DE CARGOS	NATUREZA DA ATIVIDADE
Coordenador de Auditoria e Controle	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Comunicação Social	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Engenharia e Arquitetura	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Finanças e Contabilidade	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Operações Administrativas	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Planejamento	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Processos e Informações Jurídicas	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Recursos Humanos	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Tecnologia da Informação	CMP-6	14,41	1	Administrativa

Coordenadoria de Logística	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Acompanhamento Funcional	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Admissão e Movimentação Funcional	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Almoxarifado	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Análise Contábil	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Análise Multidisciplinar	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Arquivo e Documentação	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Atenção à Saúde	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Atendimento ao Usuário	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Biblioteca	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Ciência de Dados e Inovação	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Compras	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Contabilidade	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Contratos	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Desenvolvimento de Pessoas	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Estágio e Residência	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Eventos	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Finanças	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Fiscalização de Obras	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Governança e Qualidade em TI	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Informações e Projetos	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Infraestrutura Tecnológica	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Jornalismo e Assessoria de Imprensa	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Legislação de Pessoal	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Manutenção Predial	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Patrimônio	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Pesquisa, Extensão e Revisão	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Projetos de Edificações	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Publicidade, Produção e Veiculação de Mídia	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Remuneração Funcional	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Segurança da Informação e Gestão de Riscos	CMP-5	10,29	1	Administrativa

Gerente de Serviços Administrativos e Controle Disciplinar	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Sistemas de Informação	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Transformação Digital	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Transportes	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Secretário Administrativo do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público	CMP-4	9,05	1	Administrativa
Assessor de Gabinete	CMP-4	9,05	33	Administrativa
Assessor em Comunicação	CMP-3	8,60	6	Administrativa
Assessor Jurídico	CMP-3	8,60	13(*)	Jurídica
Assessor Jurídico	CMP-2	6,05	88(*)	Jurídica
Assistente de Procuradoria de Justiça	CMP-1	5,20	142	Jurídica
Assistente de Promotoria de Justiça	CMP-1	5,20	891	Jurídica
TOTAL			1220	

” (NR)

(*) Os cargos de Assessor Jurídico CMP-3, quando vagarem, ficam transformados em Assessor Jurídico - CMP-2

ANEXO II

(Altera o Anexo IV da Lei Complementar nº 736, de 15 de janeiro de 2019)

“ANEXO VI

QUADRO DE VENCIMENTO
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO (CMP)

CARGOS	NÍVEL	COEFICIENTE
Coordenador de Auditoria e Controle	CMP-6	14,41
Coordenador de Comunicação Social	CMP-6	14,41
Coordenador de Engenharia e Arquitetura	CMP-6	14,41
Coordenador de Finanças e Contabilidade	CMP-6	14,41
Coordenador de Operações Administrativas	CMP-6	14,41
Coordenador de Planejamento	CMP-6	14,41
Coordenador de Processos e Informações Jurídicas	CMP-6	14,41
Coordenador de Recursos Humanos	CMP-6	14,41
Coordenador de Tecnologia da Informação	CMP-6	14,41
Coordenadoria de Logística	CMP-6	14,41
Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais	CMP-5	10,29
Gerente de Acompanhamento Funcional	CMP-5	10,29
Gerente de Admissão e Movimentação Funcional	CMP-5	10,29
Gerente de Almoxarifado	CMP-5	10,29

Gerente de Análise Contábil	CMP-5	10,29
Gerente de Análise Multidisciplinar	CMP-5	10,29
Gerente de Arquivo e Documentação	CMP-5	10,29
Gerente de Atenção à Saúde	CMP-5	10,29
Gerente de Atendimento ao Usuário	CMP-5	10,29
Gerente de Biblioteca	CMP-5	10,29
Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento	CMP-5	10,29
Gerente de Ciência de Dados e Inovação	CMP-5	10,29
Gerente de Compras	CMP-5	10,29
Gerente de Contabilidade	CMP-5	10,29
Gerente de Contratos	CMP-5	10,29
Gerente de Desenvolvimento de Pessoas	CMP-5	10,29
Gerente de Estágio e Residência	CMP-5	10,29
Gerente de Eventos	CMP-5	10,29
Gerente de Finanças	CMP-5	10,29
Gerente de Fiscalização de Obras	CMP-5	10,29
Gerente de Governança e Qualidade em TI	CMP-5	10,29
Gerente de Informações e Projetos	CMP-5	10,29
Gerente de Infraestrutura Tecnológica	CMP-5	10,29
Gerente de Jornalismo e Assessoria de Imprensa	CMP-5	10,29
Gerente de Legislação de Pessoal	CMP-5	10,29
Gerente de Manutenção Predial	CMP-5	10,29
Gerente de Patrimônio	CMP-5	10,29
Gerente de Pesquisa, Extensão e Revisão	CMP-5	10,29
Gerente de Projetos de Edificações	CMP-5	10,29
Gerente de Publicidade, Produção e Veiculação de Mídia	CMP-5	10,29
Gerente de Remuneração Funcional	CMP-5	10,29
Gerente de Segurança da Informação e Gestão de Riscos	CMP-5	10,29
Gerente de Serviços Administrativos e Controle Disciplinar	CMP-5	10,29
Gerente de Sistemas de Informação	CMP-5	10,29
Gerente de Transformação Digital	CMP-5	10,29
Gerente de Transportes	CMP-5	10,29
Secretário Administrativo do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público	CMP-4	9,05

Assessor de Gabinete	CMP-4	9,05
Assessor em Comunicação	CMP-3	8,60
Assessor Jurídico	CMP-3	8,60
Assessor Jurídico	CMP-2	6,05
Assistente de Procuradoria de Justiça	CMP-1	5,20
Assistente de Promotoria de Justiça	CMP-1	5,20

” (NR)

ANEXO III

(Altera o Anexo IV da Lei Complementar nº 736, de 15 de janeiro de 2019)

“ANEXO X

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE AUDITORIA E CONTROLE

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Na execução das atividades da área, cabe ao responsável:

- a) planejar o processo de estabelecimento de objetivos de desempenho e determinar que providências devem ser tomadas para cumpri-los. Por meio do planejamento, serão identificados os resultados desejados para o trabalho e os meios para alcançá-los;
- b) organizar o processo de atribuição de tarefas, destinar recursos e harmonizar as atividades coordenadas de indivíduos e grupos para implementar planos. Por meio da organização, convertem-se planos em ações, definindo funções, designando pessoal e dando apoio com tecnologia e outros recursos;
- c) liderar o processo de incitação do entusiasmo das pessoas pelo trabalho e direcionar seus esforços para cumprir planos e alcançar objetivos. Por meio da liderança, criam-se compromissos, estimulam-se os esforços de trabalho que apoiem a consecução das metas e influenciam-se os demais para que apliquem o melhor de si em benefício da organização;
- d) controlar o processo de medição do desempenho no trabalho, comparar resultados com objetivos e tomar providências corretivas quando necessário. Pelo controle, mantém-se contato ativo com as pessoas durante o seu trabalho, coletam-se informações e interpretam-se relatórios de desempenho, e essas informações são utilizadas para planejar ações e mudanças construtivas; e
- e) delegar o processo de distribuição do trabalho a outras pessoas, observando que:
 1. a atribuição de responsabilidade é a atividade de explicar que trabalho ou deveres alguém precisa cumprir em determinado prazo;
 2. juntamente com a atribuição da tarefa, é garantido a outra pessoa o direito de tomar as providências necessárias (dirigir o trabalho de outros e usar recursos), ou seja, a autorização para agir da maneira necessária para levar a cabo a tarefa recebida; e
 3. ao aceitar a atribuição, a pessoa se obriga, juntamente com a Coordenação, Gerência ou Chefia, a completar o trabalho conforme o acordado.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. exercer no âmbito do Ministério Público a verificação dos sistemas contábil, financeiro, de execução orçamentária, patrimonial, operacional e de pessoal;
2. emitir relatórios e pareceres sobre auditorias realizadas;
3. elaborar e executar roteiros e programas de auditoria;
4. avaliar o controle interno das coordenadorias e gerências do Ministério Público;
5. emitir parecer em relatórios elaborados por outras áreas, sempre que a lei determinar;
6. normatizar o acompanhamento, a sistematização e a padronização dos procedimentos de auditoria;

7. acompanhar, em visitas posteriores, a implementação das recomendações aprovadas pelo Secretário-Geral do Ministério Público;
8. solicitar, quando necessário, parecer técnico a profissional comprovadamente habilitado sobre questões que exijam conhecimento específico, para fundamentar seu parecer;
9. examinar a observância das normas ditadas pela legislação federal aplicável, da legislação estadual específica e das normas correlatas;
10. disciplinar, acompanhar e controlar as contratações de obras e serviços, observadas as normas pertinentes às licitações, previstas na legislação específica;
11. elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna, que deverá ser apresentado até o final da segunda quinzena do mês de dezembro do ano em curso, para os trabalhos que serão realizados no ano seguinte; e
12. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Comunicação Social.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar, coordenar e monitorar a implementação de políticas de comunicação social da Instituição;
2. elaborar projetos e coordenar ações de comunicação institucional;
3. planejar, coordenar e monitorar as atividades de jornalismo, assessoria de imprensa, publicidade e produção e veiculação de mídia;
4. assessorar o Procurador-Geral de Justiça e os demais Órgãos da Administração Superior, de Execução e Auxiliares, nos assuntos afetos à comunicação social;
5. promover o intercâmbio entre os membros da Instituição e os dirigentes e profissionais dos meios de comunicação e das entidades representativas do setor;
6. planejar e monitorar a gestão do Portal, da Intranet e das mídias sociais do MPSC, no tocante à comunicação social;
7. planejar e coordenar a criação de programas audiovisuais para veiculação na mídia eletrônica, a editoração de documentos para impressão interna e externa, bem como projetos de identidade visual da Instituição;
8. apresentar relatório das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Comunicação Social;
9. sugerir medidas para a racionalização, simplificação e ampliação do alcance dos procedimentos de rotina; e
10. exercer outras atividades que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar a execução das medidas que visem a assegurar o pleno desenvolvimento das atividades de engenharia, arquitetura e de manutenção no âmbito do Ministério Público;
2. verificar a necessidade de locação, construção, reforma, adaptação física e manutenção predial das instalações do Ministério Público;
3. propor normas e instruções relativas a projetos, manutenção predial, reformas, obras e serviços gerais, fiscalizando o seu cumprimento;
4. elaborar estudos, especificações, instruções e procedimentos a serem aplicados visando à otimização das atividades desenvolvidas e buscando garantir a qualidade das mesmas;
5. coordenar e planejar, em conjunto com as demais unidades administrativas serviços de construção, reforma, mudanças de endereço referentes a serviços de engenharia e arquitetura e manutenção das edificações ocupadas pelo Ministério Público;
6. acompanhar os processos licitatórios vinculados a obras e serviços de engenharia;
7. pesquisar, desenvolver e aplicar novas tecnologias de construção civil;

8. orientar sobre investimentos na área de edificações do Ministério Público;
9. estabelecer um plano de obras junto à Administração Superior e acompanhar sua execução;
10. manter intercâmbio de informações e reuniões com o Tribunal de Justiça para tratar de reformas, obras e manutenções nos espaços ocupados pelo Ministério Público nas dependências do Poder Judiciário;
11. fiscalizar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas e interceder sempre que necessário;
12. planejar, coordenar e fiscalizar as atividades de manutenção e conservação das instalações elétricas, telefônicas, lógica, hidrossanitárias e equipamentos para prevenção de incêndio, inclusive dos contratos de prestação de serviços;
13. planejar, coordenar e fiscalizar a elaboração de projetos arquitetônicos visando à construção e/ou adequação das unidades do Ministério Público; e
14. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. programar, avaliar, coordenar, acompanhar, controlar, executar e autorizar os serviços executados por suas Gerências;
2. coordenar, dirigir e supervisionar os assuntos relativos à contabilidade, executando e registrando os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério Público;
3. controlar o fluxo orçamentário, financeiro e contábil do Ministério Público e dos Fundos vinculados;
4. autorizar as ordens de pagamentos;
5. autorizar o envio das declarações de Rendimento de Pessoa Física e Jurídica;
6. autorizar o envio dos relatórios de informação da GFIP/INSS para o INSS e do ISQN/ISS para a Prefeitura Municipal;
7. elaborar os demonstrativos financeiros exigidos pelas Leis federais nº 4.320/64 e 101/00;
8. propor alterações orçamentárias de acordo com a necessidade;
9. assinar empenhos, balancetes, balanços e Relatórios de Gestão Fiscal e de Execução Orçamentária;
10. prestar outras informações e orientações relacionadas às atribuições da Coordenadoria;
11. receber, conferir e manter atualizado o arquivo de documentos emitidos por todas as unidades do Ministério Público, relativos a orçamentos, pagamentos e prestação de contas;
12. manifestar-se, nos processos de efetivação de despesas de alienação, cessão ou recebimento de bens, direitos e obrigações, que envolvam execução orçamentária ou extraorçamentária, bem como definir a classificação contábil da despesa;
13. acompanhar, na Secretaria de Estado da Fazenda, o repasse dos recursos financeiros necessários à execução das metas anuais da Instituição, e as alterações das regulamentações legais;
14. elaborar cronograma financeiro de desembolso mensal e anual;
15. emitir empenhos autorizados;
16. autorizar pagamentos de pessoal, fornecedores, prestadores de serviços, e seus encargos;
17. emitir ordens de pagamentos e cheques, movimentando as contas-correntes da Instituição, em conjunto com a Secretaria-Geral do Ministério Público;
18. efetuar, quando devido e mediante autorização da autoridade competente, o pagamento de diárias e/ou ressarcimentos de despesas de membros e servidores da Instituição;
19. solicitar a prestação de contas de adiantamentos concedidos a terceiros;
20. elaborar a prestação de contas da Instituição dentro dos prazos legais;
21. elaborar balancetes e balanço geral do Ministério Público e de seus Fundos;
22. propor a realização de auditoria econômica e financeira;
23. emitir todos os demonstrativos necessários à consolidação do balanço geral do Ministério Público;
24. participar da elaboração de atos ligados às normas de execução orçamentária, financeira e contábil;
25. analisar, classificar e contabilizar os documentos recebidos decorrentes das operações realizadas;
26. transmitir os arquivos de folha de pagamento para os bancos;

27. autorizar a transmissão das ordens bancárias;
28. controlar e elaborar demonstrativos e gráficos referentes à execução orçamentária e financeira do Ministério Público;
29. prestar outras informações e orientações relacionadas às atribuições da Coordenadoria; e
30. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE LOGÍSTICA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Logística.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar a execução das medidas que visem a assegurar o pleno desenvolvimento das atividades relacionadas à administração de material, de patrimônio, de arquivo, de transporte, de protocolo e de serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional no âmbito do Ministério Público;
2. coordenar e fiscalizar as atividades desenvolvidas nas gerências e setores subordinados, intercedendo sempre que necessário;
3. emitir pareceres técnicos e administrativos no âmbito de atribuição da Coordenadoria;
4. propor normas e instruções relativas à logística de distribuição e recolhimento de bens, gestão de documentos destinados ao arquivo central, disponibilização dos serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional e utilização e manutenção de veículos e bens patrimoniais, fiscalizando o seu cumprimento;
5. elaborar em conjunto com as gerências e setores subordinados, estudos, especificações, instruções e procedimentos a serem aplicados, visando à otimização das atividades desenvolvidas;
6. manter e controlar os estoques de bens permanentes e de consumo indispensáveis às atividades da Instituição e disponibilizá-los aos Órgãos requisitantes;
7. administrar a frota de veículos e realizar as atividades de transporte do Ministério Público;
8. realizar a gestão do acervo de documentos destinados ao arquivo central para guarda intermediária e permanente;
9. planejar e executar a logística de distribuição e recolhimento de bens de consumo, permanentes e de documentos;
10. providenciar os serviços de mudança para transferência de endereço e/ou instalação de Órgãos do Ministério Público;
11. manter atualizado o cadastro de endereços dos Órgãos da Instituição no banco de dados do sistema informatizado de gestão administrativa;
12. planejar, coordenar e fiscalizar a execução dos contratos de serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional;
13. planejar e coordenar a implementação da coleta seletiva de resíduos sólidos no âmbito do Ministério Público;
14. providenciar a logística reversa de materiais junto aos fornecedores conforme previsto em contrato, convênio ou registro de preços;
15. organizar, registrar e coordenar o recebimento, a distribuição e a expedição de correspondências, periódicos, processos administrativos, encomendas e documentos diversos com destino aos Órgãos do Ministério Público ou expedidos por estes; e
16. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Operações Administrativas.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar a execução das medidas que visem a assegurar o pleno desenvolvimento das atividades relacionadas com a administração de compras, contratos, fundos especiais, processamento de despesas, licitações, reprografia do Ministério Público;
2. propor normas e instruções relativas à administração de compras, contratos, fundos especiais, processamento de despesas, licitações, reprografia do Ministério Público;
3. elaborar estudos, especificações, instruções e procedimentos a serem aplicados, visando à otimização dos serviços e à redução de grandes investimentos em estoques;
4. solicitar a instauração de processo licitatório, após aprovação do objeto pelo Secretário-Geral do Ministério Público;
5. remeter processo licitatório à Subprocuradoria-Geral do Ministério Público, para que determine a análise do conteúdo pela Assessoria Jurídica;

6. acompanhar a execução dos processos de licitação pelo Setor de Licitações;
7. fiscalizar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelas gerências e interceder naquelas, sempre que necessário;
8. acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, atas de registro de preços, convênios e termos de cooperação, emitindo as devidas manifestações;
9. supervisionar a publicação dos extratos de contratos, atas de registro de preços, convênios, termos de cooperação e editais de licitação; e
10. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE PLANEJAMENTO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Planejamento.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. coordenar a elaboração da minuta da Lei Orçamentária Anual (LOA), do Plano Plurianual (PPA) e sua revisão, e das informações para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
2. articular-se com o Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento do Estado para a elaboração e controle dos atos normativos referentes ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à elaboração, acompanhamento e avaliação do Orçamento Anual;
3. assessorar a Administração Superior no processo de elaboração e/ou revisão do Planejamento Estratégico e do Plano Geral de Atuação;
4. coordenar e acompanhar a execução dos Programas, Projetos e Indicadores do Planejamento Estratégico e do Plano Geral de Atuação, por meio de relatórios gerenciais;
5. prestar apoio técnico na elaboração do Relatório de Gestão Institucional (RGI);
6. coordenar e acompanhar as atividades executadas pela Gerência de Informações e Projetos, Gerência de Ciência de Dados e Setor de Processos;
7. supervisionar a atualização dos dados do Portal da Transparência do Ministério Público;
8. integrar a Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico, a Comissão de Estudos para a Expansão da Estrutura Física e o Comitê Gestor de Segurança do MPSC;
9. integrar o Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP), instituído pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
10. realizar análise técnica de resoluções e demais normativas propostas pelo CNMP, relacionadas ao Planejamento Estratégico;
11. executar outras atividades correlatas, conforme as necessidades da COPLAN; e
12. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE PROCESSOS E INFORMAÇÕES JURÍDICAS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. supervisionar, coordenar e prestar auxílio à Gerência sob sua coordenação;
2. elaborar a escala mensal de representação do Ministério Público nas Câmaras de Julgamento do Tribunal de Justiça;
3. consultar a Coordenadoria de Recursos Humanos para identificar o Procurador de Justiça que ficará afastado da distribuição de processos em cada mês;
4. identificar na escala os dias do mês e da semana em que ocorrerão as sessões das Câmaras;
5. elaborar a escala observando o rodízio de Procuradores de Justiça nas sessões de julgamento das Câmaras do Tribunal de Justiça;
6. assistir aos Órgãos de Execução do Ministério Público;
7. elaborar rotinas de trabalho que visem ao aperfeiçoamento das atividades;
8. receber, registrar, distribuir, encaminhar e controlar a entrada e saída de autos judiciais, representações, expedientes, procedimentos, documentos e papéis afetos aos Órgãos de Execução de 2ª instância;

9. prestar informações sobre a distribuição e o andamento interno dos autos de processos judiciais;
10. prestar aos Órgãos de Execução de 2ª instância os demais serviços administrativos necessários ao desempenho de suas funções, tais como: digitação de pareceres e revisão;
11. manter registro das designações de data para a realização de atos processuais;
12. realizar as diligências solicitadas pelos superiores;
13. organizar e manter atualizados os arquivos de pronunciamento;
14. acompanhar o andamento de processos, no Tribunal de Justiça, quando solicitado por Promotores de Justiça e/ou Procuradores de Justiça;
15. administrar o Sistema de Automação do Judiciário - Procuradoria-Geral de Justiça (SAJ/PGJ); e
16. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Recursos Humanos.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. coordenar as atividades relacionadas a processos de Recursos Humanos, delegando-as às Gerências e Setores subordinados;
2. elaborar propostas de políticas, diretrizes, normas, programas e projetos relacionados à Gestão de Pessoas, bem como planejar suas execuções;
3. estruturar, implementar e atualizar a Política de Recursos Humanos do Ministério Público;
4. manter intercâmbio com áreas de Recursos Humanos de outros órgãos;
5. representar o Ministério Público de Santa Catarina no comitê específico de Gestão de Pessoas do Fórum Nacional de Gestão, do Conselho Nacional do Ministério Público;
6. atender diligências do Tribunal de Contas do Estado e de outros órgãos de controle, bem como prestar informações necessárias às instruções judiciais, quando solicitadas;
7. supervisionar a coleta de matéria de interesse da Coordenadoria de Recursos Humanos em publicações oficiais;
8. coordenar, orientar, controlar e promover a correta aplicação da legislação referente a Recursos Humanos;
9. propor normas, instruções e regulamentos para a seleção e alocação de candidatos aos cargos existentes, de acordo com a legislação em vigor e com base na Gestão por Competências;
10. promover estudos e implementar os instrumentos de mensuração de indicadores de Recursos Humanos;
11. elaborar normas, diretrizes e programas de proteção à Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho dos Membros e Servidores do MPSC;
12. coordenar a implementação de programas e ações voltados à promoção da Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho;
13. planejar iniciativas voltadas ao desenvolvimento das lideranças, bem como à formação de novos gestores;
14. atuar permanentemente na digitalização e otimização de processos e rotinas de Recursos Humanos;
15. atuar no desenvolvimento profissional dos Membros e Servidores, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;
16. coordenar a supervisão de rotinas, fluxos e procedimentos de registros funcionais de Membros, Servidores e demais colaboradores do Ministério Público nos sistemas disponíveis e nas pastas funcionais;
17. monitorar permanentemente as necessidades de Recursos Humanos, por iniciativa própria ou com base em dados fornecidos pelas demais áreas;
18. prestar informações às comissões de concurso público para preenchimento das vagas dos cargos de Membros e Servidores efetivos;
19. coordenar as providências voltadas à nomeação, remoção, relotação e exoneração dos servidores;
20. controlar a operacionalização dos programas de Estágio e Residência do Ministério Público, propondo melhorias de acordo com a legislação em vigor;
21. colaborar no processo de integração de novos Membros, Servidores demais colaboradores;
22. supervisionar as ações e processos voltados à elaboração da folha de pagamento e à concessão de benefícios;

23. realizar estudos, prestar informações e controlar os processos relacionados à concessão de aposentadoria e de pensão de Membros e Servidores;
24. coordenar o programa de Teletrabalho do Ministério Público, o programa de Voluntariado e o programa Aprendiz do Ministério Público;
25. participar de comissões e grupos voltados a assuntos funcionais de Membros e Servidores;
26. planejar e executar políticas e ações institucionais de enfrentamento aos vários tipos de assédio e de discriminação, promovendo a equidade de gênero;
27. supervisionar a expedição dos documentos, certidões, declarações e atos administrativos próprios do serviço;
28. acompanhar o desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de Recursos Humanos;
29. coordenar a utilização e melhoria do sistema de ponto eletrônico do Ministério Público;
30. acompanhar a gestão dos contratos das empresas prestadoras de serviço e fornecer orientação técnica;
31. monitorar a evolução da Receita Líquida Disponível e da Receita Corrente Líquida, para fim de planejamento e execução das ações de Recursos Humanos;
32. monitorar, permanentemente, as tendências em Gestão de Pessoas, propondo a incorporação de iniciativas exitosas à rotina do Ministério Público; e
33. exercer outras atividades correlatas que forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. participar na elaboração do Plano Diretor de Informática;
2. fazer cumprir a política de padronização de softwares;
3. estabelecer e fazer cumprir a metodologia de vistoria, zeladoria e auditoria, visando ao uso correto dos equipamentos de informática;
4. elaborar, juntamente com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, treinamento específico pelos usuários de softwares criados ou a serem criados;
5. promover a divulgação das técnicas de sistematização e processamento de dados, objetivando lograr melhor comunicação e fluxo das informações;
6. participar, como membro efetivo, da Comissão Especial de Informática;
7. participar da Comissão de Recebimento de Materiais, quando houver equipamentos ou suprimentos relativos à área;
8. manter estatística dos serviços prestados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação;
9. especificar os equipamentos a serem adquiridos; e
10. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ACOMPANHAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Acompanhamento dos Fundos Especiais.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar a execução de medidas que visem assegurar o atingimento dos objetivos do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) e do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público (FERMP), articulando-se com parceiros internos ou externos na busca de soluções que visem efetividade na arrecadação e aplicação dos recursos inerentes a cada Fundo;
2. auxiliar os Presidentes do FRBL e do FERMP na elaboração de minutas de normas expedidas pelos Fundos, bem como sugerir a emissão de novas normas quando necessário;
3. estudar permanentemente as normas do FRBL e do FERMP, bem como sua organização, visando sugerir aos seus presidentes medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços, apresentando propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação;

4. prestar atendimento técnico aos interessados em obter informações acerca do FRBL e FERMP;
5. prestar informações às demais áreas do Ministério Público acerca das previsões orçamentárias do FRBL e do FERMP, bem como acompanhar seus saldos orçamentários e financeiros, mantendo seus presidentes ou gestores informados;
6. acompanhar a arrecadação de recursos do FRBL e FERMP, fiscalizando o cumprimento das normas pertinentes a cada um deles e buscando formas de ampliá-la;
7. manter controle dos convênios, contratos ou compras firmados pelo FRBL e FERMP e seus prazos;
8. preparar e secretariar as reuniões dos Conselhos do FRBL e FERMP, bem como manter controle e organização das atas, certidões, correspondências, processos e demais documentos pertinentes a tais Fundos;
9. analisar projetos apresentados ao FRBL, verificando o cumprimento da legislação pertinente e acompanhar sua tramitação nos termos da normativa do Fundo;
10. prestar assessoria aos Presidentes dos Conselhos do FRBL e FERMP, fazendo cumprir suas determinações, bem como aos Conselheiros dos Fundos quando requisitado;
11. elaborar a minuta dos convênios a serem firmados pelo FRBL, acompanhar e fiscalizar a execução e emitir pareceres técnicos quanto à execução dos mesmos e à aplicação dos recursos;
12. coordenar o cadastro de peritos do FRBL, assim como atuar em todo o processo de contratação de perícias, desde a autuação dos processos, coleta de orçamentos, até a efetiva contratação dos peritos, acompanhamento da execução dos serviços e o pagamento dos mesmos;
13. manter atualizadas as informações sobre o FRBL e FERMP divulgadas no Portal do Ministério Público;
14. acompanhar a execução financeira e orçamentária do FRBL e FERMP; e
15. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Acompanhamento Funcional.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. elaborar relatórios que possibilitem ao Corregedor-Geral prestar informações ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de promoção e remoção, providenciando a respectiva ficha e fazendo as anotações devidas;
2. promover o suporte administrativo e o de informações para a realização de correições e inspeções;
3. supervisionar o registro e controle das correições e inspeções realizadas;
4. elaborar registro de dados estatísticos das atividades ministeriais;
5. manter registro e controle atualizados das informações dos promotores de justiça em estágio probatório;
6. gerenciar o recebimento dos trabalhos trimestrais dos promotores de justiça em estágio probatório e providenciar seu encaminhamento para análise da Assessoria;
7. providenciar a comunicação de conceitos relativos à avaliação trimestral de estágio probatório aos promotores de justiça;
8. receber, processar e manter controle dos relatórios mensais e anuais das Promotorias de Justiça, participando ao Secretário da Corregedoria-Geral qualquer erro, omissão ou irregularidade que constatar;
9. auxiliar a Secretaria da Corregedoria-Geral na coleta de dados para a confecção do Relatório Anual da Corregedoria-Geral e do Relatório Anual de Atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça;
10. gerenciar a elaboração de comunicações e cumprimento a despachos e determinações do Corregedor-Geral e do Secretário da Corregedoria-Geral;
11. prestar informações sobre o trâmite de processos relativos a inspeções, correições, programas de cooperação, PVPs, PVAs e PARE;
12. prestar informações e supervisionar o controle do exercício de magistério e de relatórios enviados ao Conselho Nacional do Ministério;
13. auxiliar o Secretário da Corregedoria na distribuição de processos e procedimentos à Assessoria;
14. movimentar, em sistema informatizado, o deslocamento dos processos, controlando os prazos e os procedimentos a serem cumpridos;

15. registrar e dar suporte administrativo aos programas de cooperação especial;
16. arquivar e zelar pela guarda e expedientes e processos relativos à Corregedoria-Geral;
17. administrar o Sistema de Informatização e Gestão do Ministério Público (SIG/MPSC), no que se refere ao fluxo de atividades, às informações de ordem funcional, administrativa e de dados estatísticos;
18. prestar assistência direta e imediata ao Secretário da Corregedoria-Geral no desempenho de suas atribuições;
19. classificar e efetuar a triagem das mensagens eletrônicas na caixa de correio da CGMP e organizá-las nas pastas correspondentes;
20. manter atualizada a página da Corregedoria-Geral na Internet e Intranet; e
21. executar outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Direito.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ADMISSÃO E MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Admissão e Movimentação Funcional.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. analisar, preparar e acompanhar os procedimentos para nomeação e exoneração dos membros e servidores efetivos e comissionados;
2. emitir relatórios sobre os quadros de pessoal;
3. auxiliar, em conjunto com outras Gerências, as comissões para concurso público no preenchimento das vagas dos cargos de membros e servidores efetivos;
4. manter atualizado o controle de provimento e vacância de cargos;
5. controlar rotinas, fluxos e procedimentos de registros funcionais de membros e servidores nos sistemas disponíveis e/ou nas pastas funcionais;
6. providenciar a elaboração de portarias e atos oficiais delegados pela Administração Superior;
7. registrar os afastamentos dos membros e servidores, exceto os aqueles relacionados a questões de saúde;
8. incluir os registros das movimentações de carreira dos membros, no tocante aos atos de promoção, remoção e opção;
9. controlar as relações e trânsitos de servidores comissionados e registrar esses mesmos lançamentos relacionados aos servidores efetivos;
10. emitir declarações de vínculo institucional;
11. controlar a confecção de crachás e carteiras de identificação funcionais;
12. administrar o ponto eletrônico e adequar o relatório do ponto eletrônico aos pedidos de horário especial;
13. zelar pelas pastas e registros funcionais dos membros e servidores, atuando para manter os cadastros sempre atualizados;
14. proceder com os lançamentos de processos funcionais que geram efeitos financeiros e realizar, junto com a Gerência de Remuneração Funcional, a conferência dos respectivos efeitos em folha de pagamento;
15. atender de maneira permanente as exigências do Governo Federal, Governo Estadual, Tribunal de Contas Estadual e outros órgãos de controle, no tocante aos envios de dados e relatórios de competência da área;
16. monitorar a execução de processos de registros funcionais em consonância com o regramento previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
17. atuar permanentemente na digitalização e otimização de processos e rotinas da área; e
18. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ALMOXARIFADO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Almoarifado.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. fixar níveis de estoque mínimo, máximo e ponto de pedido de materiais;
2. manter atualizado o Catálogo de Materiais, preocupando-se com a padronização, especificação e codificação de todos os itens de estoque, facilitando a requisição pela Coordenadoria de Operações Administrativas;

3. definir, juntamente com as lotações usuárias, os itens a serem mantidos em estoque, estabelecendo níveis de segurança e lotes de reposição, submetendo-os à apreciação e aprovação superior;
4. zelar pelo cumprimento da política de controle de estoques definida pela Coordenadoria de Operações Administrativas;
5. efetuar inventários físicos, periódicos, de materiais em almoxarifado, com preparação especial para itens perecíveis, remetendo relatórios à Coordenadoria de Operações Administrativas, que após os repassará à Coordenadoria-Geral;
6. desenvolver estudos e propor alienação de itens em estoques considerados obsoletos ou inservíveis;
7. controlar as atividades de recebimento, conferência, guarda, conservação, distribuição, transferência e entrega de materiais adquiridos pela Instituição;
8. efetuar os serviços de recebimento e inspeção dos materiais e/ou equipamentos, examinando a documentação que os acompanha, a fim de evitar falhas na remessa, conferindo qualitativa e quantitativamente, procedendo à devolução quando eles não estiverem de acordo com as especificações solicitadas;
9. registrar as entradas e saídas de material de consumo e permanente, transmitindo à Gerência de Patrimônio os dados técnicos e financeiros relativos aos bens permanentes;
10. manter devidamente ordenados os materiais estocados;
11. realizar, em conjunto com as Coordenadorias afetas, o inventário anual de materiais, bem como fazer cumprir a realização dos inventários periódicos, conforme estabelecido em normas específicas;
12. enviar o resumo financeiro das movimentações da Gerência de Almoxarifado à Gerência de Contabilidade;
13. manter atualizados relatórios de consumo, bem como informar à Coordenadoria de Operações Administrativas das irregularidades encontradas; e
14. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ANÁLISE CONTÁBIL**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Análise Contábil.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar, coordenar e orientar a elaboração das pesquisas e o atendimento das solicitações de apoio contábeis recebidas;
2. sugerir, por meio da apresentação dos respectivos planos de projetos, aquisições de equipamentos ou ferramentas, bem como a contratação de pessoal e respectivas capacitações técnico-científicas, visando ao melhoramento contínuo das atividades de assessoramento técnico;
3. zelar pela otimização dos recursos físicos, humanos e financeiros, visando ao incremento da qualidade dos trabalhos e à minimização dos prazos de atendimento;
4. identificar e propor indicadores para o monitoramento do desempenho das atividades;
5. constantemente realizar o monitoramento do desempenho no atendimento às demandas, elaborando relatórios demonstrativos do desempenho da área, propondo, sempre que necessárias, as devidas medidas corretivas;
6. zelar pelo registro, organização e correta priorização das demandas;
7. monitorar, em conjunto com os demais servidores, os prazos de atendimento determinados para cada solicitação;
8. realizar a distribuição das solicitações, considerando as devidas competências técnicas e as respectivas cargas de trabalho de cada servidor;
9. zelar pela manutenção dos equipamentos e ferramentas disponíveis, propondo, sempre de forma justificada, suas atualizações; e
10. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ANÁLISE MULTIDISCIPLINAR**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Análise Multidisciplinar.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar, coordenar e orientar a elaboração das pesquisas e o atendimento das solicitações de apoio multidisciplinar recebidas;

2. sugerir, por meio da apresentação dos respectivos planos de projetos, aquisições de equipamentos ou ferramentas, bem como a contratação de pessoal e respectivas capacitações técnico-científicas, visando ao melhoramento contínuo das atividades de assessoramento técnico;
3. zelar pela otimização dos recursos físicos, humanos e financeiros, visando ao incremento da qualidade dos trabalhos e à minimização dos prazos de atendimento;
4. identificar e propor indicadores para o monitoramento do desempenho das atividades;
5. constantemente realizar o monitoramento do desempenho no atendimento às demandas, elaborando relatórios demonstrativos do desempenho da área, propondo, sempre que necessárias, as devidas medidas corretivas;
6. zelar pelo registro, organização e correta priorização das demandas;
7. monitorar, em conjunto com os demais servidores, os prazos de atendimento determinados para cada solicitação;
8. realizar a distribuição das solicitações, considerando as devidas competências técnicas e as respectivas cargas de trabalho de cada analista;
9. zelar pela manutenção dos equipamentos e ferramentas disponíveis, propondo, sempre de forma justificada, suas atualizações; e
10. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Arquivo e Documentação.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. receber, conferir, classificar e indexar toda documentação dos órgãos que compõem o Ministério Público;
2. zelar pela preservação e segurança dos documentos destinados à guarda intermediária e permanente;
3. praticar a higienização dos documentos e do local em que eles se encontram, com metodologias e técnicas adequadas;
4. prestar atendimento à pesquisa;
5. controlar os empréstimos e as devoluções de documentos;
6. instruir o usuário com relação ao manuseio dos documentos e às regras de higiene local;
7. preparar a documentação para análise do prazo de vigência, precaução e prescricional;
8. orientar o arquivamento de documentos das promotorias;
9. descartar documentos sem valor arquivístico, observando a Tabela de Temporalidade Documental;
10. orientar a execução das decisões registradas na Tabela de Temporalidade Documental (eliminação, transferência, recolhimento) nos arquivos setoriais;
11. supervisionar as eliminações de documentos ou o recolhimento ao Arquivo Geral, de acordo com o estabelecido na Tabela de Temporalidade Documental;
12. propor critérios de organização, racionalização e controle da gestão de documentos de arquivos;
13. coordenar o trabalho de seleção e preparação de material dos conjuntos documentais a serem eliminados, deixando-os disponíveis para eventuais verificações;
14. presenciar a eliminação dos documentos, lavrando a respectiva ata;
15. propor mudanças de procedimentos, aquisição de equipamentos entre outras medidas, visando à modernização do Arquivo;
16. digitalizar e conferir os documentos, tornando-os disponíveis via internet; e
17. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ATENÇÃO À SAÚDE**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Atenção à Saúde.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. promover a prestação de assistência médica e odontológica aos membros e servidores, e aos seus dependentes e, ainda, o atendimento, em casos emergenciais, que estejam na área de abrangência da Gerência de Atenção à Saúde, incluindo neste os estagiários, terceirizados e visitantes;

2. participar da elaboração de normas, diretrizes e programas de proteção à saúde ocupacional e segurança do trabalho dos membros e servidores do MPSC;
3. implantar e gerenciar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CIPA);
4. propor programas de treinamento sobre segurança e saúde no trabalho para os componentes das CIPAs;
5. propor e participar de programas e campanhas de conscientização sobre medicina preventiva e alternativas, desenvolvendo a prevenção primária, por meio de atividades educativas e informativas, sobre temas como LER, álcool, fumo e outras drogas;
6. coordenar inspeções nos ambientes de trabalho da Instituição, visando a análise de riscos ocupacionais do tipo físico, químico, biológico e ergonômico;
7. coordenar e inspecionar os serviços contratados de limpeza, higienização e descarte de resíduos provenientes da atividade médica;
8. fiscalizar a efetividade e a qualidade de atendimento dos serviços da área médica, odontológica, ambulatorial e demais profissionais;
9. providenciar a aquisição e atualização de equipamentos e materiais de consumo;
10. propor e coordenar ações de integração multidisciplinar para fins terapêuticos e preventivos;
11. realizar visitas domiciliares aos servidores e familiares em situações de afastamento por motivo de doença e/ou para assistir familiar doente e emitir parecer técnico, quando necessário;
12. relacionar, articular e manter atualizado um cadastro de Recursos Institucionais e Sociais (entidades terapêuticas), objetivando facilitar o encaminhamento do servidor e dependentes, com vistas na complementação de atendimento e/ou solução de situações sociais emergentes;
13. apresentar relatórios à Coordenadoria de Recursos Humanos, referentes a dados, análises e estudos da Gerência de Atenção à Saúde;
14. estabelecer indicadores de saúde para membros e servidores do Ministério Público de Santa Catarina;
15. controlar e fiscalizar os períodos referentes aos afastamentos por atestados médicos e pela perícia médica, para fins de licença para tratamento de saúde;
16. orientar sobre os procedimentos a serem adotados para caracterização de acidente de trabalho junto à Perícia Médica; e
17. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Atendimento ao Usuário.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. descrever os serviços de TI, seus níveis, papéis e responsabilidades das partes envolvidas no Acordo de Nível de Serviço;
2. emitir parecer técnico para equipamentos em processo de alienação;
3. gerar relatórios detalhados e gerenciais, para identificar possíveis pontos de estrangulamento e problemas de infraestrutura, de modo a reduzir o número de incidentes a médio e longo prazo;
4. analisar solicitações de substituições e provimentos de equipamentos de TI geradas por usuários e recomendar atendimento a COTEC;
5. comunicar e promover a disseminação adequada de informações para as unidades e áreas afetadas pelos eventos relacionados aos incidentes reportados à Central de Atendimento;
6. implantar um processo efetivo de gerenciamento de demandas, dentro das práticas previstas na disciplina de Suporte aos Serviços (Service Support) preconizados pela ITIL;
7. assegurar que as interfaces (entradas e saídas), processos, subprocessos, papéis, responsabilidades, e indicadores, descritos pela disciplina indicada no tópico anterior, sejam efetivas;
8. praticar e manter as políticas, procedimentos, padrões e boas práticas definidas pela Gerência de Governança e Qualidade de TI;
9. manter políticas de domínio (GPOs) para melhor controle de usuários e máquinas na rede;
10. controlar a qualidade dos serviços prestados, garantindo o cumprimento do Acordo de Nível de Serviço (SLA -Service Level Agreement) estabelecido com os usuários de TI;
11. gerenciar conflitos, atuando de forma eficiente, estabelecendo um relacionamento de parceria e confiança com os usuários de TI, garantindo assim o nível de satisfação do mesmo;

12. acompanhar e avaliar os resultados globais das atividades sob sua gestão, fornecendo subsídios e informações, visando o tratamento das prioridades e o planejamento;
13. coordenar as ações da Central de Atendimento, provendo a Coordenadoria de Tecnologia com os relatórios gerenciais e indicadores de desempenho, produtividade e qualidade da equipe;
14. analisar problemas recorrentes e apresentar alternativas visando a sua eliminação definitiva;
15. identificar oportunidades de aplicação de tecnologia da informação para otimização dos trabalhos do MP;
16. participar do desenvolvimento e implementação de políticas e diretrizes que traduzam as melhores práticas existentes e/ou disponíveis no mercado, visando a otimização dos serviços e utilização dos recursos sob sua responsabilidade;
17. propor planos de investimentos visando atualização tecnológica dos equipamentos e servidores da Unidade;
18. acompanhar a execução de contratos relativos à sua área de atuação;
19. gerenciar atividades e recursos disponíveis;
20. identificar necessidades e propor condições para um melhor desempenho e integração da equipe, com ênfase no processo de capacitação dos servidores lotados na Unidade;
21. atuar na motivação e facilitação do clima de profissionalismo e comprometimento da equipe;
22. acompanhar a frequência e programar a escala de férias dos servidores lotados na Unidade;
23. supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;
24. confeccionar notas, ofícios, despachos e documentos em geral;
25. executar as atividades relacionadas à organização, ao descarte, à transferência e ao controle de documentos de arquivo, conforme as normas vigentes;
26. executar as atividades relacionadas a recebimento, distribuição, tramitação, expedição de documentos, conforme padrões e normas estabelecidos;
27. reportar todas as informações requeridas à Coordenadoria de TI; e
28. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE BIBLIOTECA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Biblioteca.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. reunir e conservar livros, periódicos, documentos e informações de interesse do Ministério Público;
2. elaborar e manter atualizado o sistema de acompanhamento das publicações de leis, decretos, resoluções, deliberações, portarias e outros atos de interesse do Ministério Público;
3. manter serviços de consultas e empréstimos de material bibliográfico;
4. manter intercâmbio com outras bibliotecas;
5. efetuar pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência, quando solicitadas;
6. reunir, classificar e conservar a documentação de trabalhos realizados pelo Ministério Público;
7. controlar o recebimento e promover a indexação de livros e periódicos;
8. desenvolver atividades técnicas inerentes à seleção, aquisição, registro, catalogação, classificação, referenciação, indexação, elaboração de bibliografias, ao arranjo, à divulgação, ao empréstimo e à conservação das obras;
9. atender a requisições de materiais, pedidos de cópias de documentos e consultas, prestando informações quanto ao uso das obras de referência e dos mecanismos de recuperação de dados;
10. providenciar anualmente a encadernação das publicações;
11. solicitar a renovação das assinaturas de revistas, jornais e periódicos para fonte de pesquisa, além de controlá-las;
12. solicitar a aquisição de obras para o acervo;
13. elaborar e propor projetos de incentivo à leitura;
14. propor mudanças de procedimentos, aquisição de equipamentos, entre outras medidas de modernização da Biblioteca;
15. atender ao público interno;
16. elaborar estatística mensal relativa à movimentação de empréstimo de livros e periódicos; e
17. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Capacitação e Aperfeiçoamento.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. propor, acompanhar e supervisionar a realização de cursos de formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional dos membros e servidores do Ministério Público, inclusive opinando sobre os pedidos, nesse sentido, formulados pelos órgãos da Administração Superior, Subprocurador-Geral, bem como pelos Centros de Apoio Operacional;
2. promover ou apoiar a realização de simpósios, congressos, seminários, oficinas e eventos congêneres, de interesse institucional, inclusive, sempre que possível, dando suporte às iniciativas dos Núcleos de Estudos Regionais e de entidades afins (Associação Catarinense do Ministério Público, Associação dos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça, etc.);
3. propor, opinar, supervisionar e acompanhar a realização de eventos de interesse cultural, incluindo concertos, exposições de artes, lançamentos literários e espetáculos teatrais;
4. promover visitas a órgãos, instituições e empresas que, pela natureza de suas atividades ou do seu acervo, se revelem de interesse institucional;
5. desenvolver outras atividades voltadas à motivação e congraçamento dos integrantes do Ministério Público, para melhor difundir a imagem institucional perante os mais diversos segmentos da sociedade;
6. elaborar e acompanhar a execução de programas de treinamento e desenvolvimento de membros e servidores (cursos, seminários, palestras, workshops, cursos de ingresso/integração de novos membros e servidores, grupos operativos, entre outras atividades), visando a otimização dos recursos humanos;
7. elaborar e executar o levantamento de necessidades de treinamento de membros e servidores;
8. elaborar planejamento anual para o treinamento e desenvolvimento de membros e servidores, com base no levantamento de necessidades e no planejamento estratégico da Instituição;
9. elaborar e executar a avaliação dos treinamentos realizados, em seus 4 (quatro) níveis: reação, aprendizagem, mudança de comportamento e resultados, visando identificar o impacto dos treinamentos sobre os objetivos estratégicos da Instituição;
10. elaborar relatórios acerca das atividades propostas e desenvolvidas pela área;
11. realizar pesquisas visando a construção e ampliação do conhecimento teórico e aplicado na área de treinamento, desenvolvimento e educação;
12. acompanhar a formulação e implantação de projetos de mudanças nas organizações, com o objetivo de facilitar ao pessoal a absorção das mesmas;
13. estabelecer parcerias com a área de recursos humanos da Instituição no desenvolvimento de programas e projetos específicos;
14. autuar, analisar e opinar nos pedidos de bolsas de estudos e auxílios financeiros, para a realização de atividades de aprimoramento cultural e profissional, formulados por membros e servidores do Ministério Público de Santa Catarina;
15. acompanhar e supervisionar os processos de auxílios financeiros de membros e servidores do Ministério Público;
16. supervisionar a celebração de convênios, acordos de cooperação técnica, financeira, cultural, profissional e científica entre o Ministério Público de Santa Catarina e outras entidades; e
17. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE CIÊNCIA DE DADOS E INOVAÇÃO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Ciência de Dados e Inovação.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. centralizar e coordenar a implantação da estratégia do Ministério Público no âmbito do Big Data, Data & Analytics, Business Intelligence e Sistemas de Informação Geográfica;
2. coletar, padronizar, armazenar, combinar, analisar, visualizar, avaliar e publicar dados de interesse do Ministério Público, de bases de dados internas, de bases de dados abertas e de bases de dados seus stakeholders;

3. traduzir e buscar sentido nos dados internos e externos, estruturados e não estruturados, das mais diversas fontes e formatos, para produzir informação estratégica, conhecimento e suporte à tomada de decisão da Administração Superior, da Coordenação-Geral dos Centros de Apoio Operacional e da atividade-fim do MPSC;
4. planejar, organizar e supervisionar a disseminação das informações estratégicas do Ministério Público, sempre atendendo às determinações do Coordenador de Planejamento ou do Procurador-Geral de Justiça quanto ao nível de acesso de cada grupo de interesse;
5. promover a prospecção contínua de novas tecnologias, produtos e serviços relativos ao tema Data & Analytics;
6. gerenciar o Escritório de Ciência de Dados (ECD) do MPSC e seus produtos;
7. realizar pesquisas e estudos nas áreas de ciência de dados, Big Data, Business Intelligence, Data & Analytics e Geoanálise;
8. representar e coordenar a integração do Ministério Público com os diversos stakeholders no âmbito de sua atuação institucional;
9. representar o MPSC em grupos de trabalho interinstitucionais de temas correlatos;
10. facilitar o fluxo de informações entre o Ministério Público e seus stakeholders;
11. apresentar ao MPSC relatórios sistematizados com informações relevantes à sua atuação, sejam internas ou integradas aos sistemas ministeriais, oriundas dos sistemas de informação dos stakeholders;
12. facilitar a leitura e interpretação das informações estratégicas para o MPSC pelo Procurador-Geral de Justiça e por pessoas por ele determinadas;
13. planejar, administrar, monitorar e avaliar as informações georreferenciadas de acesso público e as de acesso privativo do Ministério Público;
14. administrar o uso e zelar pela preservação da integridade da Central de Gestão do MPSC e das informações contidas nos sistemas que a integram; e
15. executar outras atividades e tarefas correlatas que lhe sejam determinadas pelo Coordenador de Planejamento ou pelo Procurador-Geral de Justiça.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE COMPRAS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Compras.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar a execução das medidas que visem a assegurar o pleno desenvolvimento das atividades relacionadas com o levantamento de orçamentos, sejam eles prévios, por estimativa ou compra direta;
2. emitir e manter o controle de emissão de passagens para deslocamento de membros e servidores;
3. organizar e manter atualizados os cadastros de fornecedores e material;
4. manter o controle de assinaturas;
5. dar continuidade aos processos licitatórios instaurados, acompanhando toda sua execução;
6. negociar preços, condições e prazos de pagamentos nos processos de compra e serviços;
7. acompanhar e manter o controle dos prazos de entrega dos processos de compra direta;
8. realizar pesquisas legislativas, procurando atualizar os processos licitatórios e contratos;
9. organizar e manter atualizado arquivo de legislação pertinente ao serviço;
10. realizar pesquisas de preços;
11. fazer observar, nos pedidos de aquisição de materiais, as especificações necessárias a sua perfeita identificação;
12. acompanhar o desempenho das empresas inscritas no cadastro de fornecedores, no que concerne ao cumprimento das obrigações assumidas;
13. elaborar as autorizações de despesa, a qual contém todos os detalhes das solicitações de compras e serviços (objeto, fornecedor, item orçamentário, valor, dotação, entre outros), para posterior autorização da COAD, COFIN e SGMP; e
14. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE CONTABILIDADE**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Contabilidade.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. promover a execução dos registros de atos e fatos relacionados ao Ministério Público e aos Fundos a ele vinculados;
2. receber os documentos de natureza orçamentária, financeira, patrimonial e operacional;
3. efetuar os registros e controles dos documentos de natureza orçamentária, financeira, patrimonial e operacional;
4. receber e conferir notas fiscais, além de anexá-las aos empenhos;
5. promover, manter e vistoriar a guarda dos documentos fiscais e processos administrativos (licitação, contratos, acordos e convênios);
6. elaborar e remeter, até o dia 28 (vinte e oito) de fevereiro do exercício subsequente, a Declaração de Rendimentos de Pessoa Física e Jurídica;
7. realizar a juntada dos documentos pertinentes aos processos;
8. informar da receita e gerar o boletim financeiro, diariamente;
9. analisar o saldo do boletim financeiro, conciliá-lo e confrontá-lo com o extrato bancário, com a finalidade de manter a exatidão dos seus registros;
10. gerar, conferir e liberar os slips;
11. emitir relatórios (relatório de exceção, demonstrativos bancários, fichas do razão, entre outros) para conferência;
12. elaborar o balancete mensal e enviar até o 10º(décimo) dia útil do mês subsequente para o Tribunal de Contas e a Secretaria de Estado da Fazenda;
13. elaborar o balanço anual e enviar até o dia 30 (trinta) de janeiro do ano subsequente ao fim do exercício para o Tribunal de Contas e Secretaria de Estado da Fazenda;
14. promover a tomada de contas referentes à prestação de contas dos adiantamentos e remetê-la à Auditoria Interna para análise;
15. fazer registro e controles auxiliares;
16. elaborar tabelas e quadros orçamentários, financeiros, contábeis e estatísticos;
17. elaborar os demonstrativos financeiros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e remetê-los à Coordenadoria-Geral Administrativa;
18. prestar outras informações e orientações relacionadas à contabilidade pública;
19. remeter mensalmente as informações dos balancetes mensais e anual, via ACP, ao TCE e também as informações da LRF nositedo TCE;
20. emitir parecer prévio, dos processos licitatórios e de adiantamentos concedidos a técnicos, sobre o atendimento das normas legais;
21. analisar os balanços;
22. analisar o comportamento das receitas;
23. determinar a capacidade econômico-financeira do Órgão;
24. analisar as variações orçamentárias;
25. conciliar as contas;
26. revisar balanços, contas ou quaisquer demonstrações ou registros contábeis;
27. planificar as contas, com a descrição das suas funções e do funcionamento dos serviços contábeis;
28. elaborar cálculos, análises e interpretação de amostragens aleatórias ou probabilísticas;
29. elaborar e analisar projetos, inclusive quanto à viabilidade econômica; e
30. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE CONTRATOS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Contratos.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. assegurar a gestão dos procedimentos inerentes à celebração dos instrumentos contratuais (contratos, atas de registro de preços, convênios e termos de cooperação) e suas respectivas alterações (aditivos, reajustes, reequilíbrio e demais alterações) de forma a atender ao ordenamento jurídico, garantindo a legalidade desses procedimentos, em consonância com a legislação vigente e as normas internas do Ministério Público;
2. planejar a execução das medidas que visem a assegurar o pleno desenvolvimento das atividades relacionadas com os instrumentos contratuais firmados pelo Ministério Público;
3. assegurar o controle sistemático do cumprimento das obrigações pactuadas em instrumentos contratuais, mediante consulta periódica aos gestores dos contratos e convênios;
4. interagir com as áreas do Ministério Público para a celebração dos instrumentos contratuais e seus aditamentos;
5. controlar os prazos de vigência dos contratos e convênios para a promoção de suas prorrogações, termos aditivos ou rescisão dentro dos parâmetros de sua vigência;
6. manter sob seu controle as locações de imóveis;
7. publicar, resumidamente, extratos de contratos, atas de registro de preços, convênios, termos de cooperação, aditivos e demais alterações contratuais que forem realizadas;
8. resguardar o interesse do Ministério Público na relação entre custo e benefício, tanto nas contratações efetuadas como nos reajustes concedidos;
9. controlar os contratos e convênios no que concerne a prazos, reajustes, reequilíbrios e sanções administrativas;
10. preparar ofícios, despachos e demais documentos necessários para a instrução de processos e encaminhamento de procedimentos necessários à formalização e alteração dos instrumentos contratuais;
11. notificar as empresas quando não houver correto cumprimento dos contratos e convênios;
12. colaborar, dentro de sua área de atuação, com os gestores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos de prestação de serviços e convênios;
13. emitir relatórios de acompanhamento de todos os instrumentos contratuais da área administrativa realizados pelo Ministério Público;
14. controlar o arquivo dos processos licitatórios que originarem contratos ou atas de registro de preços enquanto estiverem vigentes e, posteriormente, controlar o envio à Gerência de Arquivo e Documentação, assim como os processos referentes a convênios; e
15. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar, captar, desenvolver e avaliar, nos diferentes níveis da organização, as competências necessárias à consecução dos objetivos institucionais;
2. identificar as competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das atividades de um cargo/função;
3. promover ações permanentes de desenvolvimento, visando o aperfeiçoamento profissional e o alcance das competências do cargo ocupado;
4. organizar e controlar o processo das avaliações do estágio probatório, bem como aquelas atinentes às progressões nas modalidades aperfeiçoamento, merecimento, tempo de serviço e especial, juntamente com a comissão constituída para este fim;
5. realizar estudos acerca da descrição e análise de cargos, carreiras e salários;
6. buscar o aprimoramento e a aprendizagem organizacional, por meio da promoção da gestão do conhecimento;

7. atuar em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, no tocante à capacitação dos membros e servidores;
8. exarar parecer técnico acerca dos pedidos de permuta, lotação e relocação dos servidores efetivos e estagiários;
9. acompanhar o desenvolvimento e aprimoramento de sistemas informatizados de gestão por competências;
10. desenvolver estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação de desempenho no estágio probatório e nas ocasiões de promoção por merecimento; e
11. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Estágio e Residência.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. coordenar os programas de estágio para estudantes do ensino de nível médio e superior, assim como para estudantes de cursos de pós-graduação;
2. prestar apoio técnico aos membros e aos servidores do Ministério Público com o intuito de operacionalizar o processo seletivo, o de admissão e o acompanhamento dos estagiários;
3. executar rotinas, fluxos e controles;
4. elaborar portarias, termos de convênio, termos de compromisso e outros documentos pertinentes à operacionalização dos programas de estágio;
5. providenciar e controlar as publicações das portarias e dos comunicados oficiais;
6. oportunizar melhorias no sistema de seleção de estagiários, fluxos e rotinas inerentes ao processo de contratação e cadastro de estagiários;
7. coordenar o programa de voluntariado no âmbito do MPSC;
8. executar procedimentos de registros dos estagiários do Ministério Público (elaboração, controle e cadastro dos termos de compromisso de estagiários);
9. controlar e realizar as avaliações de desempenho dos estudantes;
10. manter atualizado o controle de vacância das funções, bem como dos afastamentos dos estagiários e de suas avaliações (Solicitações de férias, licenças e demais assuntos pertinentes a vida funcional do estagiário);
11. atendimento aos membros e aos servidores do Ministério Público para repasse de informações inerentes aos estagiários (inclusão de termo de compromisso, rescisão, férias, e demais assuntos); e
12. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE EVENTOS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Eventos.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. supervisionar e promover a organização, a montagem e a execução dos eventos institucionais realizados em todo estado, de acordo com o tipo, as características do público-alvo, o espaço físico, os recursos audiovisuais e as demais medidas necessárias;
2. prestar apoio, orientar e assessorar os órgãos internos do Ministério Público no planejamento dos eventos internos e externos, mediante parceria com outras Instituições, adotando todas as providências relativas à organização e à logística;
3. planejar, em conjunto com a área responsável, as transmissões dos eventos institucionais, de cunho interno ou externo, por meio de plataformas específicas de áudio e vídeo;
4. gerenciar e supervisionar os serviços de mestre de cerimônias, de áudio e vídeo, de coffee-break, de decoração e os demais relacionados aos eventos e reuniões, zelando pelo fiel cumprimento dos respectivos contratos;
5. articular e chefiar o apoio aos demais setores institucionais para viabilizar todas as atividades relativas aos eventos, especialmente apoio de mídia, transporte, segurança institucional e assessoria militar, entre outras necessárias;
6. gerenciar a reserva do Auditório do Edifício Ministério Público de Santa Catarina, procedendo à divulgação da agenda dos eventos institucionais;

7. gerenciar e zelar pela conservação, pelo controle e pela guarda dos materiais e espaços institucionais cedidos para a realização dos eventos;
8. expedir convites para eventos e solenidades institucionais;
9. elaborar relatórios acerca dos eventos realizados pela área;
10. atender aos membros, palestrantes e convidados quanto ao agendamento e às orientações de hospedagem, deslocamento e alimentação;
11. adotar e chefiar as providências necessárias para o treinamento do pessoal de apoio ao evento, conforme regulamento, quando necessário;
12. participar, mediante autorização ou a pedido do Procurador-Geral de Justiça, da coordenação e promoção de eventos sociais, esportivos e recreativos promovidos pela Procuradoria-Geral de Justiça; e
13. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE FINANÇAS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Finanças.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. acompanhar e conferir saldos orçamentários e financeiros;
2. elaborar o fluxo de despesas diariamente;
3. receber autorizações para empenho;
4. observar o prévio empenho;
5. providenciar boletins de execução orçamentária;
6. promover e emitir nota de empenho;
7. remeter empenhos à Gerência de Contabilidade;
8. efetuar a liquidação da despesa empenhada;
9. selecionar os pagamentos, de acordo com os critérios de antiguidade e prazos estabelecidos em lei;
10. elaborar o cálculo da retenção do IR e INSS dos prestadores de serviços;
11. elaborar as ordens de pagamentos;
12. controlar as aplicações financeiras e efetuar aplicações ou resgates;
13. elaborar quinzenalmente o registro e o preenchimento dos formulários referentes ao recolhimento do ISS;
14. elaborar, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, a declaração da fonte do imposto sobre serviço;
15. recolher as contribuições previdenciárias ao INSS até o dia 2 (dois) do mês subsequente;
16. elaborar e entregar, até o dia 7 (sete) de cada mês, a guia de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social – GFIP para a Caixa Econômica Federal;
17. preparar a guia de recolhimento e plano de assistência e remetê-la mensalmente ao IPREV; e
18. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Fiscalização de Obras.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. coordenar, planejar e delegar a distribuição e realização dos trabalhos e demandas relativas ao acompanhamento e fiscalização das obras de construção e/ou reformas dos espaços ocupados pelo MPSC;
2. realizar a gestão, acompanhamento e fiscalização de contratos de construção e/ou reformas, relacionados à sua área de atuação;
3. auxiliar a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, prestando as informações necessárias em processos de fiscalização da execução de reformas, construções, locações, bem como aquisição e vistoria de imóveis;
4. fiscalizar e acompanhar, dentro das competências da Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia de Segurança do Trabalho: obras de construção, ampliação, reformas e serviços de engenharia diversos em imóveis ocupados pelo do MPSC;

5. realizar a análise, emitindo parecer técnico em relação aos pagamentos, reajustes e aditivos contratuais dentro da sua área de atuação;
6. realizar vistorias técnicas em imóveis para utilização pelo MPSC; e
7. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE GOVERNANÇA E QUALIDADE EM TI**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Governança e Qualidade em TI.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. fomentar, orientar e acompanhar a implementação das boas práticas de Governança e Gestão de TI;
2. facilitar a comunicação entre as partes interessadas pela Governança de TI, Gestão de TI e Uso dos Serviços de TI no âmbito da Instituição;
3. apoiar o processo decisório na área de TI, nas questões que dizem respeito à qualidade e Governança de TI;
4. mitigar riscos de projetos relacionados aos serviços e produtos fornecidos pela COTEC;
5. atuar na estruturação das unidades de TI do MPSC;
6. gerenciar e manter os papéis, juntamente com as suas responsabilidades, dos servidores e colaboradores da COTEC;
7. estabelecer e manter as políticas, processos, procedimentos, padrões e boas práticas que serão utilizadas pela COTEC;
8. apoiar a Governança de TI no desdobramento da Estratégia Institucional em uma Estratégia de TI (PETI), incluindo objetivos, indicadores, metas e iniciativas;
9. apoiar a Gestão de TI no desdobramento da Estratégia de TI (PETI) em um Plano Diretor (PDTI) para desenvolver os principais habilitadores de Governança e gestão de TI (políticas, modelos, processos, estrutura organizacional, cultura, informação, serviços, infraestrutura, aplicações, pessoas, competências);
10. apoiar na construção, monitoramento, análise crítica e melhoria do Portfólio de Serviços de TI, garantindo que este suporte e alcance da Estratégia de TI;
11. coletar, avaliar, analisar e publicar os indicadores estratégicos de TI, assim como apoiar na elaboração dos planos de ação de melhoria;
12. efetuar avaliações periódicas de conformidade das operações de TI para com as boas práticas e normativos regulatórios cabíveis, elaborando e monitorando planos de ação para as melhorias ou correções identificadas;
13. gerenciar e conduzir a verificação dos resultados e da qualidade dos serviços e produtos providos pela COTEC;
14. monitorar e apontar se todos os processos, procedimentos, metodologias, padrões e práticas estão sendo devidamente seguidos;
15. negociar nível de acordo de serviço (SLA) entre as áreas fornecedoras de produtos ou serviços e seus clientes;
16. apoiar na identificação de treinamentos técnicos, relacionados com as áreas de TI;
17. fomentar o desenvolvimento de competências nas áreas de Governança de TI, Planejamento de TI, Gerenciamento de Projetos, Gerenciamento de Processos, Gerenciamento de Serviços;
18. acompanhar a frequência e programar a escala de férias dos servidores lotados na Unidade;
19. supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;
20. atuar na motivação e facilitação do clima de profissionalismo e comprometimento da equipe;
21. executar as atividades relacionadas a recebimento, distribuição, tramitação e expedição de documentos da Unidade, conforme padrões e normas estabelecidos; e
22. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE INFORMAÇÕES E PROJETOS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Informações e Projetos.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. assessorar na elaboração e no desenvolvimento de projetos institucionais visando à melhoria dos resultados nas diversas áreas da Instituição;

2. gerenciar as informações dos projetos institucionais mediante o monitoramento e o diagnóstico para tomada de decisão, por meio de softwares de gestão;
3. realizar pesquisas, elaborar manuais, normas e outros instrumentos com a finalidade de criar e aperfeiçoar sistemas e métodos de trabalho na área de projetos, com vistas à padronização;
4. manter contato com outros órgãos de gerenciamento de projetos, visando ao intercâmbio e à troca de experiências, com o objetivo de aprimorar uma metodologia mais adequada na Instituição para gerenciamento de projetos;
5. participar, em ação conjunta com a Coordenadoria de Planejamento (COPLAN), na elaboração e execução do Planejamento Estratégico institucional, do Plano Geral de Atuação, bem como de outros que se fizerem necessários;
6. cadastrar e manter atualizadas as informações dos projetos junto ao Banco de Projeto da Instituição e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
7. prestar apoio técnico sobre análises estatísticas e emissão de pareceres;
8. realizar controle, por meio da análise dos dados, e manter atualizada a publicação das informações institucionais no Portal Transparência de forma a atender às Resoluções do CNMP e à Lei de Acesso à Informação;
9. atualizar as informações relativas às atividades funcionais e administrativas da Instituição junto ao CNMP, conforme prazos previstos;
10. contribuir, junto com a COPLAN, para o processo de divulgação das ações estratégicas institucionais;
11. assessorar à COPLAN na elaboração do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária anual (LOA); e
12. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Infraestrutura Tecnológica.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. gerenciar o trabalho das equipes da Gerência;
2. subsidiar a tomada de decisão pelo Coordenador de Tecnologia da Informação, por meio de relatórios e pareceres técnicos;
3. planejar e realizar contratação e aquisição de soluções de hardware, software e serviços que englobem infraestrutura de datacenter e de conectividade;
4. supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;
5. acompanhar a frequência e organizar a escala de afastamento programados dos servidores lotados na Gerência;
6. identificar necessidades e propor condições para um melhor desempenho e integração da equipe, com ênfase no processo de capacitação dos servidores lotados na Gerência;
7. atuar na gestão e fiscalização de contratos relativos à sua área de atuação;
8. emitir parecer técnico acerca de demandas que envolvam a área de atuação da Gerência;
9. prestar informações necessárias em auditorias de tecnologia da informação no MPSC, na área de atuação da Gerência;
10. gerenciar a infraestrutura de datacenter, englobando aquela para execução dos servidores virtuais e dos serviços de rede providos;
11. gerenciar a infraestrutura de conectividade de rede de datacenter, de rede de longa distância, de rede local, de conectividade com outras organizações, de internet para datacenter, excetuando infraestrutura de cabeamento predial;
12. planejar, implantar e manter soluções de infraestrutura de datacenter e conectividade de rede;
13. propor soluções de infraestrutura de datacenter e conectividade de rede para atendimento de demandas de acordo com as necessidades da Instituição;
14. analisar e emitir parecer técnico acerca do impacto de demandas da Instituição sobre a infraestrutura de datacenter e conectividade de rede;
15. planejar, implementar, manter e testar a continuidade das soluções de datacenter e conectividade de rede;
16. estabelecer padrões, processos e procedimentos de operação da infraestrutura de datacenter e conectividade;
17. estabelecer e manter atualizada a documentação da infraestrutura de datacenter e conectividade de rede;
18. manter a infraestrutura e o serviço de armazenamento de cópias de proteção de dados, além da manutenção de processo sistemático de realização destas cópias e de recuperação de dados do ambiente de virtualização e de ativos de rede; e
19. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE JORNALISMO E ACESSORIA DE IMPRENSA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Jornalismo e Assessoria de Imprensa.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. organizar e planejar conteúdo jornalístico multimídia e releases para o Portal, Intranet e imprensa;
2. atender as demandas e promover relacionamento e divulgação institucional com a imprensa;
3. planejar coberturas de eventos direcionados ao público externo e à formação da imagem institucional do MPSC e da opinião pública;
4. conduzir a produção de pautas especiais;
5. supervisionar o controle da qualidade editorial do conteúdo para o público externo;
6. fazer a gestão do Portal do MPSC no tocante ao conteúdo jornalístico;
7. fazer a supervisão editorial dos correspondentes regionais;
8. gerenciar a produção de conteúdo para a Intranet;
9. gerenciar a produção de conteúdo para as mídias sociais, em distribuição com o Gerente de Publicidade, Produção e Veiculação de Mídia;
10. planejar e gerenciar campanhas institucionais e de endomarketing, a fim de disseminar internamente a missão, a visão e os valores institucionais; e
11. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Legislação de Pessoal.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. estudar, orientar, controlar, coordenar e promover a correta aplicação da legislação, das normas e dos procedimentos pertinentes à área de recursos humanos, instruindo processos administrativos relativos aos direitos, deveres e às vantagens de membros e servidores do Ministério Público;
2. acompanhar as publicações oficiais, coletando matéria de interesse da Coordenadoria de Recursos Humanos;
3. acompanhar, pesquisar, catalogar e divulgar informações referentes à edição de normas e regulamentos, jurisprudência e doutrina relativas à área de recursos humanos, mantendo seu registro e a atualização sistemática dos entendimentos vigentes;
4. minutar atos normativos e projetos de Lei relativos a recursos humanos, sempre que detectada a sua necessidade;
5. prestar assistência às demais áreas da Coordenadoria de Recursos Humanos e às demais unidades do Ministério Público no tocante à aplicação de normas específicas;
6. atender diligências dos órgãos externos relacionadas à legislação de pessoal;
7. prestar informações necessárias às instruções de ações judiciais, quando solicitadas;
8. analisar os requerimentos de indenização de auxílio-creche dos servidores;
9. instruir os requerimentos de indenização de transporte dos membros;
10. autuar o procedimento de indenização de férias dos membros e servidores aposentados ou exonerados;
11. analisar os requerimentos de conversão em pecúnia de licença-prêmio;
12. instruir requerimento de auxílio-funeral de membros e servidores falecidos;
13. informar nos requerimentos de licença para tratar de assuntos particulares, redução de carga-horária, horário especial e afastamento remunerado para realização de cursos de pós-graduação;
14. confeccionar portarias de concessão de adicional por tempo de serviço e licença-prêmio;
15. acompanhar a situação funcional dos servidores cedidos;
16. emitir declarações e certidões de atividade jurídica, ausência de penalidades, afastamento das atividades e demais referentes à legislação de pessoal;
17. elaborar apostilas sobre alteração de dados funcionais de membros e servidores do Ministério Público;
18. atender ao público interno e externo em matéria de legislação de pessoal;
19. supervisionar os processos relativos a assuntos previdenciários dos membros e servidores do Ministério Público; e
20. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE MANUTENÇÃO PREDIAL**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Manutenção Predial.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. coordenar, planejar e delegar a distribuição e realização dos trabalhos e demandas relativas à manutenção predial preventiva e corretiva das edificações, bem como equipamentos eletromecânicos nos espaços ocupados pelo MPSC;
2. realizar a gestão, acompanhamento e fiscalização de contratos relativos à manutenção predial e equipamentos eletromecânicos, relacionados à sua área de atuação;
3. auxiliar à Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, prestando as informações necessárias relativas à sua área de atuação com relação às atividades de manutenção predial dos espaços ocupados pelo MPSC;
4. coordenar, fiscalizar, gerenciar e efetuar a manutenção predial corretiva e preventiva relacionadas a Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, bem como demais áreas da construção civil;
5. gerenciar as solicitações de intervenção e melhorias dos membros e servidores do MPSC, coordenando a elaboração de orçamentos, autorizações de serviço, acionamento e acompanhamento de empresas contratadas;
6. atuar como Assistente Técnico junto a Comissão de Licitação em sua área de atuação;
7. orientar membros e servidores Ministério Público em procedimentos cujo objeto envolva conhecimentos da Gerência, relativos à manutenção predial;
8. realizar vistorias técnicas em imóveis para utilização pelo MPSC; e
9. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE PATRIMÔNIO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Patrimônio.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. cadastrar e manter atualizado o material permanente e os equipamentos adquiridos pelo Ministério Público, no sistema informatizado, controlando a sua movimentação;
2. providenciar o arrolamento dos bens inservíveis, através da Comissão de Patrimônio, observando a legislação específica;
3. providenciar a incorporação de bens patrimoniais doados por terceiros;
4. programar, executar, coordenar e controlar as atividades de tombamento, movimentação e baixa dos bens móveis classificados como patrimoniais;
5. promover a fiscalização constante e direta dos bens patrimoniais, sugerindo providências a serem tomadas com relação a irregularidades encontradas;
6. realizar inventários físicos-patrimoniais de acordo com a periodicidade devidamente aprovada;
7. estudar a possibilidade, na Coordenadoria de Operações Administrativas, de acordo com a legislação vigente, de efetuar seguros contra sinistros dos imóveis e móveis da Instituição;
8. relacionar os bens contabilizados mensal e anualmente bem como as baixas ou transferências, informando à Gerência de Contabilidade;
9. tornar disponível, para cada setor, os bens que estão sob sua responsabilidade;
10. incorporar os bens de consumo nos bens patrimoniais, visando a sua atualização técnica e financeira;
11. emitir relatórios de hardwares e softwares que integram os equipamentos de informática; e
12. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE PESQUISA, EXTENSÃO E REVISÃO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Pesquisa e Extensão.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar as ações de pesquisa e extensão e acompanhar sua execução;
2. articular-se com outros órgãos para uma melhor inteiração entre ensino, pesquisa e extensão.

3. promover, apoiar e acompanhar as atividades de pesquisa e extensão;
4. orientar e acompanhar o desenvolvimento de grupos de estudo e pesquisa e suas respectivas linhas, prestando a assistência necessária.
5. opinar sobre a política institucional da pesquisa e extensão, propondo atualizações ou reformulações;
6. propor e acompanhar o intercâmbio com outras instituições, visando ao desenvolvimento da pesquisa e da extensão;
7. gerenciar a revisão de documentos oficiais da Instituição, como atos normativos, atas, peças processuais ou extraprocessuais, ofícios, relatórios, cartilhas, manuais, entre outros;
8. coordenar a publicação da Revista Jurídica do Ministério Público e outras publicações institucionais que forem instituídas;
9. administrar a prestação de atendimento aos interessados nas questões relativas à Língua Portuguesa;
10. elaborar, produzir e atualizar o manual de redação oficial da Instituição;
11. emitir relatórios e outros documentos oficiais relativos à sua área de atuação; e
12. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE PROJETOS DE EDIFICAÇÕES**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Projetos de Edificações.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. coordenar, planejar e delegar a distribuição e realização dos trabalhos e demandas relativas à elaboração de projetos de edificações, orçamentos e especificações técnicas dos espaços ocupados pelo MPSC;
2. realizar a gestão, acompanhamento e fiscalização de contratos relativos à elaboração de projetos de edificações, relacionados à sua área de atuação;
3. auxiliar a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, prestando as informações necessárias em processos de desenvolvimento de projetos, orçamentos e especificações técnicas para as reformas, construções, locações, bem como aquisição e vistoria de imóveis;
4. coordenar, fiscalizar, gerenciar e efetuar a compatibilização de projetos das áreas de Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Lógica, Topografia e Sondagens e demais áreas da construção;
5. estudar e verificar a adequação dos projetos às normas e legislações pertinentes, buscando a aprovação dos projetos e a regularização das edificações nos órgãos competentes;
6. gerenciar a elaboração de projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos e de cálculo, cronograma de obra, definir materiais, bem como auxiliar na definição de métodos construtivos para construções e reformas;
7. supervisionar a análise e elaboração de orçamentos de aquisições de compras de materiais e serviços para as intervenções, reformas e ampliação de espaços físicos;
8. realizar vistorias técnicas em imóveis para utilização pelo MPSC;
9. avaliar e estudar a viabilidade de locações, construções, reformas e aquisições de edificações para unidades do Ministério Público;
10. atuar como assistente técnico junto à Comissão de Licitação em sua área de atuação; e
11. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE PUBLICIDADE, PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE MÍDIA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Publicidade, Produção e Veiculação de Mídia.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar e gerenciar a produção de conteúdo voltado à publicidade, informação e de comunicação institucional em vídeo para a web, TV e mídias sociais;
2. planejar e orientar a produção de conteúdo em audiovisual para a distribuição a emissoras de TV e canais web ou portais externos à Instituição;
3. fazer a gestão editorial do canal do MPSC na web;
4. gerenciar a produção de conteúdo para as mídias sociais, em distribuição com o Gerente de Jornalismo e Assessoria de Imprensa;
5. supervisionar a produção de conteúdo para rádio do MPSC, para as emissoras de rádio e demais plataformas de áudio;
6. gerenciar a produção de audiovisuais para produtos da Coordenadoria de Comunicação Social e demais canais de comunicação social da Instituição;
7. gerenciar a sala de imprensa;

8. administrar equipamentos de áudio e vídeo;
9. administrar contratos voltados à veiculação publicitária; e
10. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE REMUNERAÇÃO FUNCIONAL**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Remuneração Funcional.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. gerenciar, controlar e efetuar a execução das atividades relacionadas à folha de pagamento dos membros e servidores, ativos e inativos, estagiários, pensionistas/herdeiros, e do pessoal à disposição do Ministério Público;
2. criar, elaborar e executar o processamento das folhas de pagamentos normais, suplementares, de adiantamentos e de décimo terceiro salário.
3. criar rubricas de pagamentos, descontos ou totalizadoras, atendendo a demanda, e proceder ao devido enquadramento quanto as suas composições de cálculo e execuções orçamentárias;
4. realizar as alterações nas tabelas de vencimentos, subsídios e proventos em cumprimento a legislação específica;
5. conferir e ajustar os valores resultantes dos registros cadastrais, progressões funcionais, concessões de vantagens e benefícios.
6. efetuar os descontos em folha de pagamento conforme processos e rotinas administrativas ou por determinações judiciais;
7. gerir, receber, registrar e exportar dados relativos às consignações facultativas em sistemas especializados ou em troca de arquivos direto com as instituições consignatárias.
8. gerar os arquivos e relatórios de crédito bancário e de empenho e remetê-los para a instituição financeira responsável pelo depósito em conta bancária e ao Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, dando ciência à área responsável pela Execução Orçamentária e Financeira do Ministério Público;
9. criar, organizar e manter atualizada a ficha financeira individual dos membros e servidores, ativos e inativos, estagiários, pensionistas/herdeiros, e do pessoal à disposição do Ministério Público;
10. disponibilizar, em portal de consulta individual, as folhas de pagamentos mensais processadas e o comprovante de rendimentos anual;
11. manter atualizados os registros de pagamentos e descontos processados em folha de pagamento;
12. instruir processos relativos a pessoal que versem sobre dados e cálculos de subsídios, vencimentos, vantagens e descontos processados em folha de pagamento;
13. providenciar a elaboração de cálculos de valores retroativos relativos aos vencimentos, subsídios, proventos e demais vantagens ou deduções tributárias;
14. realizar projeções relativas às despesas em folha de pagamento, referentes as remunerações, proventos e descontos, para a elaboração da proposta orçamentária e para o encaminhamento de projetos de leis;
15. pesquisar e acompanhar a edição de instruções normativas e regulamentos pertinentes à área de pagamento de pessoal, mantendo e atualizando os registros e tabelas financeiras dos descontos compulsórios previstos em lei;
16. encaminhar as informações relativas às obrigações acessórias tributárias e ao Sistema de Fiscalização integrada de Gestão, vinculado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
17. encaminhar as informações e relatórios aos institutos de previdência próprio e complementar e ao plano de saúde estadual;
18. fornecer informações ou expedir certidões e declarações relativas à folha de pagamento;
19. manter intercâmbio com áreas de remuneração funcional de outros Órgãos;
20. orientar os servidores em relação aos procedimentos necessários à distribuição do vale-transporte; e
21. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Segurança da Informação e Gestão de Riscos.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. gerenciar o trabalho das equipes da Gerência;
2. subsidiar a tomada de decisão pelo Coordenador de Tecnologia da Informação, por meio de relatórios e pareceres técnicos;
3. supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;
4. acompanhar a frequência e organizar a escala de afastamento programados dos servidores lotados na Gerência;

5. identificar necessidades e propor condições para um melhor desempenho e integração da equipe, com ênfase no processo de capacitação dos servidores lotados na Gerência;
6. atuar na gestão e fiscalização de contratos relativos à sua área de atuação;
7. emitir parecer técnico acerca de demandas que envolvam a área de atuação da Gerência;
8. prestar informações necessárias em auditorias de tecnologia da informação no MPSC, na área de atuação da Gerência;
9. especificar requisitos de confidencialidade, integridade e disponibilidade de aplicações e ativos de TI;
10. analisar a segurança ao longo do ciclo de vida de desenvolvimento de aplicações;
11. analisar a segurança ao longo do ciclo de vida das aquisições;
12. supervisionar configurações de segurança para software e aplicações;
13. supervisionar mudanças de software e aplicações acerca da segurança da informação;
14. supervisionar configurações e mudanças de hardwares e sistemas de rede acerca da segurança da informação;
15. definir, implementar e manter controles necessários para proteger redes, hardware e sistemas de acordo com os requisitos de segurança;
16. categorizar informações e ativos vitais, incluindo informações pessoalmente identificáveis;
17. definir, implementar e manter controles necessários para proteger a informação e ativos vitais (incluindo mídias) de acordo com requisitos de segurança;
18. definir e aplicar controles de acesso físico a ativos de SI;
19. gerenciar o conhecimento, as habilidades, as capacidades e a disponibilidade do time de segurança da informação;
20. disseminar uma cultura de segurança e um programa de treinamento para os usuários e pessoal de TI;
21. estabelecer diretrizes, padrões e normas de segurança da informação e submetê-las ao Comitê Gestor de Segurança; e
22. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DE CONTROLE DISCIPLINAR**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Serviços Administrativos e de Controle Disciplinar.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. autuar, cadastrar, ordenar e acompanhar os processos e expedientes referentes às Consultas, Procedimentos de Anotação de Mérito Funcional, Reclamações Disciplinares, Sindicâncias e processos disciplinares;
2. avaliar previamente as correspondências e documentos que aportam na Corregedoria-Geral, distribuindo-os adequadamente para os encaminhamentos devidos;
3. distribuir processos e procedimentos à Assessoria;
4. prestar informações sobre o trâmite dos processos e supervisionar o andamento dos mesmos;
5. movimentar em sistema informatizado o deslocamento dos processos, controlando os prazos e os procedimentos a serem cumpridos;
6. supervisionar o acesso aos processos e procedimentos;
7. atender as demandas do Conselho Nacional do Ministério Público relacionadas às atribuições da Gerência, inclusive alimentando os sistemas ELO, SNI-ND e SCMMP;
8. supervisionar o expediente e o funcionamento da recepção do gabinete do Corregedor-Geral, acompanhando as atividades ali desenvolvidas;
9. elaborar minutas de ofícios, atas, despachos e decisões;
10. gerenciar o registro de atos, portarias e recomendações da Corregedoria-Geral;
11. supervisionar e acompanhar a inserção, nos assentos funcionais, das anotações de cunho disciplinar dos membros do Ministério Público;
12. dar cumprimento a despachos e determinações do Corregedor-Geral, do Subcorregedor-Geral e do Secretário da Corregedoria-Geral;
13. auxiliar a Secretaria da Corregedoria-Geral na coleta de dados para a confecção do relatório anual da Corregedoria-Geral;
14. auxiliar os promotores de justiça assessores na condução dos procedimentos que tramitam na Corregedoria-Geral;
15. registrar, autuar e controlar os expedientes recebidos pela Corregedoria-Geral que visem à apuração da conduta funcional disciplinar dos promotores de justiça;
16. prestar assistência direta e imediata ao Secretário da Corregedoria-Geral no desempenho de suas atribuições;

17. gerenciar o arquivo setorial da Corregedoria-Geral, controlando o conteúdo das caixas e zelando pela segurança e acesso restrito de suas informações;
18. administrar o Sistema de Informatização e Gestão do Ministério Público (SIG/MPSC) no que se refere às informações relativas aos procedimentos que tramitam na Corregedoria-Geral; e
19. executar outras atividades correlatas que lhe forem conferidas.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Direito.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Sistemas de Informação.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. identificar oportunidades de aplicação de tecnologia da informação para otimização dos trabalhos do MPSC;
2. participar do desenvolvimento e implementação de políticas e diretrizes que traduzam as melhores práticas existentes e/ou disponíveis no mercado, visando a otimização dos serviços e utilização dos recursos sob sua responsabilidade;
3. propor planos de investimentos visando atualização tecnológica dos equipamentos e servidores da Unidade;
4. participar, junto com analistas e usuários, de levantamentos das necessidades de sistemas de informação do MPSC;
5. realizar estudo de viabilidade das demandas para sistema de informação;
6. participar do levantamento de requisitos, análise, projeto, implementação, implantação e manutenção de sistemas de informação;
7. gerenciar atividades de projeto, implementação e manutenção de sistemas realizadas por desenvolvimento interno e fábrica de software externa;
8. colaborar com a Gerência de Governança e Qualidade de TI no estabelecimento e implantação de padrões para o desenvolvimento de sistemas, através de metodologia adequada;
9. analisar e aprovar, em conjunto com a Gerência de Governança e Qualidade de TI, novas tecnologias para o desenvolvimento de sistemas;
10. aprovar e acompanhar, conjuntamente com as unidades envolvidas, a implantação de sistemas adquiridos pelo MPSC, considerando a política de uso e segurança dos recursos computacionais;
11. emitir, quando solicitado, parecer técnico nas auditorias de tecnologia da informação e nas análises de editais e contratos de TI;
12. quando aplicável, realizar atendimento de segundo nível para resolução de problemas relacionados aos sistemas de informação do MPSC;
13. acompanhar a execução de contratos relativos à sua área de atuação;
14. gerenciar atividades e recursos disponíveis;
15. elaborar, com participação de servidores da Gerência de Sistemas de Informação, o PETI da unidade em conformidade com os Planos Estratégico e Diretor de TI, monitorando o cumprimento das metas estabelecidas, propondo ajustes e avaliando resultados;
16. identificar necessidades e propor condições para um melhor desempenho e integração da equipe, com ênfase no processo de capacitação dos servidores lotados na Unidade;
17. acompanhar a frequência e programar a escala de férias dos servidores lotados na Unidade;
18. supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade;
19. atuar na motivação e facilitação do clima de profissionalismo e comprometimento da equipe;
20. coordenar e controlar inventários patrimoniais;
21. confeccionar notas, ofícios, despachos e documentos em geral;
22. executar as atividades relacionadas à organização, ao descarte, à transferência e ao controle de documentos de arquivo, conforme as normas vigentes;
23. executar as atividades relacionadas a recebimento, distribuição, tramitação, expedição de documentos, conforme padrões e normas estabelecidos;
24. supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade; e
25. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Transformação Digital.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. gerenciar o equilíbrio das necessidades de negócios com diferentes nuances de soluções de tecnologia;
2. avaliar documentos de oficialização de demanda de áreas diversas à Coordenadoria de Tecnologia da Informação previamente a reuniões do Comitê de Controle de Mudança;
3. apoiar e liderar a elaboração de documentação de contratação de TI com a indicação de integrante técnico para áreas diversas à Coordenadoria de Tecnologia da Informação, representando quando necessário a área nas reuniões do Comitê de Controle de Mudança e do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação;
4. apoiar o processo de adoção de sistemas de informação para que atendam aos requisitos da Instituição;
5. avaliar as restrições de projetos para encontrar alternativas, atenuar os riscos e realizar, em colaboração com o setor competente, a reengenharia do processo, se necessário;
6. manter as partes interessadas informadas sobre o status dos processos de desenvolvimento de produtos e/ou contratações;
7. notificar as partes interessadas sobre quaisquer problemas relacionados às soluções de tecnologia da informação;
8. avaliar, em conjunto com as áreas usuárias, o efetivo alcance dos benefícios esperados na implantação das soluções de TI;
9. analisar o impacto que escolhas técnicas podem ter nos processos de negócios;
10. supervisionar e orientar equipes multidisciplinares para realização de projetos, garantindo que uma solução de TI resolva um problema de negócios específico atendendo à estratégia institucional;
11. prospectar novas tecnologias e soluções, realizando provas de conceito para identificar possíveis ferramentas para uso no MPSC;
12. acompanhar a evolução das soluções tecnológicas com potencial de uso futuro no escopo do MPSC;
13. compreender os potenciais das soluções de tecnologia da informação disponíveis no MPSC e propor aplicações no contexto das atividades finalística e administrativa;
14. atuar em conjunto com as Gerências e demais Setores da Coordenadoria de Tecnologia da Informação na elaboração de soluções; e
15. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE TRANSPORTES**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Transportes.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. executar, coordenar e controlar as atividades de transporte do Ministério Público;
2. manter registros que permitam o controle individual das despesas com veículos, produzindo relatórios periódicos;
3. fiscalizar a execução de serviços de manutenção corretiva de veículos nas oficinas, elaborando demonstrativos das despesas correspondentes;
4. estabelecer programas de manutenção preventiva, evitando a paralisação de veículos e prevenindo custos excessivos;
5. providenciar a regularização dos veículos de acordo com a legislação em vigor;
6. propor à Coordenadoria de Operações Administrativas a aquisição de veículos;
7. coordenar e controlar os trabalhos dos motoristas;
8. estudar possibilidades e propor melhor alocação dos veículos por remanejamento e escalas de atividades;
9. autorizar o abastecimento de combustível e lubrificantes dos veículos, controlando e registrando o seu consumo;
10. supervisionar e fiscalizar a aplicação das normas relativas à utilização, manutenção, conservação e controle de veículos, bem como o cumprimento dos dispositivos e das normas legais de trânsito;
11. manter atualizado o cadastro de veículos; e
12. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA E DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. assessorar as atividades relacionadas ao Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. prestar informações e efetuar pesquisas para os Conselheiros em matérias pertinentes ao Conselho Superior do Ministério Público;
2. registrar, autuar e remeter procedimentos aos órgãos competentes;
3. remeter aos Centros de Apoio Operacional os acórdãos proferidos nas reuniões do Conselho Superior do Ministério Público;
4. inserir no programa de protocolo os dados referentes ao andamento de feitos;
5. arquivar documentos;
6. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas pelo Conselho Superior do Ministério Público;
7. em relação à movimentação na carreira:
 - a) controlar a vacância das Promotorias, o interstício dos promotores de justiça;
 - b) remanescimento de lista e o preenchimento do quinto constitucional;
 - c) editar e expedir os editais de movimentação na carreira;
 - d) autuar, controlar e finalizar os processos referentes à movimentação no quadro;
 - e) editar, numerar e publicar os atos de movimentação na carreira; e
 - f) editar certidão nos processos de movimentação;
8. em relação às reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público:
 - a) elaborar o edital de convocação, a súmula e ata das reuniões; e
 - b) confeccionar os votos e o mapa de controle da movimentação na carreira;
9. em relação à informatização:
 - a) alterar a lista de antiguidade dos membros do Ministério Público na Intranet;
 - b) informar a Coordenadoria de Tecnologia e Informação e Gerência de Rede das alterações de lotação de membros para que seja atualizado o banco de dados;
 - c) atualizar a página da Secretaria do Conselho Superior no Portal do Ministério Público; e
 - d) atualizar as atribuições das Promotorias no Portal institucional;
10. em relação aos processos:
 - a) receber, autuar, registrar e distribuir;
 - b) editar e expedir ofícios;
 - c) arquivar documentos; e
 - d) prestar informações aos membros e interessados.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSESSOR DE GABINETE

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. assessorar nas atividades relacionadas a unidade administrativa que estiver vinculado.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. prestar assessoria nos assuntos de sua área de atuação;
2. minutar despachos, documentos e expedientes em geral;
3. elaborar relatórios e emitir pareceres em assuntos de sua área de especialização;
4. responder pelo protocolo da área em que atua;
5. cuidar da agenda da chefia imediata;
6. prestar informações sobre as atividades da área;
7. manter registro atualizado das ações executadas e dos indicadores de programas, quando houver; e
8. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSESSOR EM COMUNICAÇÃO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. assessorar nas atividades relacionadas à Coordenadoria de Comunicação Social.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. implementar a política de comunicação social da Instituição;
2. auxiliar na elaboração de projetos e executar ações de comunicação institucional;
3. assessorar o Procurador-Geral de Justiça e os demais Órgãos da Administração Superior, de Execução e Auxiliares, nos assuntos afetos à comunicação social;
4. redigir e divulgar informações de interesse público;

5. pesquisar informações de interesse da Instituição, nos meios de comunicação impressos e eletrônicos, organizando e mantendo arquivo permanente para consulta interna;
6. atender, recepcionar e orientar os profissionais dos meios de comunicação que recorrem à Instituição em busca de informações de interesse público;
7. promover o intercâmbio entre os membros da Instituição e os dirigentes e profissionais dos meios de comunicação e das entidades representativas do setor;
8. organizar e monitorar cadastro dos veículos de comunicação social de Santa Catarina;
9. monitorar e manter atualizado os sistemas de publicação de conteúdo da Coordenadoria de Comunicação Social;
10. promover o treinamento permanente de colaboradores do mencionado sistema;
11. promover a cobertura fotográfica e audiovisual de eventos e outras pautas institucionais, com equipamento próprio ou mediante a contratação de serviço de terceiros;
12. executar a criação de programas audiovisuais, para veiculação na mídia eletrônica;
13. executar a criação e editoração de documentos para impressão interna e externa e para publicação na web;
14. executar projetos de identidade visual da Instituição, no que tange aos documentos e programas audiovisuais;
15. sugerir medidas para a racionalização, simplificação e ampliação do alcance dos procedimentos de rotina; e
16. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Relações Públicas ou Jornalismo ou Publicidade, reconhecido pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo órgão fiscalizador, se houver.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSESSOR JURÍDICO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. assessorar nas atividades jurídicas relacionadas ao órgão ou unidade administrativa a que estiver vinculado.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. prestar assessoria nos assuntos de sua área de atuação;
2. minutar despachos, documentos e expedientes em geral;
3. elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização;
4. emitir pareceres;
5. acompanhar publicações de natureza jurídica e manter atualizado repositório de jurisprudências;
6. elaborar minuta de peças processuais;
7. fazer pesquisas; e
8. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Direito.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSISTENTE DE PROCURADORIA DE JUSTIÇA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. assessorar nas atividades jurídicas relacionadas à Procuradoria de Justiça na qual esteja vinculado.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. prestar assistência nos assuntos de sua área de atuação;
2. minutar despachos, documentos e expedientes em geral;
3. elaborar relatórios em assunto de sua área de especialização;
4. acompanhar publicação de natureza jurídica e manter atualizado repositório de jurisprudências;
5. elaborar minutas de peças processuais;
6. fazer pesquisas;
7. realizar triagem do atendimento ao público; e
8. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Direito.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. assessorar nas atividades jurídicas relacionadas à Promotoria de Justiça na qual esteja vinculado.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. prestar assistência nos assuntos de sua área de atribuição;
2. minutar despachos, documentos e expedientes em geral;
3. elaborar relatórios em assunto de sua área de atuação;
4. acompanhar publicação de natureza jurídica e manter atualizado repositório de jurisprudências;
5. elaborar minutas de peças processuais;
6. fazer pesquisas;
7. realizar triagem do atendimento ao público; e
8. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Direito.” (NR)

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 343/2023

Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, com a finalidade de constituir o Consórcio de Integração dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil (COSUD), e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica ratificado, nos termos da Lei federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e das demais normas específicas aplicáveis, o Protocolo de Intenções firmado entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, constante do Anexo Único desta Lei, com a finalidade de constituir consórcio público, sob a forma de associação pública, de natureza autárquica e interfederativa, com personalidade jurídica de direito público, denominado Consórcio de Integração dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil (COSUD).

Art. 2º Ficam criados, para exercício exclusivo no COSUD, os empregos públicos constantes do Anexo do Protocolo de Intenções de que trata o art. 1º desta Lei, a serem preenchidos conforme disposto no corpo desse documento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de outubro de 2023.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

"O Anexo do PL./0343/2023 encontra-se disponível para consulta através do link:

<https://portalegis.ale.sc.gov.br/processos/5bwkj/documentos>

CADERNO ADMINISTRATIVO**GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS****ATO DA MESA****ATO DA MESA Nº 983, de 6 de outubro de 2023**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 22.0.000014511-8,

RESOLVE: *com fundamento no §10 do art. 60, § 10 do art. 70 e Parágrafo único do art. 86 da Lei Complementar nº 412/2008, na redação dada pela LC nº 773/2021, em combinação com o art. 3º, Parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e com o art. 4º, §9º, e com o art. 36, II, da Emenda Constitucional nº 103/2019,*

CONCEDER APOSENTADORIA por incapacidade permanente, ao servidor **ROBERIO DE SOUZA**, matrícula n.º 1405, no cargo de Analista Legislativo II, habilitação Nível Médio, código PL/ALE-22, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de outubro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Marcos da Rosa** - Secretário

Republicado por incorreção

Processo SEI 22.0.000014511-8

PORTARIA

PORTARIA N° 2520, de 19 de outubro de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa n° 195, de 16 de junho de 2020, e o Ato da Mesa n° 149, de 30 de abril de 2020,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor **GUILHERME CORDEIRO LINKE**, matrícula n° 11176, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, com fundamento no art. 45, incisos II e VIII da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), para pagamento de diárias a deputados e servidores, por conta da subação 001138 - Administração de Pessoal e Encargos, e Natureza de Despesa 33.90.14.14 - Diária Civil.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000042927-9

TERMO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO N° 009/2023

Termo de Doação de bens móveis com disponibilidade Patrimonial, declarados em desuso/inservíveis, que entre si celebram a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC e a Polícia Militar de Santa Catarina – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, n° 310, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88020-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 83.599.191/0001-87, neste ato representado por seu Presidente, Deputado Mauro de Nadal inscrito sob o n° CPF 656.269.0093-30, doravante denominado Doador, e do outro lado Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina - Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC, localizada na Av. Rio Branco n° 1064, Centro -Florianópolis - CEP 88.015-204 - inscrito no CNPJ sob o n° 083.931.550/0001-51, neste ato representado pelo Diretor Interino de Tecnologia e Informação, Tenente Coronel PM Mat.925829 - Aldo Vidal dos Santos Júnior, RG:3.940.708-0 , inscrito sob n° CPF 006.380.829-35, nomeado por Ato da Polícia Militar n° 1164/2023 BEPM 2023/38- SGPe: PMSC60464/2023 denominado **Donatário**, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo de Doação mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O presente Termo de Doação, que se refere ao Processo SEI n° 23.0.000032406-0 (Solicitações), firmado entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Polícia Militar de Santa Catarina - Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC com fundamento na Lei n. 8.666/1993, art. 17, inciso II, alínea "a", tem como objeto a alienação, por doação, os itens listados na Declaração de Inservibilidade (0897001) emitida pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Inservíveis - CPABI - anexada no Processo **SEI N° 23.0.000028955-8 (Desfazimento)**.

A presente alienação, por doação, se dá exclusivamente para fins e uso de interesse social observado a oportunidade e conveniência socioeconômica.

**CLÁUSULA SEGUNDA
OBRIGAÇÃO DO DOADOR**

Pelo presente Termo o **Doador** transfere, de direito e de fato, ao **Donatário** os objetos indicados na Cláusula Primeira deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA
OBRIGAÇÕES DA DONATÁRIA**

Receber os referidos bens móveis e transportá-los até seu destino final, sem qualquer ônus para o **Doador**.

Utilizar os bens móveis objeto do presente Termo para os fins a que se destinam e se compromete a incorporá-los ao seu acervo patrimonial.

Os bens móveis doados não podem ser alienados senão depois de dois anos de vigência deste Termo de Doação.

**CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir da sua publicação no Diário da ALESC.

E, por estarem justas e acordadas assinam as partes o presente instrumento.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC

Ten Cel PM mat. 925829-9 Aldo Vidal dos Santos Júnior

Diretor Interino de Tecnologia de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Militar de SC- PM - DTIC/SC

Processo SEI 23.0.000032406-0

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2023

Nº DA UASG NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR: 929488

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de cadeiras do modelo Tiffany de madeira na cor branca e preta com assentos e sem braços, de acordo com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos.

DATA: 21/11/2023 - HORA: 13:45h

ENVIO DAS PROPOSTAS: As propostas deverão ser cadastradas no sistema Compras.gov.br até o dia 21 de Novembro de 2023 às 13:45h.

O Edital poderá ser retirado no site eletrônico www.alesc.sc.gov.br/licitacoes ou na Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, Sala 802 - Centro – Florianópolis/SC. Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Oberdan Francisco Ferrari
Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 23.0.000025012-0

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n. 2050, comunica que atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão Eletrônico n. 023/2023, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: [Pregão Eletrônico] A aquisição de computadores desktop e notebooks com garantia on-site de 36 (trinta e seis) meses, via Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

RESULTADO:

LOTE I - Vencedora: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA					
ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT(R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
01	125	UN	<p><i>Notebook com touchscreen, com garantia on-site de 36 meses, conforme especificações do Termo de Referência.</i></p> <p>Marca, Modelo e PN's: Notebook Dell Latitude 5440</p> <p>13ª geração Intel® Core™ i5-1345U (vPro®, 10-core, cache de 12 MB, até 4.70 GHz) - [379-BFBR]: Windows 11 Pro, Português, Inglês, Francês e Espanhol - [619-ARSB]: Intel 13th Generation i5-1345U vPro, Intel Integrated Graphics, Thunderbolt - [338-CJBB]: 14.0" FHD (1920x1080) Touch, AG, IPS, 300 nits, FHD IR Cam+IP, WLAN - [391-BHPG]: 16 GB, 2 de 8 GB, DDR4, 3.200 MT/s - [370-BBGX]: 512 GB, M.2, PCIe NVMe, SSD, Class 35 - [400-BOSP]: Single Pointing Backlit Keyboard - [583-BHWV]: Single Pointing, Smart Card Reader, Brazil Backlit Keyboard - [346-BJHF]: Intel® Wi-Fi 6E AX211, 2x2, 802.11ax, placa de rede wireless com Bluetooth® - [555-BHHU]: Bateria de 3 Células e 54 Whr, Long Life Cycle, (3 anos de garantia) - [451-BDBJ]: 65W Type-C Adapter, Rugged - [492-BDKF]: E4 Power Cord 1M for Brazil - [537-BBCZ]: Tecnologia Intel vPro Enterprise habilitada - [631-ADPZ]: Latitude 5440 Bottom Door Included - [321-BJTJ]: Câmera FHD/IR com ExpressSign-In + Intelligent Privacy, Temporal Noise Reduction, Câmera Shutter, Mic - [319-BBIC]: Qualificação ENERGY STAR - [387-BBPC]: Intel® Rapid Storage Technology Driver - [409-BCWR]: EPEAT Registrado 2018 (ouro) - [379-BDZB]: 3 anos de serviço ProSupport (Disti SNS) - [802-4420] [802-4439] [802-4440] [916-4839]: Dell Basic Deployment para Client Systems, BZ (serviço de imagem do fabricante) - [366-0509] [380-6311] [814-8989]: Maleta Slim Dell Pro EcoLoop - CC5624S** - [460-BDRL]: 5 x Pendrives com imagem de recuperação do S.O</p> <p>Link do fabricante de acesso à diagnósticos, drivers e downloads, documentações, eventos de serviços, peças e consertos do Latitude 5440: https://www.dell.com/support/home/pt-br/product-support/product/latitude-14-5440-laptop/overview</p>	R\$6.616,00	R\$827.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE: Oitocentos e vinte e sete mil reais.					R\$827.000,00

LOTE II - Vencedora: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA					
ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	175	UN	<p><i>Notebook, com garantia on-site de 36 meses, conforme especificações do Termo de Referência.</i></p> <p>Marca e Modelo: Notebook Dell Latitude 5440</p> <p>13ª geração Intel® Core™ i5-1345U (vPro®, 10-core, cache de 12 MB, até 4.70 GHz) - [379-BFBR]: Windows 11 Pro, Português, Inglês, Francês e Espanhol - [619-ARSB]: Intel 13th Generation i5-1345U vPro, Intel Integrated Graphics, Thunderbolt - [338-CJBB]: Full HD de 14" (1920x1080), 250nits, WLAN, IPS - Anti Glare,</p> <p>Câmera Full HD - [391-BHDU]: 16 GB, 2 de 8 GB, DDR4, 3.200 MT/s - [370-BBGX]: 512 GB, M.2, PCIe NVMe, SSD, Class 35 - [400-BOSP]: Single Pointing Backlit Keyboard - [583-BHWV]: Single Pointing, Smart Card Reader, Brazil Backlit Keyboard - [346-BJHF]: Intel® Wi-Fi 6E AX211, 2x2, 802.11ax, placa de rede wireless com Bluetooth® - [555-BHHU]: Bateria de 3 Células e 54 Whr, Long Life Cycle, (3 anos de garantia) - [451-BDBJ]: 65W Type-C Adapter, Rugged - [492-BDKF]: E4 Power Cord 1M for Brazil - [537-BBCZ]: Tecnologia Intel vPro Enterprise habilitada - [631-ADPZ]: Latitude 5440 Bottom Door Included - [321-BJTJ]: Câmera FHD/IR com ExpressSign-In + Intelligent Privacy,</p> <p>Temporal Noise Reduction, Câmera Shutter, Mic - [319-BBIC]: Qualificação ENERGY STAR - [387-BBPC]: Intel® Rapid Storage Technology Driver - [409-BCWR]: EPEAT Registrado 2018 (ouro) - [379-BDZB]: 3 anos de serviço ProSupport (Disti SNS) - [802-4420] [802-4439] [802-4440] [916-4839]: Dell Basic Deployment para Client Systems, BZ (serviço de imagem do fabricante) - [366-0509]</p>	R\$6.280,00	R\$1.099.000,00

			[380-6311] [814-8989]. Maleta Slim Dell Pro EcoLoop - CC5624S** - [460-BDRL]. 5 x Pendrives com imagem de recuperação do S.O Link do fabricante de acesso à diagnósticos, drivers e downloads, documentações, eventos de serviços, peças e consertos do Latitude 5440: https://www.dell.com/support/home/pt-br/product-support/product/latitude-14-5440-laptop/overview		
VALOR TOTAL DO LOTE: Um milhão, noventa e nove mil reais					R\$1.099.000,00

LOTE III - Vencedora: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA					
ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT(R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
01	900	UN	<p>Desktop mini PC, com garantia on-site de 36 meses, conforme especificações do Termo de Referência.</p> <p>Marca e Modelo: Desktop Dell Optiplex 7010 MFF Plus</p> <p>13ª Geração Intel® Core™ i5-13500T (14 Núcleos, 24MB, 1.60 GHz to 4.60 GHz, 35W) - [338-CHBX]. Windows 11 Pro, Português, Inglês, Francês, Espanhol - [619-ARSB]. Placa de rede sem fio Intel® Wi-Fi 6E AX211, 2x2, 802.11ax, com Bluetooth®, antena interna - [555-BH DU] [555-BHDV]. Memória de 8 GB DDR5 (1x8GB) 4800MHz - [370-AGWP]. SSD de 256GB PCIe NVMe M.2 (Classe 35) - [400-BPKW] [773-BBBC]. Teclado com fio da Dell KB216, preto (português do Brasil) - [580-ADRO]. Mouse óptico Dell - MS116 (preto) - [570-ABIE]. Stand vertical para OptiPlex Micro e Thin Client - [452-BDTW]. Adaptador CA 130 Watt - [450-AMQF]. Qualificado ENERGY STAR - [387-BBLW]. Registro EPEAT 2018 (Ouro) - [379- BDZB]. Cabo de Alimentação – Brasil - [470-ABZU]. Informações regulamentares, ambientais e de segurança (inglês/português brasileiro) - [340-AGIM]. Trusted Platform Module (TPM dedicado ativado) - [329-BBJL]. Alto-falante interno - [520-AAVE]. Intel Rapid Storage Technology - [658- BFQK]. Porta de vídeo VGA - [382-BBFW]. Etiqueta Regulatória OptiPlex Plus MFF 130W - [389-FBBB]. Intel vPro® Enterprise - [631-ADQL]. Dell Basic Deployment para Client Systems com Imaging, BZ (serviço de imagem do fabricante) - [366-0509] [366-0512] [380-6311] [380-6314] [814-8989]. 3 anos de serviço ProSupport (Disti SNS – 39 meses) - [916-4839] [997-9790] [997-9810] [997-9842]. Suporte All-In-One para OptiPlex Micro Dell - MFS22** - [452-BDVO]. 5 x Pendrives com imagem de recuperação do S.O. Instalação do Sistema de Gerenciamento do Microcomputador, conforme item 11 do edital. Cabo Y tripolar, conforme edital; Capacitação de no mínimo 10 (dez) colaboradores da Diretoria de Tecnologia e Informações da ALESC, disponibilizando a mesma através de material de vídeo, conforme item 12 do edital.</p>	R\$4.720,00	R\$4.248.000,00
02	900	UN	<p>Link do fabricante de acesso à diagnósticos, drivers e downloads, documentações, eventos de serviços, peças e consertos do Optiplex 7010 MFF Plus:</p>	R\$1.500,00	R\$ 1.350.000,00

		<p>https://www.dell.com/support/home/pt-br/product-support/product/optiplex-7010-plus-micro/overview</p> <p>Monitor Full HD 23,8", com garantia on-site de 36 meses, conforme especificações do Termo de Referência.</p> <p>Marca e Modelo: Monitor Dell C2423H</p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitor Dell de 23.8" para Videoconferência C2423H - [210- BEOM]- 3 Anos de ProSupport para o monitor (24x7) - [815-7150][815- 7281][815-7341][916-4839]- Cabo de força, 250V, 10A, 1.8M, Brasil <p>Link do fabricante de acesso à drivers e downloads, documentações, eventos de serviços, peças e consertos do Monitor C2423H: https://www.dell.com/support/home/pt-br/product-support/product/c2423h-monitor/overview</p>		
VALOR TOTAL DO LOTE: Cinco milhões, quinhentos e noventa e oito mil reais R\$5.598.000,00				

Florianópolis, datado e assinado eletronicamente.

Gabriela Dacol Molim
Pregoeira



Processo SEI 22.0.000038036-2

ATA DE SESSÃO PÚBLICA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DCS 009/2023

ANÁLISE DE ORÇAMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS

Ata da sessão pública de análise de orçamentos referentes à contratação de serviços de produção e impressão de 1.000 (um mil) exemplares de livro para a Bancada Feminina, conforme a seguir:

Pré-Impressão: Fechamento de arquivo para livro capa + miolo no formato aberto: 30x21cm, formato fechado: 14x21x2cm contendo 300 páginas, 4x4 cores. Digitalização de 98 imagens em alta resolução. Tratamento de 98 imagens com restauração, recortes, ajuste de formato, interpolação, redução de ruídos, ajustes de cores, reflexos/sombras. Provas Digitais. Capa e contracapa no formato 30x21cm, certificadas com perfil, profile ISO coated_v2_eci. lcc. Miolo com 296 páginas no formato 14x21cm, certificadas com perfil, profile ISO coated_v2_eci. lcc.

Impressão Livro: Livros Capa Dura - Fechado 14x21cm (296 páginas + Guardas = total 300 páginas). Capa dura: 24x51,6cm, 4x1 cores, CMYK em Couche Fosco Imune 170g, acoplagem de papelão 1.9mm: 2 folhas, 14x21cm, sem impressão em papelão. Guarda: 4 pgs, 14x21cm, 4 x4 cores, CMYK em couche fosco 150g. Miolo: 292 pgs, 14x21cm, 4 cores, CMYK em couche fosco 115g. Lombada:19mm, laminação fosca, 01 lado (Capa dura), verniz UV local Brilho, 1(Capa dura), intercalação, costurado, corte/Vinco, Capa, Guardas (Guarda), PUR (Miolo).

Em atendimento ao parágrafo segundo do artigo 14 da lei 12.232/10 e anunciado no aviso de sessão pública publicado no diário oficial nº 8.431 do dia 10 de outubro de 2023, realizou-se a Sessão Pública de abertura dos envelopes com as propostas de preços no dia 17 de outubro de 2023, às 14 horas e 30 minutos, no palácio Barriga Verde, na sala da Gerência de Publicidade da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, situada na Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 em Florianópolis-SC, onde a agência Marcca Comunicação Ltda, convocada a realizar a coleta de orçamentos para contratação da empresa especializada, apresentou propostas das seguintes empresas:

- Elbert Editora Gráfica Ltda;
- XP Estudio de Produções Gráfica Ltda;
- Gráfica Natal Editora Ltda ME.

Estavam presentes na referida Sessão o fiscal e representante da CONTRATANTE (Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina) Gutieres Baron, Gerente de Publicidade, e o representante da empresa CONTRATADA (Marcca Comunicação Ltda.) Flávio Jacques. Por solicitação da CONTRATANTE (ALESC) foram abertos os envelopes na presença de todos, e os mesmos, foram submetidos à apreciação. Efetuada a verificação dos conteúdos, foram revelados os seguintes valores:

- Elbert Editora Gráfica Ltda: R\$ 119.950,00 (cento e dezenove mil e novecentos e cinquenta reais);

- XP Estudio de Produções Gráfica Ltda: R\$ 124.950,00 (cento e vinte e quatro mil e novecentos e cinquenta reais);
- Gráfica Natal Editora Ltda ME: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Dessa forma, o menor orçamento apresentado foi no valor de R\$ 119.950,00 (cento e dezenove mil e novecentos e cinquenta reais) pela Elbert Editora Gráfica Ltda.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos representantes acima citados.

Gutieres Baron
Gerente de Publicidade Alesc

Flávio Jacques
Marcca Comunicação Ltda

EXTRATOS

EXTRATO N° 531/2023

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação N° 007/2023, celebrado em 17/10/2023.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Núcleo de Psicoterapia Cognitiva de São Paulo

CNPJ: 01.307.296/0001-50

OBJETO: Contratação de empresa para realização da palestra "Como Prevenir a Dependência Tecnológica" ministrada pelo palestrante PhD Cristiano Ricardo Faedo Nabuco de Abreu no XII Encontro Estadual de Vereador Mirim, em Florianópolis, no dia 31 de outubro de 2023.

VALOR GLOBAL: R\$14.000,00 (quatorze mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, II e § 1º, c/c art. 13, inciso VI, da Lei 8.666/93; Parecer da Procuradoria n° 1130/2023 (0884838); autorização da Diretoria-Geral no despacho SEI n° 0952870; e Atos da Mesa n° 149/2020 e 195/2020.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes – Diretor-Geral

Marlene Fengler – Diretora da Escola do Legislativo - Deputado Lício Mauro da Silveira

Oberdan Francisco Ferrari – Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 23.0.000036876-8

EXTRATO N° 533/2023

REFERENTE: Contrato N° 066/2023, celebrado em 18/10/2023.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: ZS Têxtil Indústria de Confecções Ltda.

CNPJ: 19.292.314/0001-33

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de materiais para a realização de Programas do Núcleo de Educação para a Democracia, da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, para atender à demanda de mochilas que serão entregues aos adolescentes e jovens participantes de duas Edições do Programa Parlamento Jovem Catarinense, bem como duas Edições do Estágio Visita e da Formação Continuada de Vereador Mirim.

VALOR GLOBAL: R\$22.700,00 (vinte dois mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: 18/10/2023 a 17/10/2024

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, que regulamentam o art. 37, XXI, da CF de 1988; Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decreto federal n° 10.024, de 20 de setembro de 2019; Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006; Resolução n° 967, de 11 de dezembro de 2002 (art. 4º do Anexo I); Atos da Mesa n° 149, de 30 de abril de 2020 e n° 195, de 16 de junho de 2020; e Autorização para Processo Licitatório - Despacho SEI 0766670; e Processo SEI N° 23.0.000003325-1.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes – Diretor-Geral

Marlene Fengler – Diretora da Escola do Legislativo Dep. Lício Mauro da Silveira

Gilberto Bernabe Cavallini – Sócio Administrador ZS Têxtil Indústria de Confecções Ltda

Processo SEI 23.0.000003325-1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diário da ALESC

Inovador
Moderno
Tudo para facilitar seu acesso

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia